



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 125

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 11ª REUNIÃO, EM 6 DE OUTUBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência — Inexistência de quorum para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

2.1.1 — Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 223/86, de autoria do Sr. Senador Hélio Gueiros, que estabelece critérios de preferência nas concessões para instalar agências bancárias nas cidades do interior e dá outras providências.

2.1.2 — Comunicação

— Do Sr. Senador Amaral Peixoto, que se ausentará do País.

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 11ª Reunião, em 6 de outubro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Hélio Gueiros — Carlos Alberto — Luiz Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Não há, portanto, quorum regimental para abertura da sessão.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA TRABALHOS DAS COMISSÕES

Expediente despachado nos termos do § 1º do art. 180 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, de 1986

Estabelece critérios de preferência nas concessões para instalar agências bancárias nas cidades do interior e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Carta de Intenções encaminhada à autoridade competente, por pessoas do próprio Município ou da Região, quando apresentada por pessoas idôneas que comprovem sua suficiência financeira, garantirá a preferência destas para a concessão de autorização para instalar um estabelecimento de crédito, em município que não tenha agência bancária.

§ 1º A inexistência da Carta de Intenções prevista garantirá a preferência para o Banco do Estado ou para

outro Banco Regional que pleitear o privilégio da concessão.

§ 2º A concessão para autorizar a instalação de estabelecimento de crédito nos municípios que se enquadrem neste artigo só será expedida, em detrimento das instituições bancárias regionais, quando estas manifestarem expressamente o seu interesse pelo privilégio.

Art. 2º A concessão expedida, sob qualquer título, para instalação e funcionamento de agência de estabelecimento de crédito caducará no prazo de 60 dias, contados a partir da data da suspensão do atendimento ao público, para a agência desativada, e, em 180 dias, a partir da sua emissão, quando o direito não for exercido.

§ 1º A concessão já expedida prescreverá no prazo de 60 dias, a contar do início da vigência desta lei, no caso em que o direito não tenha sido exercido com a instalação da respectiva agência bancária ou no caso em que a agência se encontrar desativada.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

§ 2º Ficam proibidas a renovação e a transferência das concessões enquadradas nesta lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei, que entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Todos os grandes bancos brasileiros já foram pequenos. Muitos, reverenciam a memória do seu fundador e cultivam sua história, ligando-a à própria história do estabelecimento e apresentam sua fotografia no ambiente de trabalho do antigo banco, localizado em alguma cidade do interior.

As grandes transformações promovidas com a informática e os avanços tecnológicos introduzidos nos sistemas de comunicações deram novas dimensões aos Bancos Comerciais, ampliando seus serviços.

O sistema bancário atualmente presta relevantes serviços às populações das metrópoles ao substituir as antigas coletorias federais e estaduais, as antigas tesourarias de entidades públicas e particulares realizando cobranças e pagamentos em geral, em benefício de todos, principalmente, facilitando a vida das pessoas aposentadas e dos humildes que dependem de pensões e de outros proventos pagos pelos bancos.

Desafortunadamente, somente as populações das cidades maiores podem contar com os serviços desta natureza. As modificações dos critérios de administração bancária e dos conceitos de custos de manutenção das agências, próprios aos grandes bancos e seus conglomerados, envolvem núcleos de decisão afastados das suas agências e dos seus clientes. Seus núcleos estão voltados para as taxas de retorno estabelecidas e cuidam dos espaços a serem ocupados meticulosamente no futuro.

Ocorre que, justamente por causa destas louváveis precauções adotadas em bases científicas, muitas localidades do interior permanecem sem bancos, e, recentemente, muitas agências estão sendo desativadas, provocando grandes transtornos nas suas populações.

No interior do Estado do Pará, por exemplo, existem cidades em que o fechamento do banco local faz com que os pensionistas, negociantes e as pessoas em geral, realizem viagens de 250 km ou mais para chegar ao banco, na cidade vizinha. Acrescente-se ao desconforto da viagem, o risco de transportar dinheiro, às vezes grandes somas, em condições precárias de transportes, para as necessidades do comércio, da indústria e de outras atividades produtivas, ou, o drama das pessoas pobres, que além do desconforto, enfrentam as despesas da viagem, para receber pensões ou pequenos pagamentos.

Tudo isto porque acabaram os pequenos bancos do interior. A administração de um pequeno banco é bem mais simples do que a de um grande conglomerado bancário e seus custos relativos, bem menores, dentro de uma cidade pequena.

Este projeto tem por objetivo preservar espaços e estimular os empreendimentos que possam preencher esta

lacuna. Como é do conhecimento de todos, muitas vezes, a cidade pequena não tem banco porque a respectiva concessão não é exercida. Permanece coberta por uma patente engavetada, com prejuízo das populações, sem levar em conta as necessidades regionais.

A preferência pelos empresários locais na forma definida, se faz óbvia. O Banco do Estado, com seus objetivos sociais no primeiro plano, poderá agir como instrumento suplementar do governo, quando necessário, para que os serviços desta natureza não falem às populações das cidades menores.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1986. — Hélio Gueiros.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Regionais e de Finanças.)

COMUNICAÇÃO

Em 3 de outubro de 1986.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir do próximo dia 5, a fim de participar da delegação brasileira à 76ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Buenos Aires, no período de 6 a 11 de outubro próximo.

Atenciosas saudações, — Amaral Peixoto.

ATAS DE COMISSÃO**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

13ª reunião, realizada em 17 de setembro de 1985

Às nove horas e trinta minutos, do dia dezessete de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Cesar Cals, Presidente, Roberto Campos, Jutahy Magalhães, Severo Gomes, Relator, Virgílio Távora e Martins Filho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária". Comparece, ainda, o Sr. Deputado Mário Lima. É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberto os trabalhos. O Sr. Presidente, Senador Cesar Cals, solicita ao Dr. João Luís da Silva Dias, Secretário Especial de Abastecimento e Preços, que proceda a leitura do juramento, e, em seguida, conceda-lhe a palavra. Inicialmente, o Sr. João Luís da Silva Dias, agradece a oportunidade de comparecer à Comissão, para de alguma forma, oferecer uma contribuição de uma área bastante importante, que

é a administração de preços. Em seguida, faz sua exposição e, logo após, coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos. Continuando, o Sr. Presidente passa à fase de debates. Usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Roberto Campos, Virgílio Távora, Severo Gomes (Relator), Jutahy Magalhães e o Sr. Deputado Mário Lima. O Sr. Presidente agradece a presença do Dr. João Luís da Silva Dias e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO A ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1985, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. JOÃO LUÍS DA SILVA DIAS, SECRETÁRIO ESPECIAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador Severo Gomes
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Havendo número regimental declaro aberta a reunião.

O depoente será o Dr. João Luís da Silva Dias, que foi Presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi assessor Econômico do Ministério da Fazenda, Técnico da Fundação João Pinheiro, e hoje exerce o cargo de Secretário Especial de Abastecimento e Preços, do Ministério da Fazenda.

Convido o Dr. João Luís da Silva Dias a proferir o juramento.

O SR. JOÃO LUÍS DA SILVA DIAS:

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que Investiga a Gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De acordo com o que foi estabelecido, esta reunião terminará, improrrogavelmente, às 13 horas. O depoente terá 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos.

Com a palavra o Dr. João Luís da Silva Dias.

POLÍTICA DE PREÇOS DOS BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Depoimento à Comissão Parlamentar do Inquérito do Senado Federal que investiga as empresas estatais.

O SR. JOÃO LUIS DA SILVA DIAS — Exmº Sr. Senador Cesar Cals, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmº Sr. Senador Severo Gomes, Srs. Senadores:

É uma honra muito grande podermos comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para, de alguma forma, oferecer uma contribuição singela de depoimento de um funcionário que está a serviço do Governo, numa área bastante importante, bastante sensível, que é administração de preços.

Na fixação dos preços dos bens e serviços públicos tem sido comum a alternância entre dois critérios antagônicos que se sucedem, segundo as circunstâncias políticas, econômicas e administrativas:

a) a consideração da renda dos consumidores e o combate à inflação, fazendo com que os preços sejam comprimidos, levando as empresas a descapitalização e a deteriorização de seus serviços;

b) a necessidade de financiamento do setor, ou do próprio Governo, dando sentido fiscal, explícito ou não, ao preço ou tarifa.

A percepção deste quadro não tem sido evidente em virtude não só das altas taxas de inflação, mas, sobretudo, pelos orçamentos paralelos, que proliferaram sob a denominação de fundos, constituídos com receitas de sobretarifas, adicionais, alíneas, entre as muitas formas de contribuições parafiscais.

A este fato se acrescenta o mais grave, a desconsideração do custo na formação dos preços públicos, partindo-se ou de um conceito orçamentário (o preço necessário para a cobertura dos dispêndios de custeio e financiamento) ou de um conveniente e simplório processo de indexação.

Neste contexto, a Frente Democrática iniciou sua gestão a 15 de março último pressionada de um lado por uma inflação explosiva e de outro por reivindicações de reajustes de preços públicos e tarifas em níveis extremamente elevados e supostamente emergenciais. Tendo que estabelecer o controle de preços de forma extensiva para conter a excitação inflacionária, impôs-se, por simetria e justiça, a aplicação de igual severidade sobre os preços públicos. No combate à inflação em uma economia indexada, pelo menos dois preços públicos são estratégicos por serem preços diretos, em suas influências diretas e indiretas, e até psicológicas, sobre o sistema econômico: derivados de petróleo e aço planos. Ambos os setores anunciavam déficits vultosos. A "conta petróleo", referindo-se a diferença da taxa de câmbio para cobertura das importações de petróleo, acusava um déficit de 1,5 trilhão de cruzeiros a 31 de março de 1985, não obstante os derivados de petróleo terem tido um reajuste de quase 300% em 1984, contra uma inflação de 224%, os preços do petróleo importado estarem em queda desde 1981, e o contínuo aumento da produção do petróleo nacional.

Efetivamente todos os preços públicos vinham sendo fixados arbitrariamente, corrigidos por indexação e consequentemente penalizando as empresas ou seus usuários. Sem que sequer os critérios fossem estáveis, simplificada e adotavam os seguintes indexadores:

a) derivados de petróleo: sobre o item principal, a matéria-prima, taxa de câmbio;

Então, no reajuste da estrutura de preço do petróleo, embora com toda a sua decomposição, o item principal que era exatamente o petróleo bruto, a matéria-prima era corrigida pela parte de câmbio, o que se aplicava não só sobre o petróleo importado mas, inclusive, sobre o petróleo de origem nacional.

b) aço planos: a correção se fazia pelo Índice Geral de Preços, eventualmente se praticando a sua nivelção com a inflação mais defasada, ou seja, para uma inflação de 220% ao ano, se alcançava, se dava mais imposição aos preços do aço, mas sempre vinha atrás da inflação, então, consequentemente o preço médio real ficava abaixo, e do ponto de vista de fluxo financeiro as empresas não tinham o fluxo adequado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dava para V. Exª repetir isso aí?

O SR. JOÃO DA SILVA DIAS — Estou-me referindo aos indexadores que se aplicavam sobre os reajustes.

No caso de aço planos, se fazia a correção, pura e simplesmente, pelo IGP, em primeiro lugar. Em segundo, sem sequer se estabelecer o reajuste de forma adequada por segmento da evolução dos preços em geral, se fechando a nível de orçamento fiscal, ou seja, se criava, aparentemente, os preços de aço planos, no exercício de 1984, tiveram o mesmo reajuste do Índice Geral de Preço. Entretanto, o reajuste se fazia no final do exercício.

Em 1984, os reajustes dos preços dos produtos siderúrgicos foi de 229,89%, contra uma inflação de 223,80%. Entretanto, os reajustes foram dados, nos meses de março, 20%, no mês de junho, 35%, no mês de agosto, 17%, no mês de setembro, 35%, outubro, 35%, novembro, 21%, dezembro, 6,56%.

São, de fato, duas coisas. Primeiro, que esse é um processo de corrigir preços, não tem nada a ver evolução dos custos do setor siderúrgico com o Índice Geral de Preços que compõe o preço da batata, da cebola, e tudo o mais. Então, não está havendo nenhum realismo com a evolução dos custos que podem ser maior ou menor; se pode estar favorecendo ou pode estar prejudicando a empresa, nessa forma de atualização.

Energia elétrica: devia ser corrigida pelo INPC, tendo em vista a baixa rentabilidade do setor, está abaixo da rentabilidade legal de 10 a 12%, se estabeleceram umas negociações com o Banco Mundial, que seria reajustado ligeiramente com o reajuste real que seria da ordem de 5% sobre o INPC.

Primeira coisa, tarifa de energia elétrica acima do INPC. Então significava que se buscava um crescimento real, mas só que energia elétrica pouco tem a ver com o INPC, e o INPC, quando muito, é o nosso indexador para correção de salários, mas não tem nada a ver com o custo de energia elétrica, que é principalmente determinado pelo patrimônio posto em serviço. Consequentemente, o setor podia estar, eventualmente, sendo favorecido, via de regra, embora penalizado por essa forma de reajuste.

Telecomunicações: também pelo INPC, não obstante a mão-de-obra no setor.

Água e esgoto: são companhias estaduais e municipais de saneamento, que via de regra, bastante endividadas perante o próprio Banco Nacional da Habitação, PLANASA. Então os seus reajustes não são feitos pela ORTN, ou seja, corrigir-se pela evolução do passivo da empresa.

Correios, tarifas portuárias, outros serviços, também pelo INPC, nesse caso já com alguma correção pela proximidade, dado que o item principal é exatamente a mão-de-obra.

Partindo-se de tal critério, era natural que os reajustes seguissem a lógica da política salarial, embora sem a sua rigidez, mas recompondo, de igual forma, os picos de preços nominais, e, consequentemente criando choques cada vez mais elevados na medida em que evoluía o processo inflacionário.

Os princípios que se impõe estabelecer na administração dos preços públicos são inerentes ao Estado de Direito e à Sociedade Democrática. Os preços e tarifas devem levar em consideração:

1. a cobertura dos custos e a remuneração dos investimentos, preocupando-se com a eficiência, a qualidade dos serviços e o crescimento do mercado;

2. a capacidade de pagamento dos usuários e os impactos sobre seus custos;

3. a orientação da demanda entre bens substitutos, de acordo com o interesse nacional.

4. a absoluta clareza para o consumidor e o público em geral sobre o que está se cobrando.

É de se entender inclusive que a própria discriminação de preços entre categoria de usuários, ainda que respaldada em objetivos de política social ou econômica, requer a anuência da Sociedade através de seus poderes representativos. Neste sentido, há de se entender os inúmeros descontos para classes de consumidores e até mesmo a política de uniformização de preços em todo o território nacional. Não se trata de rejeitar os incentivos, isenções e descontos, mas de legitimá-los, contabilizando-os adequadamente de forma a dar clareza às políticas, permitindo a sua permanente avaliação. O princípio da legalidade implica em reconhecer o subsí-

dio cruzado, de consumidor a consumidor, como uma forma tributária.

O caminho a ser percorrido é árduo. De um lado setores debilitados por uma política desastrosa de financiamento, como o setor de energia elétrica e o de aço planos. De outro, o cipoal de legislação do executivo traduzindo um sem número de "políticas", eventualmente conflitantes, superadas em sua motivação original, mas, vigentes. Sobretudo, distingue-se de forma generalizada a disposição firme e contínua de lesar as normas tributárias constitucionais, reduzindo a participação dos Estados e Municípios, e vinculando receitas a fundos, fora dos controles do Tesouro do Congresso e do Tribunal de Contas.

Praticar uma política corretiva de preços, com reajustes acima da evolução dos custos, em uma economia indexada, que reclama um esforço hercúleo para frear a inflação inercial, implica em atuar simultaneamente em sentidos contrários. A forma inicialmente utilizada para minimizar o conflito foi abandonar a recomposição dos picos de preços nominais, procurando estabilizar em torno do preço médio real. Isto significou adotar reajustes mensais para o sistema Eletrobrás e Siderbrás, com base na inflação prescrita, corrigindo-se a trajetória para ascendente através de pequenos acréscimos reais.

A reformulação institucional do Conselho Interministerial de Preços — CIP e da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços — SEAP enquadra-se no contexto lógico aqui descrito. Como ponto básico dá-se ao CIP a sua efetiva dimensão interministerial, significando a articulação de diversos vetores de política, em que a Fazenda expressa, por si, apenas um dos lados. A restauração do CIP como plenário deliberativo faz com que a SEAP opere adequadamente como órgão de assessoramento. Na administração dos preços públicos, os órgãos específicos, responsáveis pela fixação de preços, assumirão mais adequadamente os seus papéis na medida em que o processo de abertura política evolui, reduzindo o viés setorial acomodado em que se postavam como órgãos postulantes.

Essas são as diretrizes gerais que estão a orientar o nosso trabalho. Coloco-me agora à disposição de V. Exª para responder às questões específicas, esperando que de alguma forma possa ser útil aos trabalhos desta Comissão Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Vamos dar início à segunda parte, em que os Srs. Senadores, podem fazer perguntas ao depoente. Eu pediria que as indagações fossem feitas, usando o prazo de 10 minutos.

Antes de passar à lista de inscritos, como Presidente, eu faço a indagação sobre qual a política real, atualmente, de fixação dos preços ao consumidor vários derivados de petróleo. Sabendo-se que o barril de petróleo tem vários derivados, o Governo anterior, de certo modo, fazia um subsídio dentro do próprio barril para o GLP e o óleo diesel e nafta, carregando em outros derivados.

Qual é a política que o Governo está adotando para os vários derivados de petróleo, dentro daqueles que constituem o barril?

O SR. JOÃO LUIS SILVA DIAS — Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós estamos procurando, como primeiro de ordem geral, estabelecer o preço justo a ser cobrado pela PETROBRÁS, independente da política de direcionamento para o uso dos diversos derivados. O que nós temos, neste caso, é dos exemplos mais eloquentes de violentação do próprio sistema tributário nacional. Hoje nós assistimos a sociedade debatendo a reforma tributária, procurando restabelecer o federalismo fiscal. Entretanto, a Reforma Tributária foi realizada em 1965, e, não obstante ter sido uma reforma que emergiu em um estado de exceção, foi uma reforma desenvolvida dentro deste Congresso Nacional, trabalhado por mais de 15 anos, desde da criação da Comissão da Reforma Tributária no Governo de Getúlio Vargas, desenvolvendo trabalhos técnicos de estudos de sistema tributários de todos os países do mundo, e, consequentemente, aplicando-se à nossa realidade continental um sistema tributário bastante moderno e profundamente federalista. Bastava-se que o sistema fosse respeitado. Mas, continuamente, o que nós vemos, no caso dos derivados de petróleo, é a sua utilização não inicialmente para favorecer a PETROBRÁS, mas para lesar os Estados e os Municípios. Então nós assistimos a uma plêiade de contri-

buições para-fiscais, por fora da base de cálculo do imposto, transformando e obscurecendo até a própria formação de seus preços. Nós não podemos esquecer também que, até 1973, o petróleo nacional custava mais caro que o petróleo importado. Nós, ao longo dessa história, em que a participação dos Estados vem sendo reduzida, a base do Imposto único vem sendo reduzida, nós tivemos, também, a administração do preço do petróleo sendo utilizado para reduzir a participação dos Estados e Municípios. Assim é que, em 1969, por exemplo, o CNP equiparou para efeito do ressarcimento dos estados produtores, equiparou o petróleo nacional ao importado. Naquele momento, em 1969, quando isso se fazia, o petróleo nacional estava na ordem de 4 dólares o barril, enquanto o petróleo importado estava na ordem de 2 dólares.

Então ao se restabelecer essa equiparação para efeito de pagamentos de royalties às regiões produtoras, nada mais estava fazendo o CNP do que reduzir as transferências nesses Estados.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Essa medida foi tomada em 1969 ou 1979?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Inicialmente, em 1969, através de uma decisão do CNP. Posteriormente, nós tivemos os preços do petróleo, a partir de 1973, gradativamente os preços do petróleo importado se tornando mais caro do que o petróleo nacional.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Essa decisão era ilegal e inconstitucional?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — A meu ver, sim.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O Decreto-lei 61 é inconstitucional, à luz do art. 21 da Constituição.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — É. Agora, se fazia, com base no art. 27. Agora, só que se aplicou em 1969 para reduzir os royalties a serem pagos para os Estados, e se aplicou, em janeiro de 1984, no sentido inverso, usando-se a própria decisão do CNP em 1969, mas agora para gerar o benefício à PETROBRÁS. O que nós vemos, efetivamente, a partir de 1973, foi o recolhimento se acrescentando às diversas alíneas, as alíneas chegaram, a 1979, a n alíneas, e eram aquelas contribuições para-fiscais que a Emenda Passos Pôrto, Emenda Constitucional nº 23, procurou excluir a sua não-compressão na base tributária do IUM. Mas as alíneas chegaram a n alíneas, e, além disso, se cobrou a diferença, quer dizer, o consumidor nacional pagou pelo petróleo não a média entre petróleo importado e o petróleo nacional, mas pagou os preços da OPEP, e essa diferença ela não era gerada como uma receita tributária dentro do Imposto Único, ela era gerada dentro do fundo, inicialmente chamado "Fundo de Diferença do Petróleo Nacional", que tinha nos seus destinos o próprio CNP, em algumas dessas alíneas, inclusive setores fora da área petrolífera, SIDERBRÁS e outros setores, foram beneficiados por recursos gerados e alocados diretamente pela Secretaria de Planejamento e pela Presidência da República, posteriormente, em 1984, já sob a pressão da Emenda Passos Pôrto, então foi estabelecida a equiparação do preço, já gerando benefícios da PETROBRÁS.

O quadro com que nos deparamos é que nós encontramos em março de 1985, uma estrutura de preços atualizados no dia 28 de fevereiro, em que se falava em um grande déficit da conta petróleo. Quando se fala em déficit da conta petróleo dá a entender que a empresa está operando em prejuízo. Entretanto, a conta petróleo se referia exclusivamente à administração das diferentes taxas de câmbio. No dia 28 de março havia sido atualizada pela última vez no governo passado a estrutura e naquela estrutura se tinha a taxa de câmbio futuro para o período que se pretendia vigente, com os preços que ali estavam sendo reajustados, o preço do barril a 30 dólares, preço este superior mesmo ao petróleo importado.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Já desesperei de obter alguma clarificação da base real de cálculo da estrutura de preço.

V. Sª acaba de mencionar 30 dólares por barril, o presidente do CNP mencionou 28,5 dólares por barril, um dos diretores da PETROBRÁS mencionou 28,5, um outro 29, e o Presidente da PETROBRÁS 30 dólares por barril. Qual é a base de cálculo?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Até o dia 20 de julho desse ano se cobrou 30 dólares o barril. Isto, desde janeiro de 1984.

O SR. ROBERTO CAMPOS — De janeiro a julho?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Então, de janeiro de 84 a 20 de julho de 1985, estava cotado a 30 dólares o barril. Em primeiro lugar, cotado, quer dizer, arbitrado. Não significa que seja nenhum preço médio calculado pelo efetivo desembolso pelo petróleo importado. Então, o preço arbitrado, e a ele o preço equiparado o petróleo nacional. Então para o petróleo nacional também se cobrou os mesmos 30 dólares.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Supera perfeioada a engenharia de sonegação de recursos aos Estados.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Efetivamente, o sentido original, porque a partir de 84, janeiro de 84, esse benefício passou a beneficiar diretamente a empresa. Mas, até então, quando se fazia pelo Fundo de Diferença do Petróleo Nacional, era simplesmente uma receita tributária em que a União simplesmente dela se dispunha, sem qualquer apreço à participação constitucional dos Estados e Municípios.

Bom, então nessa situação que nós encontramos, nós tínhamos esse preço arbitrado à taxa de dólar estabelecida naquela data. Nós podemos fazer uma correspondência aos preços de hoje. Nós teríamos o seguinte: o preço cobrado, que está na estrutura, considerando os reajustes feitos na taxa do dólar estabelecido para o barril, em 28,5 dólares. Foi o último preço arbitrado. Mas vamos calcular o preço efetivo que nós estamos pagando.

Nós tivemos o reajuste no dia 20 de julho e tivemos um outro reajuste no dia 30 de agosto. No reajuste no dia 20 de julho foi atualizado, para menos, o preço do barril importado; de 30 para 28,5 dólares; e para mais, a taxa de câmbio embora não chegasse a taxa de câmbio efetiva. Mas nós podemos fazer um raciocínio às avessas: vamos tomar o valor em cruzeiros que efetivamente estariam sendo pagos hoje à taxa de câmbio de hoje. A taxa de câmbio, 7.525 cruzeiros o dólar, nós poderíamos calcular, pelos cruzeiros que estão presentes na estrutura dos derivados de petróleo, nós calcularíamos o litro em 896 cruzeiros e 17 centavos, que corresponderão a 124 mil 545 cruzeiros o barril.

Isso corresponde, à taxa de câmbio de hoje, a um custo de CIF médio de 16 dólares e 55 cents. Quer dizer, esse seria o preço médio que estaríamos pagando hoje, mas fazendo o mesmo raciocínio...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Ao câmbio de hoje de quanto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — À taxa de câmbio de hoje, 7 mil. 525 cruzeiros. Então...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Isso significa...

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — 16 dólares e 55 cents o barril.

Voltando à 28 de fevereiro, fazendo o mesmo raciocínio, nós teríamos o barril custando 31 dólares. Quer dizer, não obstante estivesse 30 dólares na estrutura, como a taxa de câmbio é futura, usando a taxa de câmbio do dia nós estaríamos pagando 31,5 dólares o barril, CIF, no dia 28 de fevereiro. Então nós teríamos o preço do barril efetivo decrescente, pela evolução da taxa de câmbio, e teríamos que calcular o custo médio do barril. De qualquer forma, 16,5 dólares pelo barril, considerando que o petróleo importado, CIF, esteja na ordem de 23 a 24 dólares, e o petróleo nacional que esteja onerado pela subida de custo da exploração nas plataformas continentais, que já tenham atingido a casa, digamos, da ordem de 15 dólares o barril, — nós estamos falando e raciocinando em abstrato — nós teríamos o custo médio necessariamente inferior ao que se cobrou durante todo o período. É importante que nós, efetivamente, possamos chegar à definição real desses valores. Quer dizer, efetivamente, se deve estabelecer com o preço a ser cobrado o preço determinado para a produção do petróleo nacional e o preço determinado pelos preços do petróleo importado. E, efetivamente, se cobre o preço médio de 60% do petróleo nacional. Isso não quer dizer que não se entenda como necessários os investimentos que devam ser realizados pela empresa.

Mas, o princípio, que no outro depoimento eu colocava, é que se deva determinar o preço, aquele preço que nós estaríamos estabelecendo tal como se ao mesmo preço estatal nós tivéssemos uma empresa privada nacional ou multinacional. É o preço, o custo e a efetiva remuneração dos investimentos.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Sr. Presidente, sem interromper aí a interrogação feita pelo ilustre Senador por Mato Grosso, gostaria que o depoente — o depoente sabe que nós não somos economista, somos engenheiro, portanto, nós acreditamos em números — o Sr. como poderia, dentro desse seu raciocínio, garantir a PETROBRÁS o crescendo de investimento de exploração e pesquisa. A primeira, tão necessária agora de ser dotada de volumes ponderáveis de recursos, mercê justamente da exploração em águas profundas de duas plataformas, é o que estamos informando — cobrarão da sua instalação pela PETROBRÁS quase tanto quanto já foi despendido em Campos? Alguma coisa que nunca foi bem explicada meu caro expositor: lucro da PETROBRÁS versus preço adotado pelo petróleo. V. Sª tem paciência, veio aqui para depor, vamos ver se faz um pouquinho de luz, porque seus antecessores — acredito que não há ninguém aqui que divirja do que nós estamos afirmando — nunca chegaram a um acordo, aqui, para nos fazer um pouco de luz sobre o assunto.

Poderia V. Sª se deter um pouco sobre esses assunto? Conta de petróleo, preço da PETROBRÁS, afirmativas, às vezes, absolutamente contraditórias, em que um presidente de um determinado Conselho — que eu seja educado para não citar qual é o Conselho — diz do que a PETROBRÁS tem déficit, a PETROBRÁS afirma que teve foi lucro. De maneira que esses dados assim do menos A e mais A se conflitandando causam uma certa perplexidade a quem nos ouvem. O Sr. está na frente de um economista e três engenheiros. Dessa maneira vamos ver se a gente consegue sair desse emaranhado.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Meu ilustre Senador, é a luz o que todos nós buscamos. Inclusive o que justifica até essa própria CPI. E o esforço que o Governo tem desenvolvido, de procurar dar absoluta clareza às contas públicas, principalmente quando nós estamos nos referindo a um preço de um serviço de uma empresa pública. Consequentemente, são contas que devem ser do domínio não só de um Congresso, mas deve ser do domínio mesmo de um simples cidadão consumidor daquele serviço.

Em primeiro lugar, não obstante a PETROBRÁS ter quase que somente 17% de acionistas privados, ela os tem, e esses 17% de acionistas privados certamente representam uma massa muito grande do nosso mercado de capitais. Na hora em que nós estabelecemos um preço que gera uma margem elevada para propiciar o programa que nós desejamos, os grandes investimentos da PETROBRÁS em prospecção, em pesquisa, nós estamos fazendo com que os consumidores dos seus bens estejam financiando um programa de investimento que é devido aos seus acionistas. Ainda que a grande sociedade brasileira seja o principal acionista como empresa estatal, mas o acionista privado foi seriamente beneficiado por essa implicação de preços, pela forma como que se fez. Não é nem mesmo negar o nível de preço. Podíamos chegar, como podemos, chegar à determinação de preços até superiores, se for conveniente para a política econômica do Governo. Se entender que há a capacidade tributária, então pôde-se manter o nível de preço. Mas a diferença entre o preço devido à PETROBRÁS e o preço que é cobrado dos usuários para se chamar tributo. Consequentemente, nós não poderíamos ter a aplicação de preços da forma como se fez. Os cálculos que nós estamos utilizando, o raciocínio que aqui estou fazendo, nós estamos fazendo por via indireta. Nós estamos fazendo daqueles preços da estrutura como está posta. Nós não chegamos, ainda, à discussão, desde o dia 28 de fevereiro, quando se fez o último reajuste. Nós tivemos um reajuste, no dia 20 de julho, de 15%, e um reajuste no dia 30 de agosto de 5%, foram dois reajustes bastante moderados, nesse período, enquanto não se discute, não se aprofunda, não se determina o preço de custo correto da empresa, enquanto não se faz abertura adequada do seu tratamento tributário. Então, como ponto inicial, nós temos a estrutura tal qual ela era feita. Nós não temos, a empresa, a PETROBRÁS, o sistema ainda alega déficit

naquela sua conta petróleo. Conta essa que nós discutimos até a sua legalidade, a sua forma de se fazer. Então nós estamos ainda num processo, como é a preocupação desta própria comissão, nós estamos num processo de busca da determinação da estrutura adequada do custo real.

Agora, apenas para fazer uma referência por pontos indiretos.

Eu me recordo que em 1979 o custo do petróleo nacional, apresentado pela PETROBRÁS, quando ela não se beneficiava, pela equiparação ao petróleo importado. Em 1979, o petróleo nacional estava estabelecido em 85 dólares o barril. Naquelas circunstâncias a PETROBRÁS solicitava o reajuste para 10 dólares, exatamente fazendo a sua justificativa, que estava sendo penalizada pelos custos na plataforma continental. E pela exploração que se fazia, que se impunha o País, pelo seu constrangimento externo que se impunha o País, explorar mesmo poços que seriam chamados anti-econômicos, ou seja, cujo custo estaria mesmo superior ao petróleo importado. Naquela oportunidade, o petróleo importado estava em 13 dólares e 65 cents, e, a partir de julho, subiu para fechar o ano em torno de 18 dólares e 16. Então esse era o custo do petróleo nacional em 1979. Agora, mesmo se considerando todos os poços na plataforma continental, que são poços de maior rendimento, mas de custos mais elevados, nós chegaremos a um preço médio de petróleo importado e petróleo nacional, da ordem de 28 dólares e meio, parece extremamente elevado, 28 dólares e meio não parece uma média, parece mais o preço máximo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Só para me esclarecer sobre a questão.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Depois, vamos às perguntas, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Só para me esclarecer eu quero dizer o seguinte: eu entendi que V. S^a disse que a política do novo Governo, ou da Nova República, política neo-republicana, é de que os investimentos da PETROBRÁS, na busca de petróleo nacional, não devem ser pagos pelo consumidor, e sim como investimento direto dos acionistas, União e iniciativa privada.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Poderia ser financiado pelo consumidor, de forma indireta, se a União, se a sociedade resolvesse financiar através da arrecadação de Imposto Único, em que ele, em seguida, subscrive o capital da empresa. Esse é um caminho. O caminho do investimento é a chamada dos acionistas, inclusive os privados, para aportarem o seu capital para financiar os investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Conto com a devida paciência, Dr., para justamente, nós chegarmos à conclusão desses preços. V. S^a afirma, Dr. João Luiz, que agora o preço será de 28,5 dólares.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Vinte e oito dólares e meio é o preço que está estabelecido na estrutura, de um lado. Do outro lado, na mesma estrutura, se corrige pela taxa de câmbio. Esta taxa de câmbio está desatualizada.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Por que não se diz claramente que não é vinte e oito e meio? Se o Sr. desatualiza a taxa de câmbio, isso não é questão nem mais de economia, é de aritmética, Dr. Eu não sou advogado da PETROBRÁS, não. Mas os Srs. estão se apropriando de recursos que a PETROBRÁS poderia ter para seus investimentos. Se, permita-me a brincadeira, é tal qual Sayad quando afirma em relação à reorganização do fluxo de caixa: dever, devo, pago quando puder. Aqui é a mesma coisa, outro eufemismo. Os Srs. não estão cobrando vinte e oito e meio dólares, realmente. Vinte e oito e meio dólares, os Srs. estariam cobrando; se os Srs. cobrassem vinte e oito e meio dólares, com a paridade do dólar no momento em que V. S^a está se referindo, V. S^a confessa que há a defasagem, então, não sou parente, nem aderente de ninguém que tem ação na PETROBRÁS, realmente, vinte e oito dólares não é o preço, é um preço nominal, para uma taxa atrasada. Não é isso?

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. Ex^a me permite um aparte? Não é uma taxa nominal, é uma taxa ilegal. Não há base nenhuma legal para se apanhar esse número arbitrário de vinte e oito e meio, ou trinta. A lei prevê que seja o custo médio CIF. Tem que se tirar, portanto, a média.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas, Senador Roberto Campos, V. Ex^a está percutindo outra faceta. Eu estou percutindo aqui a faceta que, na realidade, é e não é, porque não são vinte e oito e meio de dólares, não. Não vou discutir, até, se esse número está arbitrário ou não. Quando me apresentam que a Petrobrás está cobrando, ao dólar, vinte e oito e meio, vinte e oito e meio dólar, se a cotação do dólar fosse a de hoje. Então, quando digo vinte e oito dólares e meio, não são vinte e oito dólares e meio, porque a cotação dela, muitas vezes, fica defasada e não é de um ou dois dias não, ela varia.

O SR. ROBERTO CAMPOS — É mais do que vinte e oito dólares e meio, porque se aplica, também ao álcool adicionado, que tem um custo inferior. E não se leva em consideração que parte do dispêndio cambial é anulado pela reexportação. E a reexportação tem, automaticamente, uma taxa cambial corrigida.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Se V. Ex^a me permite, eu diria que o preço cobrado pela Petrobrás estaria, entre o dia 28 de fevereiro e a data de hoje evoluindo de trinta dólares e meio, no dia 28 de fevereiro, a dezesseis dólares e cinquenta e cinco cents, na data de hoje. Esse é o preço cobrado. Então, uma série que vem crescendo até os dezesseis e meio. Nós poderíamos calcular a média desse período, e nós vamos encontrar então o preço médio.

Em primeiro lugar, o que tem a ver esses preços com relação ao custo efetivo para a Petrobrás, entre 40% de petróleo importado, a custo CIF importado, a 60% de petróleo nacional que não teria que estar sendo atualizada à taxa de câmbio diária? Então, se pergunta: nós precisaríamos saber quanto custa para a Petrobrás o barril de petróleo. Essa seria a questão. Mas, de qualquer forma, a Petrobrás recebeu, nesse período, a média entre esse intervalo de 31 dólares e meio, a 16,55. Agora, isso, realmente, não é matéria nem para economista, nem para engenheiro. A meu ver, isso é, efetivamente, matéria para advogado. Quer dizer, é uma questão de legalidade, quanto à forma como isso se tem estabelecido. Porque, ainda que a Petrobrás esteja sendo favorecida por essa política de preços, efetivamente, quem tem sido lesado, ao longo da história, e em cima de que se fez essa motivação, em cima de que se fez toda essa parafernália, efetivamente, foram os Estados e os Municípios. E hoje nós assistimos a uma discussão de reforma tributária. Não precisamos de reforma tributária nenhuma, basta cumprir a Constituição, basta cumprir o sistema tributário, criado pela Emenda Constitucional nº 18, e os Estados e Municípios teriam as receitas suficientes.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Apoiado!

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Nós temos, na hierarquia de impostos federais, de competência federal, nós temos 2 impostos, com as duas taxas: Taxa de Melhoramentos de Portos e Taxa Rodoviária Única. Nestes 10 Impostos, o imposto sobre Derivados, que pela importância do setor, seria um dos impostos mais importantes, a nosso ver, pela capacidade com que se cobrou, então é o décimo imposto em importância. Ele responde por 0,7% da receita tributária, menos do que a Taxa Rodoviária Única quase a mesma coisa do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário — esse imposto que se cobra sobre passagem de ônibus intermunicipal e transporte de carga. Então, esse é o ponto a que o imposto único chegou. A base do cálculo do imposto único: a partir de 1980, pelo Decreto nº 1.785, ela foi congelada. Congelada de que forma? Se estabeleceu o preço no dia 31 de janeiro, equivalente ao custo CIF do petróleo importado, naquela data, equivalente 7 cruzeiros e 87 centavos o litro, que seria corrigido pelo CNP, com base na ORTN, em períodos não inferiores a 12 meses. Resultado: tivemos o último reajuste da base do cálculo do Imposto Único. O último reajuste, agora no dia 20 de julho, foi feito com base na ORTN de junho, comparado com a ORTN de março de 1984. Consequentemente, fazendo-se uma correção no espaço de 15 meses. A base de cálculo corrigida veio para o equivalente a 94 mil 235

cruzeiros o barril — Isto significa que para o efeito do Imposto Único, está custando o barril 12 dólares e 52 cents para efeito de Imposto Único. Isso, no dia 20 de julho porque o CNP não poderá corrigir de novo, senão 12 meses decorridos após o dia 20 de julho. Então significa, fazendo o mesmo raciocínio, que partimos de um máximo de 12 dólares e vamos encontrar, quando for feito o próximo reajuste, o barril de petróleo, para efeito do Imposto Único, a menos de 4 dólares o barril. Então, essa forma de se fazer a coisa que efetivamente se fez para se lesar os vários Estados e os municípios na sua participação constitucional.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Dr. João Luiz, com essa franqueza rude que nós temos, já celebramos 6 meses de Governo. Esses pontos, por V. S^a indicados como errados, deviam ter sido corrigidos. Bastaria ter mandado uma mensagem para o Congresso, se quisesse, seriam perfeitamente acolhidas aqui pelo Parlamento, — não temos a menor dúvida, como a Emenda Passos Pôrto, em situação muitíssimo mais difícil, o foi. Mas nos referimos justamente a esse ponto, pelo choque, o verdadeiro embate de informações contraditórias que, lamentavelmente, o setor econômico-financeiro, dizemos isso com tristeza, — oferece. Esqueça-se o Sr. que está depondo. Venha cá, foi eleito Senador, e ouve depoimentos os mais contraditórios sobre os números apresentados por V. S^a Óbvio. Uma Comissão que está para averiguar, senão a verdade, aquilo que é sinteticamente a verdade, tem, realmente, que ficar atônita na apreciação desses dados.

Agora, perguntamos a V. S^a, um assunto um pouco paralelo, afim. Nós temos ouvido muitíssimas previsões, sobre controles de preços, seus resultados. Então passemos um pouquinho para a teoria. Não acha V. S^a que a contenção, como já houve no passado, muito recente, de preços administrados, serviços, e os próprios preços acordados no seu tabelamento, há que ser esse conjunto de medidas seguido de outro, senão, com o destampar da panela, sempre teremos outros agostos. Se não forem seguidas medidas correlatas, teremos ou não, outros agostos, em termos de inflação?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — É evidente que administração de preços se faz apenas como um dos vetores da política econômica. No caso dos preços públicos ela é uma imposição do próprio setor. Quer dizer, independente da existência ou não de um processo inflacionário elevado, o controle de preços sobre o setor público, não mais que um setor basicamente monopolista, ele se faz de uma maneira natural, contínua e estável. Agora, o nosso mês de agosto, que contabilizou uma inflação extremamente elevada, pouco tem a ver com uma descompressão, quer dizer, com uma largada de preços, como se os preços já estivessem sido reprimidos e tivessem oferecido então um valor mais elevado naquele mês. Os números exibem com bastante facilidade que as principais variações de preços foram exatamente sobre outros segmentos, principalmente produtos agrícola. O único preço reajustado tivemos no período, claro, é o preço mais importante, de todos eles, é exatamente o dos derivados do petróleo, que tinha tido um reajuste da ordem de 15%, representou 1,3 no Índice Geral de Preços. Ora, 1,3 numa inflação de 14% explica muito pouco a inflação como um todo. Então, efetivamente, nós não tivemos, no mês de agosto, o chamado repique inflacionário, como a expressão de uma inflação comprimida e que de repente perde o controle. Estamos sob duas influências muito fortes. Primeiro, efetivamente, na situação de demanda como processo natural da recuperação de poderes de compra da população. É um ajustamento que, ainda que não se penalize, se tenha uma expectativa de ser uma reação conjuntural, em que o próprio setor produtivo se ajusta, oferecendo mais bens e, conseqüentemente, atendendo aquela demanda mais excitada.

Segundo, outra circunstância que agrava esse primeiro, de entressafra de produtos agrícolas. Então a excitação de demanda se faz sentir em primeiro lugar sobre alimentação e sobre vestuário, bem como sobre calçados. Nós tivemos, então, nos itens de alimentação em plena entressafra, gravada mesmo até pelos estoques do Governo, em virtude da política de preços mínimos, uma pressão muito grande. E é o que explica o mês de agosto.

Agora, é claro, e não estou a discordar de V. Ex^a, que efetivamente não se deve buscar o índice acumulado da

administração de preços, principalmente no seu sentido mais geral, como tem sido. Agora, a perplexidade a que V. Ex.^a se refere, em manifestações contraditórias, acho que é um estado natural numa transição e que nós saímos de uma série de contas fechadas, de orçamentos paralelos, de fundos, de contas públicas fechadas em caixas pretas. Então, nós temos essas caixas que estão se abrindo, as contas estão se abrindo — mas isso leva tempo. Essas coisas são espontâneas, não vêm de graça, elas exigem pesquisa. Então, gradativamente, esses números estão aparecendo.

É natural que haja conflito nas nossas posições, na percepção; de cada um de nós postado na administração pública, vivendo seus primeiros momentos esse estado de espírito. Acho que é um processo natural, em que o próprio desenvolvimento do processo político vai dar velocidade e mais consistência nas colocações futuras.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Louvamos o otimismo de V. S.^a, nós que justamente possuímos essa qualidade. Não somos nada pessimistas. Mas, quando afirmo que o déficit é x e depois faço sucessivas modificações, aceitas justamente para a discussão, e no fim do ano o déficit corrigido caminha para quase 2x, Dr., realmente, é preciso muito boa vontade para absorver a sua bela exposição a respeito.

Quando, por outro lado, ouvimos a presidência, pelo antigo titular, ser afirmado um déficit, depois constatando violentamente que esse déficit não é mais 1,7, e sim chega a ser 10, depois estabiliza em 8 trilhões, e, de repente, num passe de mágica, esse déficit se transforma, como vamos percorrer aí em plenário, um dia desses, em um inesperado superávit no fim do ano, nós temos ou que louvar a extraordinária capacidade de uma nova revelação de economistas, desconhecida até então, ou novamente temos que deplorar que dados foram manuseados erradamente, ou por quem deixou o cargo, ou por quem assumiu mesmo. Isso nós dizemos respeito, e o Sr. deve ter estranhado a insistência com que falamos no cálculo aí do valor do dólar; porque, até agora, mais calmamente, digo assim, talvez por ter menos parti pris no assunto, quem deu uma explicação mais racional até agora foi V. S.^a As que aqui estiveram contrariam tudo o que o Sr. disse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Se isso não causa incômodo ao ilustre depoente eu gostaria que ele repetisse os dados dramáticos que forneceu, sobre a erosão, ao longo do tempo, do rendimento do Imposto Único, com prejuízo para os Estados e municípios. Se não me engano é hoje o décimo imposto, não é isto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Na hierarquia dos tributos de competência federal ele está situado em 10º lugar, representando 0,7 da receita tributária.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Algum dado comparativo do passado? Quanto já chegou a representar na receita?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não, eu não tenho aqui a mão, mas eu poderia fazer uma outra referência. Porque nós vimos que a base de cálculo do imposto foi alterado e congelado a partir de 1980. Antes disso, por diversas vezes o Governo vinha criando as contribuições parafiscais por fora da base de cálculo, ou, ainda, um adicional do Imposto Único - Adicional do Imposto Único é uma figura estranha - porque se se deseja cobrar mais, basta aumentar a alíquota do imposto que se arrecada mais. Quando se cria o adicional é para vincular receita a fins distintos e compêlir os Estados a aplicarem a sua receita tributária, que devia ser livre porque a receita é dele, é do Estado, do município, não é uma transferência de favor, uma transferência constitucional para obrigar os Estados a aplicarem, muito das vezes, em programas federais. Mas depois de toda essa plêiade de alíneas, contribuições parafiscais, de adicional, de tudo mais, redução da base de cálculo pelas mil formas, também as alíquotas foram sucessivamente reduzidas. Em 1965, pela Lei nº 4.452, alíquota do Imposto sobre a gasolina era de 488%. Gradativamente, no Decreto-lei nº 61 foi reduzido para 400%. Ela vem sendo reduzida. No Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, foi reduzida para 41%.

Para citar um outro item: o diesel evoluiu de 271%, no Decreto-lei nº 61, de 1967, para 6,5%. Nesse processo progressivo de redução, por decretos-leis, e muitas vezes por decreto, usando a flexibilidade de poder reduzir em mais ou menos 20%, depois mais ou menos 40%, a justificativa que se fazia era de reduzir o impacto para os consumidores, reduzir alíquota, reduzir a receita tributária, isso aumentava o preço e as contribuições parafiscais, a gosto do próprio Governo da União. Essa é a trajetória que nós assistimos aí ao longo do sistema tributário, com relação a esse imposto. Mas isso se repete muito em outros impostos: Imposto Único sobre Minerais, por exemplo, que é um imposto que foi criado, e se justifica, pura e simplesmente, com uma hipótese de ressarcimento às regiões produtoras; porque a atividade mineradora é uma atividade predatória. Então, ao invés de se deixar a cobrança por conta do IPI, do ICM, se criou o Imposto Único sobre Minerais, para indenizar a região produtora. Entretanto, a sua administração fiscal, pouco sensibilizada, porque o Governo Federal pouco tinha sobre essa receita, tinha somente 10%, então, pouco sensibilizada, gradativamente a sua base de cálculo também foi reduzida, foi estabelecida artificialmente por bases de pautas fiscais, gerando uma receita também diminuta. Nós vamos observar, por exemplo, que as exportações de minérios, que tanta contribuição deram para esse País na sua pauta de exportação, por exemplo, representam na hierarquia dos impostos, 0,9% da receita tributária.

Então, essa é a história do nosso sistema tributário. Nosso sistema tributário foi realmente maltratado, não de uma forma, digamos assim, legítima, foi pura administração tributária, e de uma administração tributária que contrariava a competência financeira que os Estados, e municípios tinham sobre esses tributos. Se denominava tributo federal porque se concedia a competência tributária ao Governo Federal, mas a competência financeira era repartida, compartilhada entre os diversos níveis de Governo. E agora nós falamos em reforma tributária.

O SR. ROBERTO CAMPOS — No cálculo de custos da PETROBRÁS, outro capítulo confuso, certamente, terá sido um dos objetos de cogitação do controle de preços, no cálculo de custos da PETROBRÁS há várias coisas obscuras. Parece que no custo do barril produzido na plataforma submarina descarrega-se o custo todo sobre o petróleo, não se levando em consideração o gás associado, que é obviamente fonte de receita. O custo médio para a PETROBRÁS deve ser substancialmente inferior ao que ela própria indica, de vez que não leva em consideração o gás associado à produção de óleo, que é, obviamente, fonte de receita.

Um segundo elemento que gostaria de saber se foi verificado. Há uma defasagem de tempo entre a coleta de recursos do consumidor, por via do sistema de preços, pela PETROBRÁS, e a transferência desses recursos ao CNP. Esta defasagem ensaia a criação de um fluxo temporário, segundo indicações de um dos ex-diretores do Conselho Nacional do Petróleo, diretor financeiro, isto teria atingido um alvo de 700 bilhões de dólares. Isso, obviamente, aplicado overnight já era uma imensa receita, que representa também uma redução de custos para a PETROBRÁS. Terá sido esse fator levado em consideração?

Terceiro: quando se fala em custo cambial, em defasagem cambial, é preciso que nos lembremos que aplica-se a taxa cambial de 28,5 agora, a todo o petróleo importado, ou não. Custo cambial só é relevante para os 40% que continuam importados, e é irrelevante para uma parte desses 40%, porque há um processamento para reexportação, e aí a taxa cambial é a taxa corrente, perfeitamente atualizada.

Foram levado os fatores em consideração, na avaliação do que se podia chamar o preço equitativo a ser cobrado do consumidor?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não, por enquanto não. Por enquanto nós nos limitamos, nesses dois pequenos reajustes que foram dados em 20 de julho e 30 de agosto, nós nos limitamos a pequenas alterações na estrutura, a nível inferior ao pretendido na sistemática antiga, mas sem ainda o questionamento efetivo de toda a estrutura.

Com relação à contabilização de derivados, isso não afetaria os custos. Nós determinaríamos na estrutura ge-

ral dos custos e apropriaríamos e faríamos a sua diluição em diversos tipos de derivados. Então se considera efetivamente todos os produtos de acordo com suas demandas efetivas para fazer a distribuição de custos entre os diversos itens. Então não deixa de ser contabilizado o gasto.

O que eu teria, num primeiro momento, é que a estrutura efetivamente não tem como apropriar ganhos financeiros. Ela difere do tratamento dado em outros segmentos, por exemplo, o setor privado, e que nós temos feitos controle de preços, nós fazemos o reajuste de custos variáveis a prazos não inferiores a 45 dias e fazemos a atualização, a correção do ativo em 6 meses. Diferentemente, a estrutura de derivados de petróleo ela atualiza com períodos distintos, de acordo com a sua diversa composição. O preço da refinaria, o preço da PETROBRÁS, que é o preço que seria base de cálculo do imposto único, ele tem uma composição de quatro grupos, que V. Ex.^a conhece bem, e cada grupo se regendo por um critério diferente. Então, o grupo que representa a mão-de-obra ele é corrigido, semestralmente, com a correção da mão-de-obra, segundo o reajuste do INPC. O grupo principal, que responde por 73% da estrutura, é a matéria-prima, é o custo do barril que deveria efetivamente ser determinado com base no custo real, custo do petróleo nacional, calculado a sua média, e o custo CIF do petróleo importado. Quer dizer, essa seria a média de determinação, que não está feita. Nós estamos partindo do sistema, como eu havia dito, em que se arbitrou, em que se estabeleceu uma paridade, que em um determinado momento nem paridade era mais. Porque se era paridade, no momento em que foi feito, em janeiro de 1984, se era paridade equiparar o petróleo nacional, e dar a ele o preço do petróleo importado a 30 dólares CIF, hoje não se importa mais petróleo por esse preço. Então, nem mesmo paridade era, como continua não sendo, ao se estabelecer 28,5 dólares. Mas nós, por enquanto, ainda estamos nessa discussão dessa estrutura, na busca da sua determinação mais adequada. Agora, critérios de renda financeira, realmente não entram na estrutura, não só da PETROBRÁS mas como nenhum outro preço que nós administramos, nem a receitas financeiras e nem as despesas financeiras.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Mas deveria entrar para a avaliação do custo real. A lei determina a avaliação do custo real efetivo do petróleo. O custo real efetivo do petróleo exige uma verificação de ambas dessas coisas.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Se esses ganhos são apropriados ou são devidos a circunstâncias da empresa estatal, a favorecimento em sua política de câmbio ou a sua característica da sua política de câmbio, a maneira mais adequada de capturar isto seria através de determinação pela própria autoridade monetária. E eu acho que seria a maneira mais adequada de se estabelecer. O que me parece muito pouco adequado que foi o tratamento dado à PETROBRÁS, mais a muitas outras empresas estatais, era gerar um sobrelucro nessas empresas e depois convocar essas empresas à aplicação em títulos de dívida pública e remunerá-las por isso.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Eu gostaria de expressar a minha concordância em relação à tese que avançou sobre a maneira correta de financiar investimentos à PETROBRÁS. A maneira correta seria, primeiro, utilizar os lucros da própria empresa. É o que fazem todas as empresas internacionais, que extraem de seus lucros o necessário para a exploração e pesquisa e para o pagamento de royalties e para as despesas operacionais correntes. A segunda fonte de financiamento deveria ser recursos aos acionistas, uma vez que eles são diretamente os beneficiários do lucro.

Em terceiro lugar, um apelo à comunidade. Neste caso, não se deveria fazer esse apelo por via sub-reptícia, isto é, através da fixação arbitrária de uma estrutura de preços, em desacordo com os estatutos legais, e sim mediante a aprovação expressa, pelo Congresso, de um orçamento de investimentos proposto pela PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Vamos abusar um pouco da boa vontade do Dr. João Luiz, e, nesse caso, é

para concordar, não é para divergir. Fomos um dos críticos maiores quando apareceu a idéia de justamente colocar os superávits obtidos por essas empresas estatais na colocação de títulos da dívida pública. Parece que foi isso que V. Ex.^a disse. Dr. João Luiz, vamos falar claro! Isso foi a única maneira coerente que podia aparecer, o corte da estatal como realmente cortar o déficit público. Mas cortar déficit público a título de colocação dos lucros dessas empresas, pois se ela sendo de economia mista não podiam ir para a caixa comum, sabe V. Ex.^a melhor do que nós, por cortar esse déficit público à custa de colocação de papéis à base de superávit de companhias estatais, que, pelo papel que representam no nosso desenvolvimento, tenham que fazer investimentos e mais investimentos, como vimos, a carência que temos, desde a energética, a maior, do petróleo, tão bem cuidada pelo Presidente da Comissão, a energia elétrica e outro, parece não um contra-senso. É outro ponto. E não se está fazendo aqui nenhum gozo com declarações de situação, e não compreendemos como vai-se tirar lucros de estatais ou supostos lucros de estatais e fazê-las aplicar em letras do tesouro ou ORTN. Era a observação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Sr. Relator, Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Dr. João Luiz da Silva Dias, sua exposição foi muito clara e diante das perguntas dos Srs. Senadores, pouca coisa queria perguntar. (Inaudível)

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — No caso dos aços não-planos, os reajustes se faziam pelas estruturas de custos, pela planilha de custo. Esse processo de indexação, essa forma simplificada de se estabelecer os preços das siderúrgicas estatais, nem sempre se fez com aquele rigor, mesmo no processo indexado. Nós tivemos agora a oportunidade de ter a estrutura de custo das 3 principais estatais siderúrgicas, a USIMINAS, a COSIPA e a CSN, determinados e levantados no mês de junho, e procuramos, a partir daí, fazer a equiparação de custos. Nós encontramos nos preços de junho, os preços estabelecidos em junho e a estrutura de custos de junho a USIMINAS tinha a cobertura total dos seus custos, mais uma remuneração nula do seu capital. Já a CSN e a COSIPA, operando em prejuízo, sem sequer cobrir seus custos industriais. Se fazia necessário o reajuste real da ordem de 19%. Esse reajuste da ordem de 19% vai levar a USIMINAS à remuneração plena de seu capital, e, no caso da COSIPA e da CSN, à cobertura de seus custos industriais, e no caso da COSIPA, uma pequena remuneração do seu capital. Mas a trajetória que está marcada está abalizada pela mais eficiente que é a USIMINAS. Mas as siderúrgicas privadas, não-planos seguiam a sistemática do CIP de reajustes periódicos feitos com base nas planilhas de custos.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, não pude chegar cedo, porque o avião atrasou, e não tive a oportunidade de ouvir o início da palestra do ilustre Dr. João Luiz da Silva Dias. Eu recebi agora, li rapidamente, e não tive a oportunidade de ouvir o *curriculum* do depoente. Eu gostaria de ouvir essas informações: há quanto tempo ele está nesse órgão, o que ele fazia antes de vir para esse órgão? Isso me ajudaria a entender as suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O *curriculum* foi lido. Ele é, atualmente, Secretário Executivo da SEAP e foi Presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Assessor Econômico do Ministério da Fazenda e Técnico da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Apenas uma complementação, ou uma justificativa do tratamento que eventualmente a gente pode estar dando em alguns pontos. Eu iniciei a minha vida profissional trabalhando pelo Banco do Desenvolvimento, na Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, onde tive a oportunidade de, em 1968, estar vivendo aquele primeiro momento do sistema

tributário, e assistindo, efetivamente, a sua delapidação. Então, por isso que me tocam muito fundo as questões relativas à política fiscal.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu fiz essa pergunta porque ouvindo a sua explanação a gente pensa que o Sr. nunca pertenceu a nenhum órgão do Governo. Seria um tecnocrata da Nova República, quando, na verdade, o Sr. já tem um passado muito grande. E o Sr. fala na abertura das "caixas pretas" de orçamentos paralelos. E na nossa opinião, a opinião pública, a Nação brasileira está abrindo a grande "caixa preta" que foi o regime que passou. Todo ele era uma grande "caixa preta". Essas coisas que os Srs., que até certo ponto criticam, foram feitas nesse regime que todos os Srs. participaram. Eu estou à vontade para criticar, porque não tenho nenhum compromisso com tudo que passou aí. Então a gente fica até sem entender que certas figuras que até têm responsabilidade com essas coisas, hoje criticam, quando a Nova República tem 6 meses. É impossível corrigir em 6 meses os erros acumulados em 21 anos de arbítrio. Eu faria uma pergunta ao Sr.: o Sr. tem dados aí à mão para dizer qual o percentual de aumentos dos derivados de petróleo no período março a agosto de 84, e março a agosto de 85?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Eu tenho os dados, mas eu diria primeiramente a V. Ex.^a que, como eu respondi antes ao Senador Virgílio Távora, nós estamos numa fase de transição, numa fase em que as coisas devem ser buscadas com muito esforço para se dar clareza a essas contas. Não se trata simplesmente de julgar as pessoas, os técnicos ou os funcionários, os burocratas na posição em que estiveram, que foi dado a eles estar durante os períodos passados de Governo. É graças a termos participados, estarmos lutando e trabalhando ao longo desses 15 anos da minha vida profissional e que algum conhecimento que a gente tem que alguma contribuição a gente tem para oferecer à Frente Democrática, e mais do que tudo oferecer à vida nacional no restabelecimento da sociedade democrática.

Os reajustes dos derivados de petróleo, em 1984, vamos tomar, porque os reajustes não foram necessariamente uniformes entre os diversos derivados, mas no caso da gasolina, nós tivemos um reajuste...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De março a julho?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — De março a julho...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De 84?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — De 84 ou de 85?

O SR. MÁRIO LIMA — Eu quero fazer uma comparação, se possível, entre os índices do ano passado e deste ano.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Pois não. No ano passado, nós tivemos reajustes em janeiro, em abril, em junho, em julho, em agosto, em novembro e em dezembro, totalizando 284%. Quer dizer, foi um reajuste: em abril, de 19,5%; em julho, de 32,44%; em agosto, 25,84%.

O SR. MÁRIO LIMA — Então de janeiro a agosto daria quanto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Em janeiro teve reajustamento de 26,74%.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu estou dizendo: somando de janeiro a agosto, daria quanto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não teria máquina aqui para fazer porque ele é um acumulativo, não é? Não é uma soma simples, um acumulativo, não se multiplica.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Quais são? De janeiro quanto é que é?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Janeiro, 26,74%; abril, 19,15%; junho, 32,44%.

O SR. MÁRIO LIMA — E agosto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — E agosto, 25,84%.

O SR. MÁRIO LIMA — O Sr. me dando esses mesmos índices deste ano me satisfaz.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Pois não. Esse ano, fevereiro, 26,90%. O reajuste seguinte foi julho, 32,82%.

O SR. MÁRIO LIMA — E agora, o de agosto?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — E agosto, 4,5%. O total nesse ano, acumulado, dá 50,94%.

O SR. MÁRIO LIMA — Então a gente constata facilmente que a Nova República fez dois aumentos: um em julho, de 13,82%, e um agora, em agosto, de 4,5%. Então só o aumento de fevereiro foi superior a esses dois meses. Não dá para comparar os aumentos do ano passado com este ano. Então alguma coisa está melhorando. E é como disse o ilustre Senador Virgílio Távora, não é preciso ser economista, é só entender um pouco de aritmética. Porque o que se fez muito neste País foi complicar as coisas. Os tecnocratas, particularmente a tal linguagem do economês envolveu tudo num mistério que só poucos entendidos podiam o que se passava neste País. Quando esse negócio tem que ser claro, transparente, como diz muito bem o ilustre Ministro das Minas e Energia, que não é do meu Partido político, eu sou Deputado do PMDB ele é da Frente Liberal, mas tem que se reconhecer no Ministro Aureliano Chaves um homem sério que está tratando o problema com coragem e com dignidade. E o Presidente da PETROBRÁS, também, que não é do meu Partido, mas está enfrentando, inclusive, com muita coragem, todos aqueles que tentam distorcer as realidades da PETROBRÁS. As coisas estão melhorando, estão aí. Só não vê quem não quer ver ou quem tem conveniência de não ver, ou quem tem paixão, ou quem tem preconceito. Esta que é a realidade. A PETROBRÁS agora está encontrando mais uma reserva de milhões e milhões de barris. E elas só vão poder ser desenvolvidas se houver recursos. Porque, num País pobre, eles têm que ser encontrados aqui dentro mesmo. Porque um dos graves problemas com a PETROBRÁS, em toda a sua vida, daí a pesquisa, a perfuração e a produção terem se arrastado, foi a falta de recursos. O ilustre Presidente desta Comissão, Senador Cesar Cals, quando assumiu o Ministério, que disse que deixava a empresa produzindo 500 mil barris, foi até ridicularizado. Não conseguiram, mas tentaram fazer isto. Acharam que ele era um sonhador, que ele era um homem que estava com os pés nas nuvens, e ele saiu deixando isso. Por quê? Porque houve recursos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Deixando mais. Deixando 600 mil.

O SR. MÁRIO LIMA — Deixando mais. Todo mundo sabe que a pesquisa, a perfuração e a produção são atividades de capital intensivo. Ou os países ricos fazem isso ou os países pobres têm que ter a solução estatal. A não ser aqueles que acham que temos que internacionalizar a nossa economia, nos lucros, nos prejuízos dos outros. Porque na hora do lucro ninguém quer dividir com o Brasil, só querem levar daqui o petróleo, o ouro, os minérios de ferro e outras coisas. As dificuldades nenhum país estrangeiro quer levar. Nós temos uma posição nacionalista que nos causou, inclusive, prisão, dois anos na Ilha de Fernando de Noronha. Mas vamos continuar nesta linha. E agora as coisas vão ser discutidas à luz do dia. A "caixa preta" foi aberta. A razão agora quem vai dar é o povo que perdeu o medo e se libertou. Os magos, os homens que queriam transformar as riquezas com varinha de condão não têm mais vez, têm que vir discutir aqui, discutir na Câmara, discutir nas praças públicas. A PETROBRÁS, eu vou dar um exemplo claro, nos últimos anos, a sua despesa com pessoal caiu, vem caindo. O percentual com essa despesa diminui. Nos últimos anos, houve o arrocho salarial, a inflação subiu. Então essa história de dizer que salário faz inflação é uma piada de mau gosto. Porque se isso fosse verdade não haveria inflação no País. Porque o Ministro Delfim Netto, fez as piores barbaridades contra o trabalhador. Fraudou índices, ficou provado na justiça, aqui na Câmara, que a inflação não caiu, pelo contrário subiu. Então essa história de procurar caminhos tortuosos para impedir que a PETROBRÁS alcance a auto-suficiência, a Nação já está prevenida. Há os que fazem isso até por inocência, mas há quem faça isso deliberadamente, há interesse, jogo. Se não houver empecilho, hoje a PETROBRÁS é uma das

empresas com a melhor tecnologia no mundo, em perfuração off shore, o Brasil está, inclusive, vendendo tecnologia. E há quem não acredite no brasileiro é um direito, mas nós acreditamos no brasileiro, nós acreditamos na potencialidade do povo brasileiro e dos técnicos brasileiros. A engenharia nacional ganha concorrência frequentemente, inclusive enfrentando firmas dos Estados Unidos e da Europa. Nossas firmas aí, as grandes empresas construtoras brasileiras, têm vencido grandes concorrências no exterior. E cada dia mais nós acumulamos tecnologia no setor de pesquisa, perfuração e produção de petróleo. As nossas refinarias foram todas modificadas, estão produzindo mais, estão com a maior produtividade, graças aos nossos técnicos brasileiros. Adaptam-se aos óleos nacionais, há óleos mais baratos, tudo isso foi feito nos últimos anos, pelos técnicos da PETROBRÁS. A maioria não se mete com política, não tem problema ideológico, só tem um compromisso, que é produzir para este País. Eu não fico surpreso com a posição do Sr. Eu acho que o Sr., não sei se voluntária ou involuntariamente, defende a tese que vai tirar recursos da PETROBRÁS. Mas o Ministro da Indústria e do Comércio fala em estatização de maneira indiscriminada e sem explicação. Mas, em contrapartida, nós temos ainda o prazer de ouvir um Ministro, como Dilson Funaro, se posicionar de maneira clara no sentido de dotar a PETROBRÁS de, cada vez mais, recursos, para cumprir sua missão. A esta Casa e a Nação brasileira cabem fiscalizar a PETROBRÁS. Mas fiscalizar mesmo, para ver se esses recursos estão sendo usados adequadamente, competentemente. Agora cortar esses recursos da PETROBRÁS, sob qualquer pretexto, um país que tem uma porção de leis feitas aí em quartos escuros, leis feitas para beneficiar e para prejudicar pessoas, leis que não dignificam nem o parlamento das repúblicas mais miseráveis. E quem não sabe disso? Que neste país se fizeram, nos últimos anos, leis para beneficiar e para prejudicar pessoas. Isso não se faz em nenhum parlamento de uma nação civilizada. A lei é feita para atender a um reclamo da Nação. Mas todo mundo conhece aí minha gente. Só quem viveu fora do País não sabe disso. E quem disser que não sabe dá uma prova de ignorância do que aconteceu no País, nos últimos anos. Eu acho que a coisa está colocada nesses termos. Há os que querem impedir a PETROBRÁS de prosseguir. Até por convicção, não vejo nisso nada de desonesto, mas cada pessoa tem uma concepção, mas a história está provando que nós estamos certos. Se não fosse a PETROBRÁS, esse espaço hoje estaria ocupado por firmas internacionais e os nossos destinos estariam mais comprometidos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu pediria ao nobre Deputado que concluísse.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu vou concluir, Sr. Presidente. Então o Sr. vê, o Sr. me dá uma resposta aqui clara. Em nove meses do ano passado, e nove meses desse ano, as coisas do lado do petróleo melhoraram. Outro assunto que não ficou claro é o problema de estabelecer o custo do petróleo. Isso é muito complexo. Há os que querem incluir só os poços que estão produzindo. E os poços secos, quem é que inclui? E as despesas indiretas, que são astronômicas? A fixação do preço do petróleo se bota em 28 dólares e meio, embora seja a uma taxa cambial irreal. Quem é que tem o dólar no preço que está estabelecido? Ninguém. O que falta é isso, é o hábito de discutir essas coisas à luz do dia. Esse problema não pode ser mais decidido em ambientes fechados. Ele tem que vir para o plenário da Câmara, do Senado, para a imprensa, e para a Nação brasileira toda se pronunciar. Se quer a Petrobrás com recursos, para alcançar a auto-suficiência, e vamos alcançar, tenho certeza, nas conversas que eu tenho mantido com o Ministro Aureliano, com o Ministro Beltrão, com os técnicos da Petrobrás, desde o humilde operário da boca da sonda ao mais ilustre geólogo, há uma determinação patriótica de chegar a essa meta. E sem dinheiro, no mundo capitalista, não se faz nada. Esta Casa vai encontrar uma maneira de dar à Petrobrás esse recurso. Se ela é uma empresa particular, se a Petrobrás estivesse perfurando petróleo, e conseguindo o preço acima dos preços internacionais, estava todo mundo, quando digo todo mundo, aqueles que até por paixão são contra a Petrobrás, estariam felizes. Mas, como a Petrobrás, por eficiência, está produzindo a preços menores que os preços internacionais, isso em

qualquer atividade industrial chama-se resultado operacional. Os nossos carros são mais caros do que os estrangeiros, ninguém vê isso. Agora mesmo eles tiveram quinze por cento de aumento. E por que não vendem mais barato do que os estrangeiros?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Peço a V. Exª para entrar no assunto.

O Sr. Mário Lima — Vou concluir, Sr. Presidente. Isso tem relação com o que eu quero colocar.

Então eu entendi isso. Se não foi isso, eu lhe peço desculpas, mas eu entendi que o Sr. também participa da corrente que tem que se apegar no formalismo duvidoso, para impedir que a Petrobrás tenha um volume de recursos que teve até hoje para prosseguir na sua marcha vitoriosa, de chegar a um milhão de barris de petróleo por dia. Isso foi o que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — V. Exª está muito enganado com relação ao nosso posicionamento.

O SR. MÁRIO LIMA — Fico feliz de estar enganado.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Certamente nós fomos infelizes nas nossas colocações. Nós não somos contra se dar recursos a PETROBRÁS. Nós, evidentemente, não podemos ser contra a PETROBRÁS. A PETROBRÁS, e a própria Lei nº 2.004 nos diz muito fundo como marco no nosso próprio processo político. O que se tem, quando se fala em equiparar o preço do petróleo importado para gerar esse ganho à PETROBRÁS, se deixa de fazer o mesmo raciocínio quando a PETROBRÁS gerava e produzia petróleo a preços superiores aos do petróleo importado. Naquela época, ninguém falava em paridade. Seria absurdo que se pretendesse impelir a empresa a vender o seu petróleo que custava mais pelo preço do petróleo importado. O que nós estamos colocando, nós nos referimos às mesmas leis que V. Exª se refere, leis geradas dos gabinetes fechados, leis escusas que não foram feitas para beneficiar a PETROBRÁS, elas foram feitas para lesar os Estados e Municípios. A PETROBRÁS, de início, pouco se beneficiou dessas leis, desses diversos dispositivos legais ou ilegais. Com o que nós somos contra, é a forma como ela se beneficia. Porque o mesmo nível de preços, ou muito superior a esses que V. Exª comemora, poderia ser estabelecido se entendesse a sociedade, através dos seus poderes constituídos, de estabelecer a carga tributária. Quer dizer, determina-se o preço, o custo de produção e a remuneração dos investimentos. Ninguém, evidentemente, poderá entender, qualquer empresa, seja ela pública ou privada, que deixe de ser remunerada nos seus investimentos, até mesmo com o mecanismo de propiciar os novos investimentos. Mas o que se coloca é a cobrança de um sobrepreço apropriado indevidamente pela empresa, na medida em que não seja convalidado pela sociedade, quando a Constituição determina que existe, no setor um imposto único, cobrado uma única vez, em qualquer uma das fases, seja na produção, seja na comercialização, na distribuição, ou no consumo. Uma única vez se cobra Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes. Então, a única hipótese tributária, a diferença do preço para o custo, se tem então o tributo, e sobre ele os Estados e Municípios têm 60% de direito à participação. Foram coisas dessa forma que levaram os Estados a serem compelidos a usar o seu único tributo que é o ICM, serem fechados, terem de defender esse tributo, mesmo cobrando sobre o feijão, sobre a carne, sobre todos os meios essenciais, porque a única receita que lhes restou, depois de quase tudo confiscado pelo Governo Federal. Então é apenas quanto a uma questão de princípio, quanto a forma. Agora, os recursos da PETROBRÁS são necessários, não só para que ela produza 60% do nosso consumo, mas que ela produza os 100%, e quem sabe até exportar petróleo. Agora, só que os investimentos devem ser feitos da maneira adequada, devem ser feitos e conhecidos nessa sociedade em que as coisas sejam claras e legítimas, como V. Exª bem reclama e todos nós estamos envolvidos e engajados.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, Sr. Depoente, o perigo para quem chega e toma o bonde andando é de fazer perguntas que já foram feitas e obter respostas que já foram dadas. Mas, eu gostaria de saber se a atual administração, em relação aos preços públicos, tem uma política determinada para fazer esses reajustamentos. Se serão seguidos os custos da inflação, se esses preços serão reajustados na base da inflação, se terão um quociente superior à inflação para capitalizar as empresas para fazer novos investimentos, ou se terá um quociente abaixo da inflação, com subsídio do Governo para atender ao interesse dos consumidores?

No caso específico, por exemplo, da PETROBRÁS, foi falado aqui a respeito dos aumentos da atual administração em relação aos aumentos da administração anterior. Então eu perguntaria se esses aumentos dados na atual administração seguem uma política já orientada de dar os aumentos abaixo da inflação? Então se esses aumentos representaram algum prejuízo financeiro para a empresa, por não ter o reajustamento naquelas bases que, como diz a própria empresa, segundo comentários dos jornais, seriam necessários para atender às suas necessidades? Porque, se não me engano, parece-me que também nas telecomunicações há um reajustamento mensal para atender tais ou quais conveniências. Então é isso que eu gostaria de saber. Em primeiro lugar, se há uma política determinada para todos os preços públicos do Governo Federal? Ou se dependerá exclusivamente de acordo com cada empresa, e tudo isso?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Existe uma política de ordem geral que é a determinação dos custos reais, efetivos, de cada empresa, com preocupação, inclusive, com relação à eficiência dessas empresas, para nós não estarmos simplesmente repassando para os consumidores quaisquer estruturas de custo.

Então na Secretaria das Estatais, na SEST e na SEPLAN, foi criada, inclusive, uma coordenação que vai estar diligenciando reflexões com relação ao desempenho das empresas estatais. Então, em primeiro lugar, o princípio é de determinação do custo do serviço, de remuneração do investimento, de acordo com o princípio constitucional. Em segundo lugar, se identificando a capacidade contributiva daquela massa de segmentos de consumidores, a forma adequada de capitalizar capacidade é a forma tributária. Então alguns setores, como por exemplo, no setor de energia elétrica, existe um Imposto Único sobre Energia Elétrica. É ele que vai capitalizar se existe a capacidade. Hoje, por exemplo, eu diria que nesse setor não há essa capacidade. Existe o imposto mas as empresas operam no sistema como um todo, está operando uma taxa de rentabilidade, de remuneração do seu ativo em torno de três e meio por cento.

Então para cada preço não se pretende fazer pura e simplesmente uma indexação. É o acompanhamento e a atualização de acordo com evolução dos seus custos e a remuneração do seu investimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sem nenhum subsídio?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não. O subsídio, ele é possível, se desejável e se reconhecido, ou uma incapacidade dos usuários, ou um objetivo de política. Mas só que esse subsídio ele tem que ser claro, tem que ser legítimo, tem que ser dado de uma forma de que todos estejamos vendo quem efetivamente está se beneficiando. Eu lembraria, inclusive, com relação à discriminação, mesmo para o preço de um determinado bem, que é discriminado em categorias de usuários.

Ora, se nós falamos que a rentabilidade, por exemplo, do setor elétrico está abaixo do limite legal, que deveria ser de 10%, está na faixa de três e meio por cento, essa menor rentabilidade pode ser eventualmente atribuída a segmentos que sejam beneficiários, que tenham descontos para o seu consumo. Então há uma transferência de consumidor para consumidor é um subsídio cruzado. Ora esse subsídio cruzado tem que ter um componente tributário para o consumidor que eventualmente está pagando um serviço e remunerando um investimento, numa taxa que pode estar acima dos 10%.

Então o que buscamos, e é o que impõe o estado de direito, é a legalidade do que se faz. Então nós perseguimos a clareza, com relação às diversas políticas de preços. No setor de telecomunicações nós não estamos

fazendo reajustes mensalizados, nem haveria razão para isso. É um setor que vem numa situação boa, os reajustes previstos para este ano ficam na ordem de 171% para a totalidade do exercício, foi dado agora um reajuste recente da ordem de 37,9%, totalizando 3 reajustes no exercício, começando com um reajuste no início do ano bastante elevado, da ordem de 41,5%. Então esses 171% totalizam a necessidade do que nós fizemos a nível orçamentário — não é um processo ainda profundo de observação de custos — mas dentro da sistemática que vinha sendo observada para a manutenção e o equilíbrio da empresa. É um setor que está bem. Inclusive, era um os setores que sistematicamente eram convocados pelo Governo para aplicar seu excedente no extramercado, fazendo aquela reciclagem obtusa e onerosa para o Governo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aquela taxa que o consumidor paga no serviço de telecomunicações, a taxa é legal?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Eu não saberia dizer qual é a taxa de remuneração do seu investimento legal. No setor elétrico, é de 10 a 12%; no setor de telecomunicações, eu não saberia dizer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Parece que há uma discussão a respeito da legalidade ou não dessa taxa. Inclusive, o próprio Ministro das Comunicações me parece que quer receber essa taxa para fazer investimentos na sua própria área.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — V. Ex.^a se refere ao imposto agora chamado Imposto sobre Serviços de Telecomunicações, que sucedeu aquela sobretaxa, o Fundo Nacional de Telecomunicações. Então, o imposto, como qualquer imposto, ele não se destina ao setor. Ele retorna ao setor, se, orçamentariamente, a União entender que deva fazer aplicações no setor. Mas ele não tem a vinculação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Faço a indagação exatamente por desconhecer. Então estou perguntando a V. S.^a, que é técnico no assunto, se essa taxa é legal. V. S.^a está defendendo a tese da legalidade de todas essas taxas e competentes de preços, estabelecimento do preço público.

Então eu pergunto, se essa taxa específica V. S.^a considera como uma taxa legal.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não discutindo o diploma específico que determinou a criação desse imposto, mas ele tem previsão constitucional. Não é taxa. A Constituição prevê o imposto sobre os serviços de telecomunicações. Então existe a previsão legal. Só que o Governo, em vez de usar a previsão legal, constitucional, usava uma sobretaxa que atendia aos reclamos de vinculação de receita. Então isso foi substituído pela imposição, agora sim, aqui de um imposto. Agora, eu não saberia dizer o instituto específico do imposto a lei que criou, se ela está resguardada de todos os cuidados legais. Mas tem previsão constitucional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex.^a desconhece se houve na realidade qualquer recurso a Justiça e se a Justiça considerou esse tipo de cobrança indevida?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — No caso do Fundo, sim. No caso da lei, talvez por desrespeitar princípios de anualidade, ou com relação a algum vício na lei que o estabeleceu. Mas, existe um espaço tributário para o Imposto sobre Serviços de Telecomunicações. Ele é uma prática adequada para se colocar no setor, a sua alíquota foi reduzida este ano, razão por que explica o reajuste menor, o reajuste de telecomunicações este ano ficará abaixo da inflação, mas ficará por quê?, porque houve uma redução efetiva do imposto.

Então, como imposto, não tenho conhecimento se há recursos contra a sua legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Parece-me, na fixação de preços em setor privado, a Secretaria de Controle de Preços examina as planilhas de custo da empresa peticionária, e provavelmente as compara com competidores, para determinar ou não a racionalidade e a razoabilidade do ajustamento de preços.

Nos casos de serviço público, existe algo comparável? Quer dizer, formula-se uma planilha de desempenho, contra a qual aferir o comportamento efetivo das entidades, em vários tipos de serviços públicos, notadamente no caso da energia elétrica? Existem hoje padrões internacionais de comportamento e de desempenho a indústria é bastante estandardizada. Seria necessário que, antes de se conceder os reajustes automáticos de tarifas, se fizesse uma valiação na eficácia, da eficiência da empresa em relação a padrões internacionais aceitáveis, empregados por quilowatt gerado, por exemplo, empregados por quilowatt hora distribuído, e assim por diante. Tenho a impressão que as hossas entidades de serviço público já se habituaram a uma espécie de automatismo de transferência. Elas meramente registram um aumento de custos, projetam sobre isso os encargos financeiros, calculam a remuneração do capital e pedem reajustamento. Enquanto continuar esse automatismo de transferência não haverá interesse no que realmente conta, que é a redução dos custos.

Como Ministro do Planejamento, tive que enfrentar muitas vezes esse problema, seja na indústria do aço, seja na indústria de energia elétrica. Quer dizer, uma total passividade em relação aos custos e uma expectativa de que as autoridades controladoras se limitassem a registrar esses custos nos preços cobrados do consumidor.

Que esforços têm sido feitos para realmente fazer uma aferição de desempenho antes dos reajustamentos tarifários que vêm sendo procedidos.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — A nossa orientação de trabalho é exatamente a mesma. No caso específico, a que me referia, da SIRDEBRÁS, tomado como um padrão, a USIMINAS, que é uma empresa de eficiência reconhecida. No caso do setor elétrico, o Departamento Nacional de Águas e Esgotos, o DENAE, tem a preocupação de não contabilizar evoluções do quadro de pessoal que estejam em desacordo com os coeficientes técnicos levantados para o setor. Agora é claro, V. Ex.^a sabe muito bem disso, que o custo de energia elétrica é basicamente o patrimônio em serviço. É ele que determina, que influencia, na sua grande parte, o custo de tarifa a ser cobrada. Mas há a preocupação, e deve, é claro, existir isso como um objetivo sistemático. No setor de telecomunicações, também. A TELEBRÁS tem trabalhado com um coeficiente generalizado e desempenho entre as diversas empresas operadoras e é um setor que tem conseguido uma evolução no seu desempenho bastante grande. Agora, o que diz respeito ao nosso trabalho, nós somos apenas um órgão central, a responsabilidade específica deve efetivamente ser exercida pelos órgãos que têm poder legal e a especialização para isso. Mas a preocupação existe, o esforço existe, de se trabalhar nesse sentido, para não estarmos simplesmente referendando quaisquer estruturas de custo, sejam elas quais forem, sem nenhum apreço a um melhor desempenho.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Infelizmente, a sua tarefa é dificultada pela nossa mania de monopólio. Se tivéssemos ilhas de iniciativa privada, seja no setor de energia elétrica, seja no setor de telecomunicações — parece que nesse último há uma pequena ilha — se tivéssemos essas ilhas haveria possibilidade de uma avaliação de eficiência relativa. No caso atual estamos praticamente, em termos de serviços públicos, numa situação monopolística. De modo que a possibilidade de contraste de eficiência entre operação pública e privada é eliminada quase que por definição. Mas, obviamente, isso não é algo que caiba às autoridades controladoras de preço, é parte da nossa doença geral de "monopolite".

O SR. MÁRIO LIMA — Eu gostaria de fazer um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Tem a palavra o nobre Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu gostaria de prestar um esclarecimento a esta Comissão. Eu participei, em 1973, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tratava da atividade petrolífera. E naquela época havia refinarias particulares que foram compradas pelo regime, que eu falei, da "caixa preta". E os dirigentes daquelas empresas, nos seus depoimentos, confessaram que o custo de produção daquelas refinarias era superior ao custo de produção da refinaria da PETROBRÁS. E isso pode ser

constatado, os Anais estão aí. Então, isso é muito relativo. Isso, teoricamente, funciona, mas na prática a gente vê que não. As refinarias particulares, todas, tinham custo de produção superior ao custo de produção da PETROBRÁS. A única coisa que elas tinham maior do que a PETROBRÁS era a remuneração dos dirigentes. Eu nunca me esqueço. A Refinaria de Manguinhos, que era uma refinaria que refinava 10 mil barris, os seus dirigentes ganhavam duas vezes mais do que os da PETROBRÁS, de Cubatão, que tinha uma capacidade de processamento quatro ou cinco vezes maior. Isto está registrado nos Anais da Casa.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Eu quero apenas dizer que a estrutura de custos de uma refinaria de petróleo depende muito da escala de produção. A maior refinaria privada de petróleo do Brasil que era a de Capuava, tinha apenas vinte mil barris de capacidade, contrastando com os 70 mil barris de Cubatão. E assim mesmo era mais eficiente, sob todos os critérios, do que a refinaria de Cubatão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Acho que ficou sem resposta uma indagação, cuja resposta poderá ser dada muito objetivamente. A PETROBRÁS teve ou não teve prejuízo com os últimos reajustamentos?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Não, eu diria que o prejuízo que ela tem apresentado se refere a administração dessa subconta, a chamada conta petróleo, mas relativa, estritamente, a essa comparação de taxa de câmbio. Mas o balanço da PETROBRÁS está a demonstrar, e ele já foi publicado pela empresa...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O que eu queria saber era se a falta de reajustamento trouxe algum prejuízo. A pergunta é essa. Se a falta de reajustamento, dentro dos níveis que vinham sendo seguidos, trouxe ou não algum prejuízo a PETROBRÁS.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Eu diria que houve a preocupação ou o cuidado com relação a isso, da parte do Ministro Aureliano Chaves, do Dr. Hélio Beltrão, do General França Domingo. Os reajustes foram dados sem que sequer fosse afetado o programa de investimento da empresa. Efetivamente, nós vínhamos trabalhando num nível extremamente elevado de preços. Se dizia...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex.^a me desculpe interromper, mas eu escutei o Ministro Hélio Beltrão declarar na televisão que isso daí era possível, não interrompendo os investimentos, porque estavam tendo menores investimentos na bacia de Campos. Então, que em razão dessa diminuição de investimento lá, eles poderiam suportar essa defasagem do preço da PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Sem colocar pimenta na indagação, eu perguntaria se os estoques foram mantidos. Porque, na realidade, eu também já ouvi comentário de diminuição de estoques, no tocante ao petróleo efetivamente importado.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Sr. Presidente, permita-me um achega. Talvez o nosso Secretário da SEAP possa nos informar, nós pobres mortais que estamos tão longe aí da corte. Mais claro do que V. Ex.^a disse, esses estoques foram diminuídos de 65 dias para 21?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS — Eu diria duas coisas: primeiro, com relação ao programa de investimento, que um programa de investimento revela diversos níveis de intenções. O que nós podemos dizer é que efetivamente nos chamados Orçamentos SEST, aquele orçamento aprovado dentro da SEPLAN, não houve um comprometimento do programa necessário para o desenvolvimento normal da PETROBRÁS de acordo com o seu desenvolvimento nos últimos anos. Se ela dispusesse de mais recursos, ela poderia estar ampliando as suas aplicações, os seus investimentos em mais prospecção, em novos poços, etc.

O segundo aspecto, com relação à redução dos seus estoques, eu acho que, independente de qualquer coisa, de qualquer circunstância de administração preços a PETROBRÁS faria o que fez e que está fazendo qualquer uma das grandes empresas do setor. Os preços estão em declínio, todos estão trabalhando na formação de esto-

ques menores. Então é uma circunstância. Até se alegou que grande parte dos ganhos da PETROBRÁS no primeiro semestre se deveria até a ganhos desse tipo, de trabalhar com estoques menores no mercado de preços em declínio. Diz-se por exemplo, que os preços poderão chegar a 18 dólares. É boa política adquirir petróleo, armazená-los a 24 dólares, se existe a hipótese iminente de se adquirir por 18? Então, é uma política de marketing da empresa, sem compromisso dos estoques de segurança. Então, o que se coloca é a determinação dos estoques de segurança que não possam ser comprometidos e cujo critério de determinação se faz hoje no Brasil diferente, porque hoje nós já temos 60% de petróleo nacional. Então as margens de estoques de segurança são distintos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não havendo nenhuma indagação, eu agradeço ao Dr. João Luiz a maneira franca como respondeu as perguntas, e na próxima reunião nós iniciaremos a Vale do Rio Doce, pelo Presidente da DOCEGEO, Dr. Francisco de Assis Fonseca.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

14ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 1985

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Cesar Cals, Presidente, Carlos Lyra, Jorge Kalume, Martins Filho, Severo Gomes (Relator) e Moacyr Duarte, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, "destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista das quais a União detenha maioria acionária". Comparece, ainda, o Sr. Deputado José Machado.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente, declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O Sr. Presidente solicita ao Dr. Breno Augusto Santos, Diretor da DOCEGEO, que proceda a leitura do juramento e, em seguida, conceda-lhe a palavra. Logo após a sua exposição, o depoente se coloca à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos.

Continuando, o Sr. Presidente passa à fase de debates. Usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Cesar Cals, Moacyr Duarte, Jorge Klaume, Severo Gomes (Relator) e o Sr. Deputado José Machado.

O Sr. Presidente agradece a presença do depoente, Sr. Breno Augusto Santos, e determina que as notas traquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO A ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1985, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS, DIRETOR DA DOCEGEO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Cesar Cals

Relator: Senador Severo Gomes

(Integra do apanhamento traquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Havendo número regimental, está aberta a Comissão.

Convido o Dr. Breno Augusto dos Santos para sentar à mesa.

Esta reunião será, impreterivelmente, encerrada às 13 horas. Caso existam algumas dúvidas sobre a sua exposição, o depoente será convocado outra vez.

O depoente é o Dr. Breno Augusto dos Santos, geólogo, formado em 1964, trabalhou 3 anos na INCOME,

empresa privada e quatro anos na Meridional, que é uma subsidiária da United States Steel. Assim, tem sete anos de iniciativa privada na área de geologia, é geólogo da Companhia Vale do Rio Doce desde 1971 e, hoje, um dos diretores da DOCEGEO.

S. Sª tem 30 minutos para fazer sua exposição, prorrogáveis por mais 15 minutos.

Convido o Dr. Breno Augusto dos Santos, para, de pé, prestar o juramento.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — "Juro, como dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha a maioria acionária."

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Convidei o Dr. Breno para falar sobre as riquezas minerais e, em particular, das riquezas minerais da Província Mineral de Carajás, desde o seu histórico. S. Sª tem a palavra.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu, antes de mais nada, quero expressar minha satisfação pessoal e da empresa que represento em estar aqui com V. Exªs. Tanto eu, pessoalmente, como a empresa, teremos o máximo empenho e a maior satisfação em apresentar todos os esclarecimentos possíveis e, dentro da nossa competência, dar toda informação que seja pertinente a este plenário.

Coube a mim a apresentação de um tema sobre Carajás, porque, há algum tempo, eu tenho trabalhado como profissional e como dirigente dos trabalhos da empresa, na área de geologia, na Região.

Carajás é importante do ponto de vista nacional e importante, também, para a empresa na qual eu trabalho. No início de Carajás, nessa época, eu não estava a serviço da Vale do Rio Doce, mas, sim, trabalhando com a Meridional, com a United States Steel e tive a oportunidade, então, de acompanhar toda a evolução, desde a descoberta até o momento presente.

A história de Carajás começa na década de 60, quando duas empresas multinacionais, voltadas para a área de manganês, iniciam o trabalho de prospecção na Região. Se nós voltarmos um pouco no tempo, nós vamos lembrar que, na década de 60, a África foi sacudida por uma série de revoluções nacionalistas e essas empresas tinham interesses na mineração daqueles países e temiam perder a fonte de suprimento de manganês para os seus negócios. Como V. Exªs sabem, o manganês é um mineral bastante estratégico no mundo ocidental, porque embora haja quantidade bastante grande em alguns países, apenas três ou quatro países detêm essas reservas. Portanto, ele torna-se bastante estratégico para as indústrias siderúrgicas do mundo ocidental. Essas duas empresas, uma delas subsidiária da Union Carbide e a outra subsidiária da United Steel, iniciaram o trabalho de prospecção nessa época.

A Union Carbide, logo no início de 1966, teve sucesso descobrindo um pequeno depósito de manganês na Serra do Sereno, por coincidência bastante próximo de onde hoje está o garimpo de Serra Pelada. Atraída por essa descoberta, a United States Steel inicia um outro programa amplo na Região, no ano seguinte. Forma um programa bem mais ambicioso do que a outra empresa estrangeira, com recursos maiores, utilizando, inclusive, helicóptero e, logo no início do trabalho, ela teve sucesso chegando às clareiras de ferro, onde estava o minério de Carajás.

Eu coloco essa transparência apenas por dever de justiça, porque pelo fato de eu ter participado da equipe que descobriu Carajás e, pelo fato de ter permanecido na Região bastante tempo, muitas vezes apenas o meu nome é lembrado como o descobridor de Carajás. Por dever de justiça, eu coloco aí toda a equipe que participou nas diversas fases da descoberta de Carajás, desde a equipe de planejamento, nos Estados Unidos, que planejou o programa em si, a equipe de apoio, no Rio de Janeiro, e a equipe de campo. Éramos, na época, cerca de 15 pessoas, com o apoio de empresas particulares de helicóptero que atuavam na área, em meados de 1967.

Nós dissemos que, na época, a CODIM havia descoberto manganês em Sereno. Então nós vamos ver como aconteceu de fato isso.

A CODIM possuía uma base de apoio em Marabá e, através de uma equipe de trabalho de campo descobriu manganês aqui na região de Sereno. Serra Pelada está mais ou menos aqui.

A Steel, quando entrou na área, talvez por um purismo ético, não quis montar a sua base de apoio em Marabá. Temia-se, na época, que duas multinacionais atuando em apenas uma pequena cidade, como era Marabá na época, fosse algo estranho, algo que despertasse demais a atenção e optou-se por uma base em Altamira. A equipe da CODIM tinha uma hipótese geológica de trabalho, suspeitava que a mesma área, o mesmo ambiente geológico que dava o manganês a Sereno, poderia repetir-se aqui na Região do Bacajá. E ao saber que a Steel se estava deslocando para Altamira, deslocou, também, a sua equipe para Altamira, correndo na frente, inclusive alugando a mesma casa que a Steel havia selecionado para a sua base de apoio. A Steel, então, teve como opção a localidade de São Francisco do Xingu, que não tinha a menor condição de apoio para a sua base de campo, e partiu, então, para uma base na ilha de São Francisco do Xingu, que era uma pista onde havia um seringa para apoio desses trabalhos de exploração da borracha. Então, nós temos a situação: a CODIM correndo para Altamira e a Steel baseada aqui na Ilha de São Francisco; isso em junho de 1967.

Nesse meio tempo, surgiu um novo fato. O Governo brasileiro tinha executado, através do DNPM, PROSPEC, um amplo levantamento aerofotogramétrico na Região. Isso havia começado em 1954 e a divulgação desse trabalho teve início em 1967. Quando as fotografias aéreas foram liberadas para o público, teve-se a seguinte observação: as estruturas orientadas, as serras orientadas eventualmente potenciais para ter manganês estavam situadas mais para leste, longe da área de ação dos helicópteros que estavam na Ilha de São Francisco. Então a equipe técnica chegou à conclusão que não adiantava ficar baseado em São Francisco, mas, sim, teria que se levar a equipe mais para leste para se atingir aquelas áreas com serras orientadas.

Tinha-se o seguinte problema: não havia uma base de apoio nessa área e, optou-se, logo de início, para a aldeia Chicrim, onde havia uma pequena pista de pouso. No primeiro pouso nessa área, um índio, que falava português, informou que mais abaixo, no rio Itacaiunas, havia sido construída uma pequena pista de pouso para apoio de um castanhal. Havia uma exploração de castanha na área e havia sido construída essa pista de pouso. Depois de várias negociações com o proprietário do castanhal em Marabá, conseguiu-se a devida autorização e, no fim de julho de 1967, a Meridional iniciou a mudança de sua equipe para o castanhal do Cinzento.

Hoje, depois de se conhecer o potencial de Carajás, verifica-se uma coincidência, que esse castanhal está no meio da Província Mineral de Carajás. Foi, realmente, um golpe de sorte bastante grande da equipe da Steel. Surgiu, daí, um outro problema. Tinha que se deslocar o helicóptero de São Francisco para o Cinzento num voo cujo tempo de duração era maior do que a autonomia do helicóptero. Era, na ocasião, o meu primeiro voo de helicóptero. Pode-se imaginar, então, a dificuldade na época como foi feito esse voo. Optou-se, então, por uma trilha com o apoio de terra, ou seja, indo pelo rio Xingu, subindo o igarapé Carapanã e passando-se pela bacia do rio Araguaia. E foi selecionada na Serra Arqueada uma clareira semelhante a outras clareiras vistas em fotografias aéreas que haviam despertado apenas a curiosidade de profissionais da equipe. Não sabiam o porquê daquelas clareiras no meio da Selva Amazônica, porque não havia vegetação em grandes áreas da Selva Amazônica. Durante o traslado desse helicóptero, ao se pousar numa clareira na Serra Arqueada, se verificou que a clareira era devido à existência de minério de ferro, quer dizer, havia minério de ferro na superfície, tanto que isso não permitia o crescimento de árvores. Por uma associação de idéias, estabeleceu-se a hipótese de que as outras clareiras também seriam de minério de ferro e, no mês de agosto, foi feito o reconhecimento pela equipe dessas clareiras, confirmado o potencial inicial bastante fabuloso das reservas de ferro de Carajás. Logo ao se pousar na clareira, a confirmação da descoberta foi feita à direção da empresa. A Steel, de início, não se interessou pelo minério de ferro. Só se interessou pela área quando, no final de agosto, a equipe descobriu manganês na Serra de

Buritirama. Só então a direção da Steel veio visitar a área e verificou que, realmente, o potencial de ferro que seus geólogos haviam citado em comunicações telefônicas era impressionante, não era falsa interpretação inicial de uma equipe jovem.

Posso perguntar: por que Carajás só foi descoberto em 1967, quando o homem já se preparava para chegar à lua? Causou até espanto, a nós, técnicos, na época bastante jovens, era quase inacreditável que aquele minério de ferro estivesse na superfície sem que outra pessoa houvesse pisado lá. Deve-se lembrar que a área de difícil acesso, isso só foi possível quando pela primeira vez um helicóptero entrou na região. Não havia apoio de helicópteros, todos os técnicos que trabalhavam na região, anteriormente, restringiam o seu trabalho ao longo dos rios, sem acesso ao topo das serras.

O primeiro trabalho na região foi feito em 1922 pelo Geólogo Avelino Ignácio de Oliveira. Ele subiu o rio Xingu e passou bem próximo à Serra de São Félix, onde há minério de ferro do distrito ferrífero de Carajás. Nós temos distrito ferrífero em São Félix, Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste. Posteriormente, em 1933, o Engenheiro Luiz Flores de Moraes Rego subiu o rio Tocantins e o rio Itacaiúnas e citou, no seu trabalho, que havia avistado, no horizonte, serras com topo plano e sem vegetação em cima. Ele estava certamente se referindo às jazidas da Serra Sul, mas ele não teve condições de atingir o depósito de minério de ferro.

Então, nós vemos, quanto à descoberta de Carajás, que embora houvesse uma equipe fazendo prospecção de mineral na área com bastante apoio, o ferro em si foi quase que acidental a sua descoberta. Buscava-se, realmente, na ocasião, o minério de manganês.

Aqui nós temos uma sequência dos fatos relacionados a Carajás. Nós já estamos, então, mais ou menos, nesta data aqui, (mostra na transparência no dia 20 de setembro de 1967, quando o Geólogo chefe Gene E. Tolbert mandou um telegrama a Pittsburgh comunicando a descoberta do minério de ferro de Carajás. A alta direção deslocou-se para o Brasil e, no dia 16 de outubro, deram entrada no DNPM ao pedido de pesquisa em nome da Companhia Mineral de Mineração. V. Ex^{ts} observem que então, passaram-se quase três meses, dois meses e meio, entre a descoberta e o requerimento. Muita gente já levantou a hipótese de que a Steel, quando entrou na região, entrou com um jogo de cartas marcadas, já sabia que o minério existia na região. Ora, se isso fosse verdadeiro, ela não lavaria dois meses e meio para requerer, correndo o risco, inclusive de outro grupo, outra pessoa requerer a área antes que ela desse entrada ao requerimento.

Agora, aqui surgiu um fato bastante interessante. Na época, era diretor-geral do DNPM o Engenheiro Francisco Moacir Vasconcelos. O pedido para o tipo de pesquisa que deu entrada no DNPM chamou a atenção desse engenheiro e, de início, ele visualizou o grande potencial em ferro da área. Numa atitude bastante nacionalista, ele verificou que seria bastante prejudicial aos interesses brasileiros que um potencial dessa ordem ficasse em poder apenas de uma empresa estrangeira, concorrendo, inclusive, com uma empresa nacional e estatal, que seria a Vale do Rio Doce. Ele percebeu alguns erros formais no requerimento da Steel, e chamou a atenção do então Ministro das Minas e Energia Costa Cavalcanti sobre o fato. O Governo brasileiro, numa atitude bastante nacionalista, bastante corajosa, resolveu, com certo confronto político, sugerir à Steel e até certo ponto recomendar que as áreas de pesquisas só seriam liberadas se houvesse uma associação com a Companhia Vale do Rio Doce.

As negociações tiveram início, então, em 1968, após a visita de técnicos da Steel e da Vale do Rio Doce à região e, em abril de 1970, foi criada a Amazônia Mineração, com 51% de capital da Vale do Rio Doce e 49% da United Steel. Quer dizer, na realidade, a jazida foi descoberta pela Steel e a Vale do Rio Doce, através de atuação política do governo brasileiro, passou a participar do empreendimento.

A pesquisa do ferro, assim, teve início entre 1970 e 1974, após a criação da Amazônia Mineração. Em meados da década de 1970, após o primeiro choque do petróleo e o início da recessão industrial mundial, que afetou principalmente a siderurgia, a Steel passou a manifestar um certo desinteresse pela área. Havia grande interesse do País e da Vale do Rio Doce em dar início ao em-

preendimento de Carajás. A relação entre as duas empresas tornou-se bastante crítica e, em 1977, chegou-se à conclusão de que era necessário desfazer a associação. Houve uma indenização de 50 milhões de dólares à Steel, correspondendo à metade do investimento total feito até aquela época. Havia um acordo de acionistas, no início, que se fosse desfeita a sociedade por uma das empresas, esta indenizaria a outra com metade dos investimentos totais, mais juros de 6% ao ano, o que corresponde a esse valor da ordem de 50 milhões de dólares.

Em 1978, após tentar interessar outros sócios no empreendimento, a Vale do Rio Doce decidiu implantar o projeto por conta própria. Em 1979, as obras foram intensificadas e o início da produção do minério de ferro está previsto para 1986. A ferrovia já foi inaugurada este ano.

Enquanto isso acontecia em relação ao minério de ferro, outras jazidas começaram a ser descobertas na Região de Carajás. No início, falava-se apenas em ferro e manganês, mas, aos poucos, com os trabalhos de geologia feitos principalmente pela Vale do Rio Doce com as equipes da DOCEGO e no início também pela Amazônia Mineração, outras jazidas surgiram: novas jazidas de manganês, o distrito de cobre de Carajás, pequenos depósitos de alumínio, jazidas de níquel, estanho e ouro. E, aos poucos, Carajás vem-se transformando na principal província mineral brasileira, ou seja, uma área que concentrava várias jazidas minerais, colocando-se entre as grandes províncias minerais do mundo.

Em 1980, em vista da potencialidade de Carajás, o Governo brasileiro criou o Programa Grande Carajás, que tem por objetivo, partindo da mineração, desenvolver também a exploração florestal na área, a agropecuária e a criação de indústrias, ou seja, a mineração seria o carro-chefe, a alavanca de desenvolvimento da área, partindo para um grande projeto de desenvolvimento para a região.

Eu não pretendo entrar muito no geológico com V. Ex^{ts}, o que seria muito cansativo, mas vou dar, em rápidas pinceladas, uma noção da potencialidade de Carajás. Em várias palestras que tenho feito sobre o tema a pergunta que surge sempre é esta: por que Carajás é tão rico? Por que, por exemplo, ao redor de Brasília não há jazidas como nós temos em Carajás? V. Ex^{ts} todos sabem que qualquer elemento bem mineral ocorre distribuído em qualquer tipo de rocha, mas sempre em quantidades não econômicas. Quer dizer, para se retirar metal daquela rocha custaria tanto que não compensaria. Durante a evolução de qualquer formação geológica de qualquer rocha, há certas condições físico-químicas que favorecem concentração daquele bem mineral. Ora, em Carajás as condições foram tão favoráveis que, praticamente, durante a evolução geológica da área, quase todas as formações geológicas são potenciais para bens minerais. Ou seja, se nós tivéssemos apenas um tipo de formação rochosa em Carajás, a região não seria importante. Mas as várias formações rochosas de Carajás são potenciais, são favoráveis para a retenção de bens minerais em quantidades econômicas.

Então, vamos começar pelas rochas mais antigas, que nós vemos em claro aqui, na transparência. Seriam as rochas com mais de dois bilhões de anos, rochas bem antigas. Nessas rochas, a evolução dos estudos de Geologia, nos últimos anos identificou, aqui em chleado aquilo que nós chamamos cinturões de rochas verdes, que, na literatura internacional de Geologia são chamados de cristalbelts. Esses cristalbelts são seqüências de rochas vulcânicas altamente potenciais para depósitos de feitos magmáticos de cobre, zinco, níquel, eventualmente, e, principalmente para ouro. Os grandes depósitos da Província de Quebec, no Canadá, de cobre, zinco e ouro estão associados a essas rochas; os depósitos de níquel e ouro da Austrália estão associadas a essas rochas; alguns depósitos de ouro da África do Sul estão associados a essas rochas. E se nós formos verificar na Região, praticamente todos os garimpos de ouro, aqui no sul do Pará, a região de Andorinhas, a região do Rio Branco, a região do Cumaru, o ouro é proveniente desse tipo de rocha. Então, nós verificamos que essas rochas são altamente potenciais, principalmente para ouro na região, e atualmente apenas os depósitos aluvionários estão sendo explorados por garimpeiros, não houve tempo ainda para que esses depósitos primários que deram origem a esse tipo de ouro aluvionário pudessem ser pesquisados. Então, nós

temos uma potencialidade bastante grande para ouro aqui no sul do Pará.

Logo acima dessas rochas, seguindo a história geológica da área, nós temos aqui, em marron, rochas que também tiveram origens através de vulcanismos ocorrido talvez há mais de dois milhões de anos também. Essas rochas têm uma grande importância para Carajás, porque temos depósitos de cobre, com a associação de zinco, de ouro, prata e molibdênio, associados a esse tipo de rocha marron. Para que V. Ex^{ts} tenham uma idéia, nós temos uma grande área, com esse tipo de rocha, em que ainda não houve tempo nem recursos para pesquisas, mas há possibilidade de que surpresas bastante boas, para o País possam ocorrer nesse tipo de rocha.

Prosseguindo na história geológica, o vulcanismo na região continuou e nós temos essas rochas aqui em lilás, que são as rochas geradoras de depósito de ferro de Carajás. São rochas vulcânicas, intercaladas com a formação ferrífera, essa formação é composta de hematita sílica, na superfície a sílica é desfibulada ficando apenas os fabulosos depósitos de Carajás em minério de ferro. Esse tipo de rocha foi responsável pelo pequeno depósito de bauxita que ocorre na região.

Agora V. Ex^{ts} imaginem, na evolução geológica dessa área, que isso tudo se tenha dobrado no passado. Isso ocorria no fundo do mar. De repente, surgem altos, acima do nível do mar, formam bacias de mares rasos, bacias diagonais, aquelas serras passam a sofrer erosão e a depositar nessas bacias fechadas. V. Ex^{ts} imaginem que até agora nós tínhamos aí rochas altamente potenciais para ouro, cobre, ferro, manganês etc., metais bastante valiosos e, de repente, essas rochas erodidas começam a depositar, em bacias fechadas — que nós temos aqui em rosa — apenas parte dessas formações foram preservadas, o restante já foi erodido, através dos quase dois bilhões de anos de história geológica da área, e em alguns locais aqueles elementos que eram erodidos nas outras formações passaram a ser depositados. Então, nós temos nessa formação rosa um potencial incalculável para Carajás. Em alguns locais, onde havia ouro nas proximidades, nós tivemos o surgimento de Serra Pelada, ou seja, havia este cristalbelt, essa rocha aqui com ouro que foi erodida e formou o depósito de Serra Pelada.

Aqui perto de Carajás, do minério de ferro, a formação ferrífera, que tinha manganês, ao ser erodida, deu origem ao depósito de manganês, aqui em azul. Aqui nas proximidades, na área Bahia, nós tivemos a origem do importante depósito de cobre que ainda está sendo pesquisado. Aqui para o sul, nós não temos jazidas conhecidas ainda, nem aqui na região de Andorinhas, mas há boa possibilidade que, no futuro, nós tenhamos descobertas prováveis de manganês, ouro, ou de metais básicos, principalmente cobre.

Finalmente, a região sofreu intrusões de rochas ultrabásicas, aqui marcadas também em chleado, a idade delas ainda é desconhecida, mas essas rochas ultrabásicas deram origem aos depósitos de níquel de Carajás. A rocha ultrabásica é bastante rica em níquel e com intemperismo forma na superfície, como acontece com o minério de ferro, uma crosta enriquecida em minério de níquel, como ocorria aqui próximo a Brasília, em Barro Alto e Niquelândia.

E mais para cá, principalmente na parte sudoeste da província mineral de Carajás, nós tivemos a intrusão de corpos graníticos, aqui em vermelho, associados ao vulcanismo ácido de rochas de composição semelhante ao do granito. Esses corpos vulcânicos graníticos foram bastante importantes porque deram origem aos depósitos de cassiterita da região de Carajás, e também de volfrâmicas, que ocorre aqui nas proximidades do rio Maria.

Então, V. Ex^{ts} observaram que praticamente durante a evolução histórica de Carajás, da sua geologia, quase todas as formações são potenciais para depósitos minerais.

Nós temos (projeção de transparências, fls. 6) então, aqui, uma seqüência das principais descobertas de Carajás, desde 1966, com a primeira descoberta pela Codim do manganês, até a mais recente em 1982. Nós vamos verificar o seguinte, na evolução da história dessas descobertas: no início, nós tínhamos uma atuação mais marcante de empresas estrangeiras, da Union Carbide, da United Steel e da INCO. Aos poucos, a atuação mais marcante passou a ser da Vale do Rio Doce, através da

AMZA, da Amazônia Mineração, ou da DOCEGEO. E, de repente, a partir de 1976, quando o ouro foi descoberto na região da Serra das Andorinhas pela DOCEGEO, essa notícia, não sei se V. Ex^{as} estão lembrados, teve uma repercussão muito grande na imprensa. A partir dessa descoberta, surgiu a atração do garimpo para a área. Essa descoberta da Serra das Andorinhas coincidiu com o período prolongado de seca no Nordeste. Logo em seguida, havia uma corrente migratória muito grande do Nordeste, principalmente do Maranhão, para o sul do Pará, no início em busca de terra, devido ao deslocamento desse pessoal do Nordeste, e, posteriormente, atraído pelo ouro. Então, V. Ex^{as} imaginam uma leva de trinta, quarenta mil pessoas passando a buscar ouro na região. Surgiram vários garimpos: Rio Branco, Serra Pelada, Cumaru e posteriormente de vulframita, que foram descobertas de garimpeiros, atraídos em função da potencialidade da área anteriormente revelada por trabalho de geologia. (Exibe-se transparência — fl. 7.)

Aqui nós temos, então, um resumo do potencial mineral conhecido de Carajás. O potencial mais importante é de minério de ferro. Nós temos dezoito bilhões de toneladas de filé mignon de minério de ferro, com teor de 66% de ferro. Em seguida, nós temos o manganês, que está distribuído em três depósitos principais, o mais importante é o Azul, segundo de Buritirama e Sereno, que é um pequeno depósito, apenas, totalizando os três um potencial superior a setenta milhões de toneladas. Em cobre, nós já temos duas jazidas dimensionadas, a de Salobo que é a mais importante jazida de cobre do País, o potencial dela é cerca de três vezes superior a todas as outras jazidas brasileiras, com 1 bilhão e duzentos milhões de toneladas, e a do Pojuca, que é um depósito menor, com cinquenta e oito milhões de toneladas de minério. O cobre contido nessas duas jazidas está ao redor de dois bilhões de toneladas de metal contido. Logicamente não é um metal pacífico de extração, certamente apenas parte desse metal poderá ser explorado por razões econômicas. Mas, o potencial da área é certamente superior a dois bilhões de toneladas de minério, com teor entre zero cinco e um por cento de cobre. Zinco, nós temos um pequeno depósito, associado ao cobre de Pojuca, quase dez milhões de minério, com um por cento de zinco. Alumínio, nós temos um pequeno depósito nas proximidades do ferro de Carajás. Infelizmente, até agora, não houve solução tecnológica para o aproveitamento desse depósito. Está na superfície, a exploração seria bastante barata, mas há problemas tecnológicos que não permitem o aproveitamento da extração do alumínio desse tipo de minério. Os depósitos principais de alumínio da região de Carajás estão na área de Paragominas, área de influência do Projeto Carajás. Níquel, nós temos três depósitos já dimensionados com potencial acima de cem milhões de toneladas de minério, com teor médio de 1,7% de níquel. O estanho, nós tivemos três depósitos já dimensionados, o principal deles, Antônio Vicente, foi descoberto pela DOCEGEO e, atualmente, está arrendado à iniciativa privada, ao grupo de Paranapanema. Quanto aos outros dois, está sendo explorado por multinacional o de Mocambo, e o Velho Guilherme, um depósito pequeno, não está sendo explorado. O potencial da área deve ser superior a cem mil toneladas de cassiterita. Ouro, o potencial é desconhecido; como V. Ex^{as} sabem, a pesquisa do ouro é bastante problemática. Até o momento, poucos trabalhos e avaliações foram feitas na área, apesar de o potencial da área ser bastante expressivo, em função do intenso trabalho de garimpagem que se desenvolve na área. Mas podemos, sem medo de errar, falar que o potencial da área, de maneira bastante conservadora, é superior a cem toneladas de ouro. Tungstênio, nós temos já uma área dimensionada. Recentes trabalhos da DOCEGEO aumentaram esse potencial para 500 mil toneladas de minério de tungstênio, com cerca de 1% de óxido de tungstênio, WO₃. Cromo, que é a descoberta mais recente, na área de Luanga, está apenas em fase de avaliação. (Projeção de transparência — fls. 8.)

Aqui nós teríamos, então, o resumo das principais jazidas. As jazidas de ferro estão situadas em quatro setores principais: Serra Norte, a mineração vai começar apenas por parte de uma das jazidas de Serra Norte; Serra Sul, que é a maior jazida de ferro do mundo, com 10 bilhões de toneladas de filé mignon; Serra Leste, que nada mais é do que Serra Pelada; Serra Leste é que deu origem ao nome Serra Pelada, porque o garimpeiro,

quando vinha para cá, passava por aquela jazida, aquela serra que não tinha vegetação em cima, porque tinha minério de ferro, e chamava de garimpo da Serra Pelada; Serra Pelada não é onde está o ouro, mas está nas proximidades da jazida de ferro; e Serra de São Félix. Manganês, nós temos o do Azul, que é mais importante, que já está na exploração, pertence à Vale do Rio Doce, o de Buritirama, que atualmente está sendo pesquisado, em projeto de desenvolvimento pela Colorado, associada, a capital estrangeiro; e a do Sereno, que está em poder da Vale do Rio Doce. O cobre está nesta faixa aqui, e atualmente três depósitos estão em fase de avaliação, o Salobo, que é a maior jazida, do Pojuca e do Bahia, que ainda está sendo pesquisado. Níquel está em três áreas principais, aqui na Região do Caeté, do Carapaná, esses depósitos pertencem a INCO e o depósito do Vermelho, que pertence à Companhia Vale do Rio Doce. Alumínio, nós temos apenas um pequeno depósito aqui bem próximo ao minério de ferro. O ouro, nós vimos aqui, que, no Sul do Pará, está associado àquela série de faixa de rochas verdes; então nós temos aqui o ouro de Andorinhas, o ouro do Cumaru e, aqui, o ouro do Rio Branco. Em todas essas áreas a exploração, no momento, é apenas através da garimpagem. Temos aqui ouro associado ao cobre do Salobo e temos o ouro de Serra Pelada. O estanho está associado, principalmente à área de Antônio Vicente, no Xingu, explorado pelo grupo Paranapanema; o Mocambo, que pertence a uma multinacional e aqui, no Velho Guilherme, uma pequena ocorrência; há outras ocorrências aqui na área de Cachoeirinha e Graúas ainda não pesquisadas. O Tungstênio está também associado a essa faixa de vulcânicas; o principal depósito é esse aqui de Pedra Preta que foi pesquisado pela DOCEGEO; há um outro depósito aqui próximo do Xingu, está em poder da Rodhí. Finalmente a ocorrência de cromo, que está sendo pesquisada, aqui de Luanga, nas proximidades de Serra Pelada. Nós vimos o potencial de Carajás, em rápidas pinceladas. Vamos agora, tentar avaliar o que significa o potencial de Carajás, quais são as suas perspectivas de desenvolvimento futuro? Para isso, vou colocar algumas transparências que mostram como está o suprimento de recursos minerais em termos mundiais. (Projeção de transparência - Quadro 5) (fls. 10)

Essa tabela, tirada de um livro bastante recente, publicado na França, mostra o seguinte: que a Economia ocidental, Estados Unidos, a Comunidade Econômica Europeia e o Japão, é bastante dependente de alguns bens minerais, que são altamente estratégicos para o seu desenvolvimento econômico. Por outro lado, o Leste Europeu, em particular a União Soviética, é quase que auto-suficiente desses bens minerais. Isso mostra um desequilíbrio bastante grande entre o Mundo Ocidental e o Mundo Oriental, em termos de suprimento de bens minerais, entre as companhias de mercado e as economias centralizadas. A tabela também mostra bastante como o Mundo Ocidental, as grandes potências, têm uma dependência estratégica dos países do Terceiro Mundo, que são os fornecedores daqueles bens minerais. (Projeção de transparência - Quadro 6) (fls. 12)

Esta outra tabela é bastante interessante. São valores para 1978. Ela mostra o valor bruto da produção mineral, nesse ano, que foi da ordem de 478 bilhões de dólares, incluindo o petróleo. Nós vamos verificar que, a partir da crise de petróleo, em 1973, o petróleo, os bens energéticos passaram a ser melhor remunerados do que os minerais metálicos, e há uma disparidade bastante grande entre o valor dos produtos energéticos e o valor dos bens minerais metálicos. Nós vamos ver que, para uma produção total de 478 bilhões de dólares, produto bruto mineral de 1978, de todo o mundo, os bens energéticos ocuparam 416 bilhões de dólares e os minerais metálicos 44 bilhões de dólares, ou seja, toda a produção de minerais metálicos, no ano de 1978, foi equivalente a 44 bilhões de dólares. Isso sem incluir o desenvolvimento metalúrgico desses bens minerais, apenas a produção na mina, valor de mina. Vamos verificar que, entre os bens minerais, o que tem o peso maior na produção mundial é o minério de ferro, com o produto bruto, em 1978, de 11 bilhões de dólares. O segundo bem mineral importante é o cobre; em terceiro, é o ouro; em valor de produção bruta. (Projeção de transparência - Quadro 7) (fls. 13)

Esse outro quadro também é bastante interessante, ele mostra a concentração da distribuição dos bens mine-

rais. Nós vimos que os bens minerais se concentram apenas em alguns ambientes geológicos favoráveis, e esses ambientes geológicos se concentraram também em apenas alguns países; nem todos os países têm ambientes geológicos favoráveis para conter jazidas. Nós vamos ver que 35% da produção mundial está concentrada em apenas dois países, a União Soviética e os Estados Unidos. E o valor sempre em dólar, não em peso, não em volume de minério. Cinco países detêm quase 60% da produção mundial desse ano de 1978. Os 10 primeiros países detêm 70% da produção mundial. O Brasil, hoje, tem uma produção mais favorável, tirando o petróleo. V. Ex^{as} até, talvez, possa corrigir-me mas a produção mineral do País do ano passado foi de quase três milhões de dólares. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mais ou menos isso.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Mais ou menos isso, não é? Então a posição, hoje, do Brasil, estaria numa posição mais favorável.

Apenas 20 países detêm 80% da produção de bens minerais do mundo, em valor. Isso mostra também como o bem mineral é concentrado em apenas alguns países. (Projeção de transparência — Quadro 8) (pág. 14)

Essa outra tabela permite também um outro tipo de divagação. Refere-se à densidade de produção. Pegando o valor do produto bruto mineral, num determinado país e dividindo pela sua área territorial, nós vamos ter o que o autor chama de densidade de produção mineral — sempre considerando os minerais não energéticos, tirando o petróleo, carvão, gás etc. Isto então dá idéia dos países ricos em bens minerais e dos países com uma alta mineração desenvolvida. Nós vamos ver que a África do Sul é realmente um país com um importante potencial mineral, mas é também um país com a mineração bastante intensa, ele tem uma densidade de 5 mil dólares por quilômetro quadrado, quer dizer, cada quilômetro quadrado desse país gerou, em 1978, cinco mil dólares em produto mineral.

Nós temos países, como por exemplo, a União Soviética, que é o maior produtor mineral em valor bruto, mas considerando a sua grande extensão territorial, a sua densidade é bem mais baixa.

O Brasil, se nós pegarmos o valor em 1978, daria 160 dólares, abaixo da média mundial. Verificamos que isso não corresponde à realidade do nosso potencial mineral. O Brasil de fato, é um país bastante rico, com muitas jazidas a serem descobertas, mas mesmo assim, entre as já descobertas, a sua mineração ainda é bastante incipiente, quer dizer, nós temos um desenvolvimento mineral muito aquém da nossa realidade e da nossa potencialidade. (Projeção de transparência — Importância estratégica da África Austral.) (pág. 15).

Esta outra projeção é bastante oportuna para os dias atuais, com esta crise que estamos presenciando na África do Sul. Nós vamos ver que o Cone Sul da África detém a produção de alguns bens minerais bastante estratégicos para a indústria moderna, principalmente para a indústria bélica, e detém 85% da produção mundial de cromo, 86% de platina, oitenta e pouco de vanádio, 53% de manganês e 52% de cobalto.

Esses bens minerais são altamente estratégicos para a indústria moderna, principalmente para a indústria bélica e para verificar a importância disso, a OPEP controla apenas 52% da produção de petróleo e a África Austral, a parte sul da África, controla esse tipo de produção de bens minerais. Além disso, alguns países já estão sob a influência da União Soviética. Outros países estão sendo sacudidos por revoluções ou por movimentos sociais bastante sérios. Então, se por acaso uma crise mais séria surgir na África do Sul, certamente os outros países produtores vão ocupar uma posição estratégica bem mais importante do que já ocupam em relação à produção de bens minerais para o Mundo Ocidental. (Projeção de transparência: — Carajás — História e Perspectivas) (6) (pág. 17).

Depois de analisar esses quadros da conjuntura mineral mundial, vamos voltar à realidade do nosso País e, particularmente, a Carajás.

Nós notamos que nos últimos anos houve uma considerável evolução no conhecimento do subsolo brasileiro, particularmente da Amazônia. Isso foi decorrente principalmente da execução de levantamentos básicos de geo-

logia na área, principalmente na primeira metade da década de 1970, e da atuação agressiva e eficaz de algumas empresas estatais em programas de prospecção mineral. Nós podemos considerar como principal consequência desse programa a descoberta do potencial de Carajás, que pode ser considerado como o principal patrimônio mineral que a sociedade brasileira obteve neste período.

A nível mundial, nós observamos o seguinte: há, no momento, uma baixa remuneração das matérias-primas metálicas. Isso não ocorre apenas em relação ao minério que o País possui, mas em relação a todos os bens minerais, porque a crise do petróleo causou uma recessão industrial intensa e, com menor consumo, a oferta aumentou e logicamente, em função do aumento da oferta, os preços forçosamente foram empurrados para baixo. Não resta dúvida que, ao empurrar o preço da matéria-prima para baixo, nada mais ocorre na prática do que o financiamento do progresso dos países desenvolvidos pelos países produtores de matéria-prima. É uma realidade mundial, todos nós podemos ser contra, mas temos que enfrentá-la como ela é de fato.

Observamos também a seguinte tendência: em função dos custos energéticos maiores, em todo o mundo, em função dos controles maiores ambientais dos países desenvolvidos, há uma tendência das grandes potências industrializadas em transferir a fase primária de industrialização para os países produtores de matéria-prima. Essa é uma tendência que também se observa, a nível mundial, no setor mineral.

Então, vamos chegar à seguinte conclusão, que, dependendo da política que orientar o desenvolvimento da exploração de Carajás, nós podemos contribuir ou não para o aumento desta tendência. Essa é uma decisão política que o País vai ter que tomar com a evolução dos programas de Carajás, para que realmente se lute, cada vez mais, para que se dê maior valor à matéria-prima e para que cada vez mais essa matéria-prima seja industrializada e transformada na região.

Isso não significa desprezar a realidade do mercado externo. Nenhuma nação do mundo, hoje, é capaz de desprezar a realidade do mercado externo. Nem temer o comércio com as nações industrializadas, significa fugir desse comércio, mas, sim, lutar para que este comércio atenda cada vez mais aos interesses da nossa Nação. (Projeção de transparência — Carajás — História e Perspectivas.) (7) (pág. 18).

Então, deve-se lutar para que, dando início à mineração — sem a mineração, Carajás é inviável, a mineração é a grande alavanca propulsora de desenvolvimento na Região — cada vez mais criar condições para a implantação na Região de indústrias de transformação que realmente possam contribuir para um maior desenvolvimento sócio-econômico através de empreendimentos integrados e complementares.

Deve-se lutar por programas de desenvolvimento regional que possibilitem a ocupação racional dos espaços da Região, evitando-se o conhecido processo de decadência tão bem exemplificado em vários centros mineiros quando da exaustão dos seus recursos. Quer dizer, deve-se começar pela mineração, mas deve-se, paralelamente à mineração, implantar outros programas de desenvolvimentos na área, para que a Região não entre em processo de decadência quando aquele bem mineral, eventualmente, se esgote.

Carajás encerra em seu subsolo os minerais mais variados, desde os metais mais utilizados na indústria moderna, como o ferro, alumínio, cobre, manganês, níquel, zinco, cromo, tungstênio e estanho, aos mais valiosos como o ouro, prata e paládio, o paládio está associado ao ouro de Serra Pelada. Insumos para a indústria metalúrgica, como o calcário e sílica; insumos para a agricultura, como o dolomito; pedras semipreciosas, ametista; pedras decorativas, granitos. Além disso, na sua área de influência, tem o distrito bauxítico de Paragominas/Tiracambu, que é cortado pela ferrovia entre Carajás e São Luís.

(Projeção de transferência — área de atuação do Programa de Carajás.)

Nós temos aqui a área de influência do Programa Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí, as indústrias de alumínio, já em fase de instalação, da ALBRÁS e ALUNORTE, e a da ALUMAR já em operação em São Luiz. A Província Mineral de Carajás, com aquela gama variada de bens minerais e o distrito bauxítico de Paragominas e

Tiracambu, cortado pela ferrovia que leva o minério de Carajás para São Luiz.

(Projeção de transferência — Carajás. História e Perspectiva — 8)

Nós vemos que temos oportunidade na área para os mais variados empreendimentos que poderão dar expressiva contribuição para o desenvolvimento regional. Já falamos que deve tudo começar pela mineração, devemos lutar para atingir a metalurgia, mas não nos contentarmos só com a metalurgia. Devemos lutar, como nação, para implantarmos na região um desenvolvimento industrial integrado que possa agregar maiores valores do que os da Região com maior contribuição sócio-econômica.

Em relação às consequências da crise mundial, temos duas tendências. Uma até certo ponto, nós, como nação devedora nos tornamos mais vulneráveis. Esta é uma realidade com que convivemos dia a dia, porque temos que gerar sempre cada vez mais dólares para pagar a nossa dívida. Por outro lado, houve uma certa retração dos investimentos internacionais, dando algum tempo para que nós, como sociedade, repensemos Carajás para encontrar a melhor solução técnica, mas também política para o aproveitamento de suas riquezas.

Carajás já foi apresentada às vezes através da imprensa, como uma verdadeira panacéia, ou seja, a salvação nacional. Nós não podemos ser levados por essa ilusão. Carajás não vai resolver todos os nossos problemas. Vai ajudar a resolvê-los, mas sozinho Carajás, e nenhum outro grande empreendimento do País, poderá resolver todos os nossos problemas. Mas Carajás deve ser considerado no seu real contexto, ou seja, uma das maiores concentrações de minerais da Terra, que está começando a ser explorada, quando a maioria das nações começa a exaurir suas próprias fontes, encravada numa região e num país que necessita produzir riquezas para melhorar a qualidade de vida de sua sociedade.

Nós como País, nós como sociedade, cada dia, estamos enfrentando desafios maiores, para encontrarmos os caminhos do nosso desenvolvimento. E, nós temos de estar preparados, como sociedade, como Nação, tanto do ponto de vista educacional, no seu sentido mais amplo, como também politicamente para que nós tenhamos sucesso em nossos objetivos.

O Brasil transforma-se, rapidamente, numa Nação potencialmente rica, mas sem que nós, como sociedade, tenhamos encontrado ainda as melhores soluções para a exploração dessas potencialidades, num desenvolvimento sócio-econômico harmônico. Este é o grande desafio que enfrentamos no momento. Nós esperamos e desejamos, como técnico e como cidadão que tem trabalhado na Região, que Carajás possa vir a ser uma importante etapa desse desenvolvimento harmônico da nossa sociedade.

Em linhas gerais, era isso o que queria expor e estou à disposição de V. Ex^{ts} (Palmas).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de começar as indagações por parte dos inscritos, eu faço, como Presidente, a seguinte indagação que, na realidade, me orientou, de certo modo, na área de petróleo.

Quando cheguei ao Ministério, estudei a teoria de placas e pedi aos cientistas brasileiros que me fizessem uma exposição tectônica.

Na ocasião, cheguei à conclusão, é uma convicção pessoal, de que em toda a área, na borda do Oceano Atlântico, não houve nenhuma revolução geológica, porque a placa da África está-se afastando da placa da América Latina. Mas, no Pacífico, a placa de (inaudível) vem ao encontro da placa da América Latina, por baixo da placa da América Latina. E com elevação dos Andes, o rio Amazonas, que corria para o Pacífico, passou a correr para o Atlântico.

Quando eu estive em Angola, o Dr. Assis Ávila Luiz, que é o gerente da BRASPETRO, em Angola, e Professor de Geologia da Universidade de Angola, mostrou que o ambiente geológico de Angola é igual ao da Bacia de Campos. E se fizermos um trabalho de colagem, verificamos que a Nigéria corresponde ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. Em função disso, insistimos em que a PETROBRÁS desenvolvesse mais atuação em Ceará e Rio Grande do Norte e se achou petróleo lá no Rio Grande do Norte, correspondente à Nigéria, e Angola, correspondente à Bacia de Campos. Mas, no Pacífico,

por estar uma placa contra a outra, e elevando o Andes, toda a Cordilheira, pareceu a mim que nisso deveria ter havido uma revolução geológica.

As minhas indagações são em função dessa teoria e dessas convicções, se é normal que esses metais em Carajás estejam superficialmente, ou se isso pode ser fruto dessa elevação dos Andes e desse enrugamento em função de uma placa estar sobre a outra? Se isso for verdade, a minha expectativa é que na região do Norte do Brasil, na região do Amapá e do norte do Pará, poderemos ter, também, uma província geológica semelhante à de Carajás.

Eu gostaria que o depoente dissesse o que pensa sobre este assunto porque são opiniões pessoais, não baseadas em informações de nenhum geólogo.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — A sua conjectura é bastante válida e realmente é isso o que ocorre. Nós temos as zonas bem mineralizadas no mundo e elas ocorreram normalmente em zonas de encontro de placas, porque isso reativa toda a saída de magna de lavas etc. e, então, se transportam aqueles biometálicos que dão origem aos bens minerais.

Se nos voltarmos para a história de Carajás, verificamos que são áreas bastante antigas, a sua evolução histórica ainda não é bem conhecida, mas, pode-se suspeitar que, talvez, há 3 bilhões de anos atrás, ou alguma coisa a mais, Carajás foi encontro de placas que, depois, foram erodidas e, hoje, nós temos na superfície algumas jazidas e podemos ter algumas jazidas em profundidade maior que não atingimos ainda com a técnica de pesquisa.

Dentro desse raciocínio, é perfeitamente válido pensar que a faixa ao norte do Amazonas seja uma área bastante "semelhante" à Carajás. Semelhante, entre aspas, porque Carajás é uma anomalia muito grande. Mas, se nós pegarmos aquela faixa, principalmente do Amapá, indo até o Pará, aquela faixa de Vila Nova, Ibitinga, Rio Amapá e Araguari, realmente nós vamos ver que muitas formações, encontradas em Carajás, são encontradas também lá. Diria que seria uma repetição parcial de Carajás. Nem todas as formações de Carajás existem lá na área, mas algumas das formações, principalmente aquelas que dão origem a depósitos de ouro e manganês e talvez metais básicos se repetem lá na área da Asa Norte do Amazonas, no Amapá, até à parte do Jari-Paru.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Obrigado.

Vamos passar, então, aos inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Duarte.

O SR. MOACYR DUARTE — Dr. Breno, antes de dar início às minhas indagações, desejo cumprimentá-lo pela objetividade do seu depoimento.

Diversificando suas atividades e mudando, digamos assim, minério de ferro para o ouro, gostaríamos de saber porque a Vale do Rio Doce está fazendo incursões em Serra Pelada.

Sabemos que a jazida foi descoberta pelos garimpeiros e que, hoje, representa a principal atividade econômica e o meio de subsistência de milhares de pessoas e de famílias. Indagamos como ficará esse contingente humano depois do processo de mecanização da lavra e quais seriam os planos, as providências e as medidas da Vale do Rio Doce, o que a Vale pretende adotar para evitar que um problema social de envergadura seja deflagrado naquela área, em decorrência do processo de mecanização de lavra?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Pois não. V. Exa sabe que a história de Serra Pelada, a evolução de Serra Pelada é muito complexa. Várias decisões foram tomadas de acordo com a conjuntura política de cada momento. É um problema essencialmente político, onde entraram em julgamento problemas legais, sociais, econômicos, enfim, uma conjuntura bastante complexa.

Em primeiro lugar, por que a Vale está em Serra Pelada? Simplesmente porque embora a descoberta tenha sido feita por um garimpeiro, o depósito de ouro já se encontrava numa área de um decreto de lavra de minério de ferro. A legislação brasileira determina que, após a concessão do decreto de lavra, qualquer depósito mineral que seja encontrado naquela área já tem o seu titular da concessão feita pelo Governo do ponto de vista legal, a jazida encontra-se em área da Cia Vale do Rio Doce. Mesmo ciente disso, a Vale do Rio Doce, durante todo

esse tempo, deu a maior colaboração e a maior participação a toda decisão de governo. A decisão de Serra Pelada foi sempre uma decisão de governo, conduzida muitas vezes pela própria Presidência da República, no início. Eu participei do início dos trabalhos de ocupação em Serra Pelada pelo Governo brasileiro, e foi sempre conduzida até muitas vezes pela Presidência da República diretamente. Então, a Vale jamais se omitiu em colaborar com o Governo para que se encontrasse a melhor solução na área. No momento a Vale não está fazendo nenhuma incursão em Serra Pelada. A Vale possui apenas um programa de pesquisa de cromo nas proximidades, que, lamentavelmente, à semana passada, teve que ser paralisado. Os trabalhos de sondagens foram paralisados porque alguns arruaceiros, atendendo a não sei quais interesses, invadiram o nosso acampamento dando tiros em nossa equipe, que teve que evacuar a área, infelizmente. Não sei a quem interessa isso. Não interessa nem ao garimpeiro, nem à Vale nem a ninguém esse tipo de movimento. E a Vale, hoje em relação a Serra Pelada, está cumprindo aquilo que foi decidido nesta própria Casa. O Congresso decidiu que o garimpo continuaria na área até a cota 190 ou durante o período de três anos. A Vale concordou plenamente com isso, atendeu a qualquer política do Governo brasileiro nesse sentido. A partir desse momento, a Vale não colocou mais os pés em Serra Pelada, nem está fazendo qualquer pressão política para que o garimpo seja interrompido.

V. Ex.^a, se for analisar hoje a situação de Serra Pelada, verá que ela é bastante complexa. Nós temos, de um lado, uma limitação fixa e técnica. Não há mais quase condições da lavra manual. De outro lado, nós temos grupos que passaram a ter interesse econômico em Serra Pelada e que utilizam, até certo ponto, os "formigas" a grande massa de garimpeiros como uma nova política. Não estou censurando se está certo ou errado, apenas é realidade que nós temos em Serra Pelada. Nós temos lá uma cooperativa que assumiu, de acordo com o que foi decidido aqui pelo Congresso, a administração de Serra Pelada. Essa cooperativa, infelizmente, não está conseguindo atender aos interesses dos garimpeiros do ponto de vista econômico. A produção do ouro não está atingindo aos trabalhos de rebaixamento que foram feitos na área por uma empreiteira.

De outro lado, nós temos em Serra Pelada — isso eu sei não por ter ido lá, mas por pessoas que foram lá, profissionais que me contaram — empresas de mineração atuando lá dentro. Já há empresas de mineração, constituídas ou não, clandestinas ou não, atuando. Há cerca de 30 empresas atuando lá dentro, com equipamento mecanizado. Então, posso quase afirmar que se o garimpeiro for colocado para fora, a culpa não será da Vale do Rio Doce. Quando falo garimpeiro, digo a grande massa, não é o dono do barranco, mas a grande massa de "formigas" que existe em Serra Pelada, quer dizer, aquela massa por que todos nós temos lutado e temos o maior interesse em que se encontre uma solução social para que eles tenham uma vida decente, todos nós somos favoráveis, simpáticos ao encontro dessa solução, essa grande massa pode vir amanhã ser alijada não pela Vale do Rio Doce, mas por essas empresas que já estão instaladas lá dentro e que estão vendo que não há mais condições de continuar utilizando os "formigas".

Ontem ou anteontem, eu li no jornal uma proposta do próprio Sindicato Nacional de Garimpeiros para a construção de rampas lá dentro, tecnicamente a solução mais viável, para que caminhões transportem minérios do fundo do buraco até a superfície. Ora, se isso acontecer, não haverá mais "formigas" lá dentro. É desumano a existência do "formiga" lá dentro, carregando sacos de 30, 40 quilos nas costas. Mas eles perderão o seu modo de vida quando isso acontecer. É mais racional, mas o "formiga" será deslocado com essa atuação.

Então, realmente, Serra Pelada é muito complexa. É um problema, pode ser do Governo, envolvendo vários setores da direção do País, e a Vale tem participado, durante todo esse tempo, com a maior boa vontade. Ela teria tido muito mais lucro se, em 1980, quando nós lá pousamos, pela primeira vez, tivesse chamado a polícia para colocar todos os garimpeiros para fora e ficar sozinha com a jazida. Mas, desde o início, ela colaborou com a máxima boa vontade. E mesmo quando atuou na comercialização do ouro, ela o fez em nome do Governo, atuando como agente do Banco Central.

O SR. MOACYR DUARTE — V. S.^a ainda me permite? Eu entendi das respostas de V. S.^a que a Vale, até agora, não fez qualquer incursão em Serra Pelada. Cheguei a deprender também que não é pretensão da Vale fazer incursão em Serra Pelada ou adotar qualquer processo de mecanização da lavra.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Em hipótese alguma. A Vale aguarda a decisão que foi dada pelo Congresso. O Congresso estabeleceu o prazo de três anos ou até a cota de 190. Quem está fiscalizando isso é o Departamento Nacional da Produção Mineral. Quando isso for cumprido, a Vale então, de acordo com o que foi decidido pelo Governo, reiniciará as pesquisas, porque nesta época praticamente todo o ouro pesquisado será exaurido, então novas pesquisas serão feitas na área para verificar se ainda há ouro suficiente para a implantação de um projeto minério na Região. A Vale jamais lutará para que não seja cumprido o que foi estabelecido por esta Casa.

O SR. MOACYR DUARTE — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De acordo com o estabelecido, eu pediria aos Senadores e Deputados que fizessem as suas indagações dentro de um tempo de 10 minutos e que também o depoente respondesse no espaço de tempo de 10 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Breno Augusto dos Santos, V. S.^a merece os nossos cumprimentos, nossos louvores, pelos grandes serviços prestados à Região Amazônica, e conseqüentemente ao Brasil, com seu trabalho de pesquisa, pioneiro da descoberta de Carajás, que, sem favor, tem contribuído para engrossar as nossas exportações.

Efetivamente, dizia um velho amigo que os pioneiros só são reconhecidos depois de mortos ou depois do falecimento, mas V. S.^a está recebendo os louvores de todos nós em vida e jovem ainda.

Eu perguntaria a V. S.^a, apesar do grande volume de reserva de Carajás, é possível que essas jazidas sejam esgotadas pela intensidade da sua exploração em curto prazo? Quais os horizontes com que trabalha a Vale para a exploração mineral em áreas como Carajás e outras províncias da Amazônia?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Em primeiro lugar, quero agradecer as suas palavras amigas, que me sensibilizam muito, acredito que seja levado mais pela sua bondade pessoal.

Carajás, como eu tentei demonstrar na minha exposição, não é um fato esgotado. Realmente, Carajás conhece até agora os gigantes de Carajás, as jazidas próximas à superfície e aquelas que puderam ser descobertas com maior facilidade e com menor investimento também. Nós podemos dizer que do ponto de vista da geologia há um longo caminho ainda a percorrer em Carajás. Em trabalho de geologia, de mapeamento, enfim, vamos descobrir cada vez mais jazidas, que, dentro do processo de desenvolvimento, vão tornar-se viáveis. Talvez jazidas que, inicialmente, parecessem mais caras para se explorar, mas com o programa de ocupação de Carajás vão passar a ser viáveis.

A Vale, através da sua empresa controlada, Rio Doce Geologia e Mineração S/A, DOCEGEO, de cuja direção faço parte, tem um programa de pesquisa, em todo o País, de prospecção mineral. A Vale destina uma certa parte dos seus recursos, da ordem de 10, 15 ou 20 milhões de dólares anuais à prospecção mineral no País. A maior parte desses recursos são destinados à Região Amazônica, não só por ser mais desconhecida, mas também por ser uma região onde a Vale pode contribuir, através das suas descobertas, para acelerar o desenvolvimento e a ocupação racional da área. E na Região Amazônica, a maior parte da concentração dos investimentos é destinada a Carajás por um motivo óbvio: é lá que a Vale está realizando os seus maiores investimentos em desenvolvimentos. Logicamente, ela terá maiores interesses em descobrir jazidas na sua área de influência.

O SR. JORGE KALUME — Agora, como última pergunta, eu indagaria: financeiramente, o que ficou para os Estados? Eu sei que trouxe desenvolvimento, principalmente para o Pará e o Maranhão, este pelo por-

to de Itaqui, mas eu perguntaria, em matéria de tributos, o que fica para o Estado? Em percentual?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu não sou especialista em legislação mineral, mas de qualquer maneira restaria ao Estado o IUM. Essa é uma luta que os Estados produtores de bens minerais estão empreendendo para uma melhor remuneração do IUM, particularmente em relação ao ouro; o IUM do ouro é bastante baixo. O Pará é o maior produtor de ouro, no entanto, ele recebe muito pouco, a remuneração é muito baixa em relação ao ouro, porque justamente o IUM do ouro é apenas de 1%, assim estabelecido para evitar que houvesse desvio da produção do ouro. Mas mesmo assim, quando tem que haver desvio, o desvio ocorre independente do IUM ser baixo ou não. Isso, então, está sendo estudado pelo Governo, talvez para conseguir melhor remuneração em relação ao IUM do ouro.

Em relação a outros bens minerais como ferro, manganês e bauxita, isso é determinado pela receita federal. A receita federal determina qual é o valor de referência para esses bens minerais e determina uma alíquota de IUM. O problema é essencialmente político, dependerá do interesse político de cada Estado produtor de bem mineral conseguir, através do Congresso Nacional, que haja uma maior ou menor remuneração pela extração dos bens minerais do seu subsolo. O que ocorrerá é que as empresas que estiveram explorando bem mineral, seja a Vale ou qualquer outra, cumprirão sempre as leis estabelecidas pelo País.

O SR. JORGE KALUME — Agora, a terceira e última pergunta. As grandes jazidas minerais brasileiras estão situadas normalmente no Norte do País, é sabido, justamente a região onde estão concentradas a maior parte das comunidades indígenas remanescentes de nossa terra. Como a Vale trata essa questão indígena na sua atividade? Que atenção procura a empresa dar às nações indígenas e que benefícios lhes oferece, já que parte das explorações são terras de reservas, ou das chamadas áreas de perambulação?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — A Vale, quando iniciou a implantação do Projeto Ferro Carajás, tinha consciência de que qualquer projeto dessa envergadura iria ter uma grande repercussão sócio-econômica na população em geral e também nas comunidades indígenas que viviam nas suas proximidades. Durante o programa de desenvolvimento de Carajás, ela assinou um convênio com a FUNAI para assistência a essas áreas indígenas. Essa assistência visa não só parte de apoio para pequenos empreendimentos de agricultura de subsistência dessas comunidades, mas principalmente dar maior ênfase à demarcação dessas áreas indígenas. É sabido, é quase consenso nacional, que o problema do índio no Brasil não poderá ser tratado em profundidade enquanto as áreas de suas comunidades não forem demarcadas. Enquanto isso não acontecer, sempre haverá áreas de conflito entre a expansão da ocupação do território nacional e essas comunidades.

O SR. JORGE KALUME — Parece-me que lá não tem havido esses conflitos.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Até agora, felizmente, não.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado pelas suas respostas. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO — Dr. Breno, sabemos ser a Vale do Rio Doce uma empresa de reconhecida eficiência. Temos conhecimento que opera num mercado externo bastante competitivo, mesmo assim, consegue vender, vamos assim dizer, do outro lado do mundo.

Gostaria de saber detalhes a respeito das tecnologias empregadas pela Vale do Rio Doce na exploração mineral. Se é nacional essa tecnologia; se o Brasil paga royalty a algum país, em função dessas tecnologias de produção; se comparado com outros países, qual o custo médio da tonelada do minério de ferro produzido no Brasil em relação aos nossos concorrentes que presumo serem a Austrália e a Coréia.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — V. Ex^a fez duas perguntas, uma é da minha área de atuação e teirei bastante liberdade e competência para responder, que é em relação à tecnologia de produção mineral. A outra refere-se a mercado de minério de ferro, que certamente a Companhia, nas outras exposições, trará pessoas que mexem unicamente com a parte de mercado e terão muito mais competência para responder, embora eu possa dizer que o mercado internacional de minério de ferro, em função da recessão, é bastante competitivo, e a Vale tem lutado bastante para, inclusive, elevar o preço. O mercado internacional é constituído do mercado europeu e do mercado japonês. No mercado europeu, a Vale é bastante dominadora no suprimento; o mercado japonês sofre maior influência da Austrália. Isso apenas em linhas gerais, maiores detalhes serão dados nas próximas reuniões.

Em relação à prospecção mineral, quando a Vale criou a DOCEGEO não havia tradição de programas amplos de pesquisa mineral no País. Os pequenos trabalhos eram isolados, muitas vezes em função de um ou outro profissional, mas não havia equipes estruturadas para prospecção mineral. Tanto é que Carajás ficou disponível para quem chegasse primeiro até 67. Se houvesse uma pequena equipe de prospecção sistemática no País antes, Carajás já teria sido descoberto. As primeiras empresas que entraram na região com tecnologia mais voltada para prospecção mineral foram as internacionais principalmente a United Steel, na área de minérios ferrosos, e outras empresas que trabalharam na prospecção de bauxita, na Amazônia, principalmente a ALCAN, Alumínio Canadense. A DOCEGEO, ao ser criada, teve como política, então, atrair, no mercado de trabalho, profissionais que já atuavam nessas empresas estrangeiras, ou seja, tentando incorporar, logo de saída, algum know-how que havia sido trazido por essas empresas estrangeiras. A DOCEGEO também, no início do seu trabalho, teve como política atrair profissionais estrangeiros que vieram, na época, inclusive, ganhando bem mais do que os técnicos nacionais. Foi uma necessidade compreendida pelo técnico nacional, e esses profissionais vieram para cá então transferir know-how do que se fazia na época de mais avançado em prospecção mineral em todo o mundo. Então, nos primeiros três ou quatro anos de vida da DOCEGEO praticamente não surgiram descobertas, porque a empresa estava criando o seu know-how próprio. Hoje, pode-se dizer isso, não é ufanismo nem demagogia por eu ser da DOCEGEO, mas a DOCEGEO tem uma tecnologia desenvolvida por ela mesma em condições de competição com qualquer grande empresa de prospecção do mundo. Temos convênios hoje com o Serviço Geológico da Finlândia, por exemplo, onde geólogos da Finlândia vêm ao Brasil e passam um período adquirindo know-how desenvolvido pela DOCEGEO e geólogos brasileiros vão à Finlândia adquirir know-how desenvolvido pelo Serviço de Geologia da Finlândia. Recentemente, estamos iniciando, já dentro de um programa amplo de Governo de cooperação técnico-científica com a China, um convênio semelhante com a China. Estamos com geólogos na China aprendendo a tecnologia de tungstênio e volfrâmio da China e provavelmente uma missão chinesa virá ao Brasil trabalhar com geólogos da DOCEGEO para adquirir know-how desenvolvido pela DOCEGEO. Esse intercâmbio científico-tecnológico é a tática e a estratégia que a DOCEGEO usa para criar a sua própria tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Severo Gomes, relator.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Dr. Breno, já conhecemos a sua biografia, onde a imagem de um geólogo competente e ao mesmo tempo preocupado com os interesses nacionais dão o desenho básico da sua personalidade. Hoje, a sua exposição só fez confirmar esses traços que são conhecidos de toda as pessoas familiarizadas com o assunto. Eu gostaria de colocar algumas questões a V. S^a que dizem muito de perto com as preocupações maiores desta Comissão de Inquérito.

A primeira delas é a seguinte: seria possível uma avaliação do valor das jazidas pertencentes à Vale do Rio Doce? Estamos conversando com um dos geólogos mais renomados do Brasil. Em virtude de uma série de circunstâncias, temos hoje essas jazidas colocadas no balanço da empresa, pelo valor zero, ou valor insignificante.

É possível que esta Comissão tenha informações. Se V. S^a puder dar algumas indicações muito bem, ou mesmo com o tempo, apresentar posteriormente um trabalho que esclareça à Comissão a respeito do valor do patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce. Esta é a primeira pergunta.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu também agradeço as suas palavras amigas. Com relação a sua questão, a minha posição pessoal é a seguinte: um dos problemas sérios que há no setor mineral é determinar o valor de uma jazida porque nós temos a questão sobre vários prismas. Primeiro, sob o prisma estratégico ou potencial. Um determinado bem mineral ou uma determinada jazida pode ter um valor estratégico, exuberante, excepcional e um valor comercial. Nós vimos aqueles bens minerais que a África do Sul produz, que são altamente estratégicos para o Mundo Ocidental, no entanto, se nós formos ver quanto vale, um dólar, a produção daquele bem mineral é algo irrisório dentro do mercado mundial de bens minerais.

Do ponto de vista potencial, todos nós sentimos a potencialidade de Carajás, o valor que aquilo pode ter para o futuro desenvolvimento do País. É algo que nós não poderemos atingir a dimensão, o que poderá significar aquele potencial mineral quando ele puder ser explorado.

Por outro lado, uma jazida só passa a ter valor comercial, quando, primeiro, há condições econômicas de colocá-la em produção; em segundo lugar, quando há mercado para aquele bem mineral.

Então, nós podíamos imaginar, por exemplo, o ferro de Carajás. Qual o valor do ferro de Carajás? São dezito bilhões de toneladas. Precisamos calcular quanto vale cada tonelada de minério. Eu, pessoalmente, sou incapaz de calcular qual o valor daquele bem mineral. O mercado está entre 15, 20 dólares a tonelada, mas seria loucura colocarmos que aquele bem mineral vale 15, 20 dólares. Então, quanto colocaremos? Um dólar, meio dólar a tonelada? Isso vai depender de quanto aquele bem mineral, realmente, vai poder ser produzido. Nós vamos acabar, exaurir Carajás daqui a 300, 400, 500 anos. Seria aquele valor, dentro de uma certa conjuntura, que a gente não sabe se vai ser a mesma, se vai variar, de acordo com a evolução histórica. A avaliação do bem mineral, do ponto de vista geológico, é algo profundamente difícil. Há, do ponto de vista econômico várias formas de avaliar, bastante complexas e divergentes uma da outra. Eu, pessoalmente, me restrinjo sempre ao valor estratégico e valor potencial. Valor comercial de uma jazida fugiria a minha competência, valor de venda de uma jazida, porque muitas vezes uma determinada jazida é vendida numa determinada época por um certo valor, a mesma jazida, dali a dez anos é vendida por um valor incalculavelmente maior ou menor, dependendo de evolução do mercado daquele bem mineral. O problema é muito complexo.

Como V. Ex^a colocou a questão, talvez haja condições de o setor competente da empresa preparar um estudo mais profundo da questão e, nas próximas reuniões aqui, trazer essa resposta. Eu, infelizmente, me considero sem competência para dar o valor comercial das jazidas. Eu tenho uma boa sensibilidade ao valor pontencial e estratégico das jazidas, mas, comercial, eu não tenho competência.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A segunda questão seria a seguinte: tem havido, vamos dizer, privatização de algumas jazidas da Companhia Vale do Rio Doce ou arrendamento de jazidas, como aqui V. S^a se referiu, ao arrendamento de uma jazida de estanho a Paranapanema. Quais são os critérios para a privatização? Quais são os critérios para o arrendamento?

Como funciona esse arrendamento?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Normalmente, cada caso, é estudado pela Vale do Rio Doce com características peculiares, embora haja uma filosofia mais genérica. Em relação à cassiterita, por exemplo, na ocasião, houve um critério que, primeiro, a empresa fosse nacional; no caso da cassiterita do Xingu e também no caso da cassiterita aqui de Goiás, que também foi arrendada. Então, primeiro critério, que a empresa fosse nacional. Não há nenhum preconceito contra o capital estrangeiro, apenas, no caso da cassiterita, já havia capacitação da iniciativa privada nacional para tocar o empreendimento. Por que a Vale resolveu, na ocasião, ar-

render as jazidas de cassiterita? Porque, naquela ocasião, ela não pretendia entrar no setor do estanho. Pode ser que daqui a dez anos ela resolva entrar no setor do estanho, no momento ela não pretende porque a capacidade nacional já está atendendo bem esse setor. Ela não podia, também, por outro lado, simplesmente alienar aquele bem mineral. Então foram feitas cartas-consultas às empresas, ao setor que trabalhava com estanho, e foram apresentadas várias propostas, a melhor proposta foi aceita.

Em relação a outros bens minerais, por exemplo, à volfrâmio, que se nós formos pegar qual o empreendimento mineiro para volfrâmio antes do Pará, é algo irrisório, algo de alguns milhares de dólares por ano, talvez, não chegue a nem a um milhão de dólares a produção. Dentro do universo da Vale do Rio Doce isso talvez fosse irrisório; ela, com toda a sua carga administrativa, tocar um projeto pequeno desse modo, talvez se tornasse antieconômico. Agora, ela não pode, simplesmente, alienar um bem mineral como a volfrâmio, que é altamente estratégico para a produção de ligas especiais. A tendência para a volfrâmio, certamente, será cartas-consultas às empresas que produzem ferro-ligas no País e até certo ponto que interesse a essas empresas para implantar suas usinas na Região, dentro daquela filosofia de partir para um programa de desenvolvimento industrial na área.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Nesse caso de arrendamentos, por exemplo, o da jazida de estanho à Paranapanema, que tipo de pagamento a Vale do Rio Doce recebe?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Em relação ao estanho é recebido um royalty de 6% ao ano. Em relação às outras negociações, provavelmente a Vale vai partir para uma associação de empreendimento, tanto a nível de mineração, como de industrialização, associação minoritária. Mas isso é apenas uma tendência para o caso da volfrâmio, outros minerais serão estudados sempre caso a caso.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Na sua exposição ficou claro que nós temos uma queda de preços nesses bens minerais e que isso se tem agravado pela crise, e tudo mais, e que em função disso os países fornecedores desses bens minerais estão financiando o progresso das nações desenvolvidas.

Orá, mesmo antes da crise, a política da Vale do Rio Doce foi a de conquistar mercado, e não de estudar ou de buscar algum tipo de associação com países produtores de minério de ferro. Uma questão que sempre foi colocada, vamos dizer, dentro da política mineral brasileira, na medida em que existe, essa preocupação de conquistas de mercado, os preços vão sendo deprimidos. Eu perguntaria sua opinião sobre esse tipo de política.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — É mais uma questão que também foge a minha especialidade, mas eu não me vou furtar a dar uma opinião. Até o presente, essa política tem demonstrado bons resultados para a Vale do Rio Doce, que tem realmente, liderado o mercado mundial de minério de ferro, tem conseguido abertura de novos mercados e até certo ponto, é a empresa que mais tem lutado no mercado internacional para a elevação do preço do minério de ferro. Ela havia conseguido isso em relação ao mercado europeu, particularmente ao mercado alemão. Infelizmente, como a recessão da siderurgia americana e como o grande supridor de minério de ferro da siderurgia americana é o Canadá, não é o Brasil, o Canadá passou a ter excedentes de minério de ferro, que passaram a ingressar também no mercado europeu, puxando novamente o preço para baixo. Então, apesar de a Vale do Rio Doce ter lutado para levar o preço para cima, outra conjuntura, no mercado mundial de minério de ferro, passou a trazer o minério para baixo. Mas posso garantir, pelo que eu tenho lido nos relatórios da empresa, que a Vale é a que mais tem lutado para uma melhor remuneração do minério de ferro. Nós vimos, de qualquer maneira, que é uma tendência mundial a baixa remuneração da matéria-prima. É uma realidade de que nós podemos não gostar, não aceitar, mas temos que conviver com ela.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu gostaria de ouvi-lo, também, dentro desta questão dos preços do minério de ferro. A V. S^a se referiu, por exemplo, à concorrência do minério canadense, como à de outros países.

De qualquer maneira, no passado, houve tentativa de países exportadores de minério de ferro de constituírem uma organização para procurar defender os preços. Mas a minha pergunta é a seguinte: será que uma maior competição não está dentro do próprio País com as exportações da MBR, que ficou como detentora, hoje, da maior quantidade de recursos minerais em Minas Gerais, e que tem até, vamos dizer, um transporte subsidiado para estes minérios? Nós estamos com uma empresa, que não se sabe até por quais mecanismos, consegue deter hoje a maior quantidade das jazidas de minério de alto teor, em Minas Gerais, tem um transporte subsidiado e, mais ainda, uma empresa cujos acionistas são os próprios consumidores de minério de ferro. Se nós temos uma empresa aqui que tem como acionistas as grandes siderurgias do Japão e do Mercado Comum Europeu, evidente que não há um conflito de interesses. O interesse deles é buscar a venda pelo preço mais barato. Então nós estaremos com o pior dos competidores dentro de casa, que seria a MBR e além do mais subsidiando o transporte do minério da MBR para o porto.

O SR. BRENO AGUGUSTO DOS SANTOS — De um modo geral, como hipótese, até que é válida essa perspectiva. Logicamente, se nós temos empresas aqui dentro, com outros interesses, concorrendo com a Vale do Rio Doce, eventualmente essas empresas poderiam até concorrer para que o preço fosse mais baixo. Disse, logo no início, como hipótese. Eu não tenho competência, por fugir a minha área de atuação, de afirmar se realmente, na prática, isto está ocorrendo. Eu creio que é uma questão para ser deixada para as próximas reuniões, aqui, da Vale do Rio Doce. Que os técnicos que trabalham com o mercado de minério de ferro da Vale apresentem se realmente a MBR está afetando o mercado mundial de minério de ferro, trazendo esse preço para baixo e com prejuízos para a Vale do Rio Doce ou não. Eu, infelizmente, não tenho condições de afirmar se sim ou não; como conjectura, eu acho válido.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Essa questão do subsídio implícito nos fretes para o minério de ferro da MBR, coloca uma outra questão também ligada à mineração, que é o tipo de subsídio que se concede, em termos de tarifa, como o que foi concedido em 13 de agosto de 1979, para a energia elétrica fornecida para a fábrica que está lá em São Luís do Maranhão produzindo alumínio. Se não me engano, é uma tarifa de 8 milésimos de dólar por quilowatt, quando o preço de custo da usina era de 28 milésimos. Quer dizer, nós então, fizemos os investimentos para produzir energia elétrica, estamos subsidiando, pesadamente, evidentemente, com sacrifício do conjunto da população brasileira e com isso contribuindo para aviltar os preços do mercado internacional. Gostaria de ouvir a sua opinião também a respeito dessa política tarifária.

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — A política tarifária de energia também já foi objeto de preocupação pessoal minha como cidadão, e não como técnico, porque não sou especializado nessa área. Na ocasião, tudo o que consegui, a nível de me informar com técnicos especializados no setor ou em relação a leituras e outras informações com o que ocorre em outros países, tanto as leituras como os técnicos do setor me mostraram que esse era um preço que o País tinha que pagar porque a energia para o alumínio era subsidiada em todas as áreas produtoras de alumínio no mundo. E o ônus, qualquer país que queira entrar no mercado e ter preço competitivo, é obrigado a entrar com o subsídio da energia elétrica. A gente pode questionar se socialmente é justo ou não, mas é um ônus que o País tem que pagar para entrar na indústria do alumínio. Isso realmente tem ocorrido na implantação de toda indústria de alumínio, tanto nas nações desenvolvidas como nas nações em desenvolvimento. Alumínio é algo estranho o que está ocorrendo, porque vemos que há uma loucura total no mercado de alumínio. O consumo está aumentando, o preço do metal está cada vez mais para baixo, a alumina está sendo comercializada até pelas nações produtoras, pelas irmãs do alumínio, a preços abaixo do custo de produção. Enfim, a situação do mercado de alumina e alumínio no mundo está bastante caótica, não se sabe qual a tendência futura no mercado. Percebe-se que é uma situação que não pode ser sustentada por longo

tempo, porque a alumina, que é o produto intermediário do alumínio, está sendo comercializada abaixo do preço de produção.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Voltando a esta questão de preços e do aviltamento dos preços desses bens minerais, temos aqui a nossa atenção despertada para uma questão sobre a qual gostaríamos de ouvir alguma coisa.

É que a Vale do Rio Doce, nos investimentos que fez em Carajás, obteve financiamentos e realizou pré-vendas de minério de ferro. A minha indagação é a seguinte: ao tempo em que foram iniciados os trabalhos para a construção da estrada de ferro, da viabilização da jazida, os preços do minério de ferro já estavam, vamos dizer, bastante deprimidos. Ora, se existe um mercado com preços deprimidos, se a empresa realiza pré-vendas, ela garante que vai colocar um maior volume de minério de ferro no mercado, aos preços do ano em que entregar. Ora, se ela assegura uma maior oferta neste contrato de pré-venda, estaria também assegurando, no tempo, a manutenção dos preços baixos de minério de ferro. A minha indagação é esta. Na medida em que estou assegurando um suprimento a mais e volumoso de minério de ferro, aos preços que se realizarem no mercado, se o mercado já está baixo, essas pré-vendas só poderiam conduzir a uma situação permanente de preços baixos de minério de ferro.

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — A Vale, em primeiro lugar, não poderia iniciar um programa como Carajás sem ter alguns contratos de venda. Ninguém pode colocar uma mina, uma indústria, qualquer área em produção sem ter garantia de mercado, porque o projeto falharia logo no primeiro ano. Então, haveria necessidade de a empresa ter uma garantia mínima de mercado para poder colocar em desenvolvimento o Projeto Carajás. Na realidade, até onde eu sei, porque também isso foge à minha área de competência e qualquer esclarecimento melhor poderá ser dado nas próximas reuniões, foram assinados contratos de médio e longo prazo, mas sem fixação de preços. O preço sempre será fixado em função da situação do mercado na área. A tendência futura, eu creio que é muito mais no sentido de a Vale do Rio Doce deslocar outros eventuais fornecedores de minério; estes sim é que serão prejudicados; quer dizer, uma mina que não tenha a qualidade de minério tão boa como a de Carajás será deslocada e, talvez, até, quem sabe, Carajás, em função da excepcional qualidade do minério, consiga elevar o preço do minério fornecido para a Vale a condições melhores. Há possibilidade de que isso ocorra. Agora, tudo isso vai depender muito mais da evolução da conjuntura mundial. Até que ponto vamos viver na situação de crise da siderurgia, até que ponto a economia, como um todo, hoje, está sendo questionada. Se nós formos analisar a situação da conjuntura internacional, ela é muito confusa. Os Estados Unidos, que são a maior potência do mundo, é o maior devedor do mundo, no entanto, continua com todo o seu poderio econômico em funcionamento. Então, a conjuntura mundial hoje é muito estranha, não sabemos o que vai ocorrer daqui a dez anos a nível de tendência de mercado, de matéria-prima e de evolução da economia mundial.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu entendo que é difícil prever, mas se nós estamos assegurando que vamos entregar um volume a mais de minério e até, nas suas palavras, deslocando outros produtores, estamos é forçando a baixa do preço do minério.

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — Isso é realmente o que ocorre com qualquer nova fonte de produção, seja de matéria-prima ou industrial. Quer dizer, quando uma fábrica entra em produção de um determinado produto, certamente ela está competindo para baixar aquele produto. Seja qualquer produto, automóvel, ou o que for, ela vai ter um custo de produção, vai entrar naquele mercado e dentro do limite de seu custo de produção, ela vai tender a ter preços cada vez mais competitivos para deslocar o seu concorrente. Isso em matéria-prima é mais trágico, porque a matéria-prima já tem um preço aviltado, embora o preço de venda esteja sempre acima do preço de produção, de um modo geral. Mas vai ser uma luta de mercado, a Vale vai ter que continuar com seus esforços para conseguir melhores preços, mas, realmente, qualquer fonte de produção, enfim, contribui,

até certo ponto, para a redução do preço, teoricamente, embora nem sempre isso ocorra. Alumínio, estamos vendo que está aumentando o consumo e o preço está baixando. Em outras áreas da nossa economia interna, nós vemos que, com o consumo mesmo reduzido, o preço aumenta.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu entendo que tem sentido sua colocação, mas quando, vamos dizer, se inicia uma produção e já se tem o compromisso de entregar um volume físico, os efeitos para deprimir o mercado podem ser até calculados...

Se eu, dentro do mercado, tenho um minério de altíssimo teor, imagino que o mercado sempre estaria disposto a comprar um minério de melhor qualidade, como é o caso do minério de Carajás e também com as circunstâncias favoráveis com relação a fretes para certas regiões do Mundo. Eu não tenho a liberdade de, amanhã, retirar essa oferta. Ela estará lá, quer seja 15 dólares a tonelada ou seja 10 dólares a tonelada, eu tenho o compromisso de entregar naquele preço. Eu estaria montando uma armadilha para mim mesmo, na medida em que eu tenho o compromisso de entregar a qualquer preço, desde que seja o preço do mercado da época, daquele ano. Esta é uma questão que, realmente, nos mantém preocupados.

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu creio que essa pergunta poderá ser melhor esclarecida pelo setor comercial da empresa, nas próximas exposições aqui. Certamente, essa hipótese foi estudada em maior profundidade pela empresa, eu não conheço esses estudos, apenas vejo, como questão, o contrário: como implantar, por exemplo, Carajás, sem uma garantia de mercado? O risco, também, seria grande. Quer dizer, investirmos numa área e depois não conseguirmos vender aquele produto.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Uma outra questão. Nós temos notícia de que, em 1979, o mesmo ano da venda da energia elétrica a 8 milésimos de dólares, houve uma desativação de equipe técnicas da DOCEGEO. Essa informação tem sentido e quais foram as razões dessa desativação?

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — A DOCEGEO, quando começou a operar no Brasil pela Vale do Rio Doce, como eu disse aqui, como empresa, no início, procurou adaptar-se tecnicamente. Procurou criar uma massa crítica, uma equipe preparada para operar em produção mineral. Em meados da década de 70, começaram a surgir as descobertas. Isso, dentro da empresa, começou a funcionar como uma bola de neve. Cada descoberta significava mais investimentos e mais geólogos para atuar. Aos poucos, a empresa começou a ter um tamanho até certo ponto crítico, porque sendo uma empresa de criação de jazidas, quer dizer, não era diretamente ligado ao setor produtivo, se ela atingisse uma dimensão exagerada, poderia, com qualquer recessão econômica que a Vale tivesse que enfrentar, sofrer uma crise bastante aguda. Então, na época, em 1979, o que houve de fato foi uma adequação da DOCEGEO a níveis mais compatíveis a médio e longo prazo. Quer dizer, a empresa estava realmente crescendo, foi traumático para nós, como profissionais, na época, houve corte na equipe, mas a empresa, de fato, passada aquela crise temporária, aquele trauma quase que profissional que sofremos, ela se adequou a um certo nível de atuação e, de lá para cá, tem mantido esse nível de atuação, tanto em termos de dimensão das equipes, como em termos de recursos financeiros que a Vale coloca à disposição da DOCEGEO, a cada ano.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A minha última pergunta diz respeito a uma questão tecnológica. A Vale do Rio Doce desenvolveu a tecnologia para a produção do titânio a partir do anatásio. E como se trata de um bem extremamente importante e estratégico, nós ficamos surpresos, ao ler nos jornais, que, ao invés de guardar a sete chaves, vamos dizer, essa tecnologia conquistada, ela cedeu a uma empresa multinacional a operação da produção do titânio. Eu gostaria de ouvi-lo a esse respeito.

O SR. BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu confesso que não conheço, realmente, até que ponto foi cedida. Sei que a Vale registrou, tanto dentro do País como fora, as patentes de industrialização de transformação, da

concentração do anatósio, que era um problema maior. É uma pergunta que eu deixo para ser respondida pelas equipes futuras que, certamente, vão procurar a verdade do fato e expô-la aqui. Eu desconheço porque é uma área em que eu não atuei até hoje, estava até há pouco tempo mais voltado para a Amazônia. Desconheço totalmente o assunto e o que eu sei foi por meio de jornais também.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Eu gostaria só de fazer uma pequena ressalva: a Vale do Rio Doce desenvolveu a tecnologia do óxido de titânio. O titânio metálico está sendo desenvolvido pelo Instituto da Aeronáutica de São José dos Campos. E a mim me parece que o assunto dióxido de titânio foi ou está sendo negociado para exploração das jazidas de anatósio. Agora, o titânio metálico é o Instituto da Aeronáutica.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu tenho uma última questão, é que V. Sa. aí colocou uns mapas que mostram a importância dos diferentes países com relação à produção mineral. Para esta Comissão seria muito importante saber a situação, em termos de jazidas conhecidas no Brasil, com relação a esse patrimônio mineral em outros países, primeiro e, segundo, a potencialidade das jazidas da Vale do Rio Doce em comparação com as outras empresas mineradoras no mundo, de tal modo que pudéssemos ter melhores informações no curso desta nossa Comissão. Talvez V. Sa. tenha notícia. Nós tivemos informação de que os achados minerais na margem esquerda do Amazonas, no Amapá e em outras regiões têm sido surpreendentes. Quem me deu essa informação, há alguns anos atrás, foi o General Venturini, de que o que estaria ocorrendo naquelas regiões prometia, talvez, vamos dizer, um surgimento de uma província de dimensão semelhante à de Carajás. Não sei se V. Sa. tem uma informação mais precisa para poder ajudar-nos.

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — Pois não. Em relação à potencialidade do País e das jazidas da Vale, em comparação a outros países, eu não teria, por assim dizer, termos quantitativos de comparação, isso porque, por incrível que pareça, no setor mineral, boa parte das informações são até certo ponto sigilosas, em alguns países. Não há um banco de dados precisos. Inclusive há um projeto da própria DOCEGEO em criar esse banco de dados, para se ter um diagnóstico constante do setor mineral do Mundo. Mas, pode-se dizer, que há alguns poucos países no mundo que são altamente ricos em bens minerais. Podemos colocar aí o Canadá, a Austrália, a África do Sul, o Brasil e a União Soviética, e colocar aí como os cinco grandes do setor mineral nos próximos anos, são os grandes produtores, grandes detentores de depósitos minerais em seus territórios. Em relação à Vale do Rio Doce, nós podemos dizer que, hoje, ela controla, ou através de decretos de lavra ou através de alvará de pesquisa, a maior parte da potencialidade de Carajás. Estou falando de potencialidades e não em jazidas. Em algumas áreas já são jazidas e em algumas áreas são em avaliação. Então, a Vale do Rio Doce, através do seu trabalho de geologia, tem sob o seu controle a maior parte do potencial de Carajás.

Nós estamos atuando, também, em menor escala na asa norte do Amazonas. Talvez, quando o General Venturini tenha-se expressado em relação à asa norte, tenha falado mais, de um modo genérico, em relação à sua potencialidade. Na asa norte do Amazonas e naquelas e suas proximidades se fala em jazidas de manganês da IN-COME, da Serra do Navio, exploradas há algumas décadas, conhece-se o depósito das jazidas de caulim que foi descoberta pelo Sr. Ludwig, e já está em produção, há os depósitos de bauxita, tanto da região do rio Trombetas como da região Celmerin, que já foram avaliadas e, no restante da área, há apenas uma potencialidade de ambiente geológico. A CPRM, através do grupo GEBAM e com o RADAM, também fez alguns trabalhos na região, mas, de fato, não foi descoberta nenhuma jazida, apenas foram descobertas ocorrências e áreas potenciais.

A Vale do Rio Doce, a DOCEGEO, realiza também trabalho lá em dois complexos alcalinos de trabalho semelhantes ao que nós temos aqui em Araxá, Papira, Salitre, Catalão, etc. Esses depósitos, essas ocorrências são conhecidas há muito tempo, uma foi descoberta pela CODIM por coincidência e a outra pela Meridional. Na época elas não foram pesquisadas em profundidade e quando a Vale passou a ter a tecnologia para o anatósio, imediatamente a DOCEGEO intensificou os trabalhos

nessa área. Então, são duas áreas potenciais para anatósio, também, uma delas, a do Maicuru, está sendo por nós agora. Recentemente, começamos a intensificar o trabalho e ela está sendo bastante promissora, para anatósio, titânio e, também, para alegria nossa para fosfato. É uma boa possibilidade que essa área possa contribuir para o desenvolvimento da agricultura ali na região do baixo Amazonas, ali na região de Monte Alegre até Almerim.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — No desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão, nós temos uma preocupação muito grande, é de que modo nós possamos ter informações que venham a deixar o Congresso familiarizado com a questão mineral de tal modo a poder influir numa política mineral brasileira. Não preciso lembrar que nós temos pela frente, em 1986, a Assembleia Nacional Constituinte, em que essas questões, vamos dizer, de patrimônio mineral do País devem ser colocados. E surge ainda esse problema dos preços. Hoje, os preços do alumínio estão caindo, os preços do minério de ferro também. Lembro sempre do exemplo da Serra do Navio, a que V. Ex^a se referiu aí, como uma das questões que deve iluminar a nossa política mineral. No início da exploração do manganês, na Serra do Navio, em 1964, a exportação do manganês da Serra do Navio foi realizada a um preço médio de 37 dólares a tonelada. Entre 1964 e 1974, quer dizer, o período de maior desenvolvimento da economia mundial, de maior aumento da produção siderúrgica, da elevação de preços siderúrgicos, esse preço caiu para uma média de 20 dólares, o que significa que, corrigindo a inflação do dólar, nós exportamos esse minério durante 10 anos, pela metade do preço que estávamos exportando no passado. Na verdade, estava era havendo um processo de transferência desses recursos para fora. Daí o nosso temor de que esse processo venha a atingir todas as áreas minerais e sempre, nós não sabemos por que, nós temos que oferecer mais minério de ferro, tendo que manter, uma oferta, tendo que fazer contrato de pré-venda para poder viabilizar a empresa. Nós admitimos aqui uma empresa em que os acionistas são os compradores de minério de ferro, portanto, sem um conflito de interesses que permita esse jogo possível de defesa do interesse nacional.

Eu quero ainda lembrar que no caso da exploração do manganês, na Serra do Navio, se tratava de uma empresa aonde a maioria era de capital nacional, para mostrar que o simples fato de termos 51% de capital em mãos nacionais não significa de maneira nenhuma uma defesa do interesse nacional e o estabelecimento de um conflito de interesses natural. Então, esse desenho maior é que nos preocupa com relação às linhas fundamentais de uma política mineral no Brasil.

Acho que esta é a última pergunta que faço a V. S^a agradecendo as informações que nos deu.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Esta é uma preocupação que nós temos que ter sempre, não apenas como homem de empresa, mas como cidadão. Acho que aí faz parte de uma luta política muito mais ampla do confronto entre nação produtora de matéria-prima e nação consumidora de matéria-prima. Esse confronto existe não só entre o Brasil e os países consumidores como entre qualquer nação em desenvolvimento produtora de matéria-prima e a nação industrializada consumidora. É uma preocupação válida, sempre haverá esse conflito entre nações ricas e nações pobres, mas acho que a Vale do Rio Doce poderá ser um importante instrumento da Nação para cada vez mais encontrar um espaço maior nesse mercado mundial, com preços mais condizentes para a nossa matéria-prima. Mas é uma luta que não deve ser apenas da Vale do Rio Doce, é uma luta que terá de ser de toda Nação. Nós temos que nos desenvolver, ter competência política no cenário mundial. Só assim teremos um espaço maior entre as nações. É válida a preocupação, mas é nossa realidade. Nós temos uma dívida externa, temos que produzir riquezas para melhor desenvolvimento social do nosso povo e não podemos parar o Brasil de repente para encontrar a solução ótima. A coisa é evolutiva, é crescente, mas devemos ter sempre essa preocupação. Essa preocupação é mais do que válida, e deve ser quase um catecismo de todo cidadão brasileiro lutar cada vez mais pela melhor remuneração da nossa matéria-prima, seja mineral ou não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o nobre Deputado José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO — Antes de usar da palavra, solicito a V. Ex^a me esclarecer, já que V. Ex^a estabelece uma nova corrida de indagações após a última, se porventura nenhum dos Senadores formular novas perguntas, se poderia, desde que o Senhor Relator assim entenda, ser acrescido a este meu tempo mais dez minutos, como já se estabeleceu aqui, uma volta de dez minutos para cada interpelante.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Até às 13 horas estaremos aqui.

O SR. JOSÉ MACHADO — Dr. Breno, eu lamento profundamente não ter podido estar aqui presente quando da sua exposição, já cheguei aqui ao final. De maneira que vou fazer algumas indagações a V. S^a de acordo com o que foi aqui debatido.

V. S^a usou uma expressão: Carajás ficou disponível até 67. E conta essa história de um cidadão que trabalhava para a Meridional, para a United Steel, em Conselheiro Lafaiete, e que se embrenhou no mato e, por obra do Espírito Santo, bateu em cima de Carajás e descobriu, achou aquele negócio formidável. Eu quero dizer a V. S^a que o ex-Senador Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação, ex-Ministro do Trabalho, ex-Ministro da Previdência Social e também ex-Líder e Presidente do Senado, conseqüentemente Presidente do Congresso, após um pronunciamento que eu fiz aqui na Câmara — esse tema Política Mineral é muito vasto para se discutir assim num curto prazo de dez minutos, porque ele exige uma exegese muito elevada, de nível mais avançado para que pudéssemos chegar a uma definição do que poderia ser adequada ao País em termos de política energética — mas o Senador Jarbas Passarinho me disse, numa conversa que tivemos, que ele, quando assumiu o Governo do Pará, já encontrou sobre a mesa um expediente do Governador cassado, salvo engano, Aurélio do Carmo, cientificando o governo e já falando a respeito dessas jazidas de Carajás. Eu falo nisso porque realmente essa história da localização e da descoberta de Carajás é muito controvertida. E em razão disso nós acabamos até de ter que pagar 50 milhões de dólares a United Steel, ao tempo em que realmente as jazidas tinham valor econômico, uma vez que não tinham nenhuma estrutura para serem exploradas.

Eu gostaria de saber se V. S^a sabe alguma coisa a respeito.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — A reserva de Carajás é realmente muito grande e há notícias anteriores de minério de ferro de Carajás antes dessa notícia ser relatada pelo Senador Jarbas Passarinho. Por exemplo, no Museu Goeldi existia, na sua coleção, uma amostra que havia sido coletada no Rio Itacaiunas de minério de ferro no início do século. Algum aventureiro, algum pesquisador, que andou por lá naquela época, ninguém sabia de onde veio aquela amostra, e essa amostra fazia parte do acervo do Museu. É fácil imaginar que uma área, com essa quantidade enorme de ferro, sua formação seria erudida e blocos de minério atingiria o curso d'água e seriam transportados e então os seixos seriam encontrados no rio. Entre o seixo e uma jazida, há uma diferença muito grande.

Em segundo lugar, essa referência que há sobre minério de ferro na Região Sul do Pará, naquela época não se chamava Carajás. E não se chamava porque quem passou a colocar o nome Carajás naquela Serra foi a equipe da Meridional. Nos mapas antigos do IBGE, até 1967, se V. Ex^a forem consultar, a Serra de Carajás era colocada bem mais ao norte, numa área que não tem Serra. Os mapas eram bem rudimentares e nós então pegamos a denominação que já havia na região e colocamos o nome Carajás para a Serra dos Carajás, hoje conhecida como tal. Então, falar que a referência antiga era o nome Carajás não era, porque não tinha o nome Carajás antigamente. Mas, mais ao sul, quando foi desenvolvido o Projeto Araguaia, que eu citei aqui — talvez V. Ex^a não tenha estado aqui na ocasião — na área o Governo brasileiro desenvolveu, através do DNP, e em contrato com a PROPSEC, um amplo levantamento da região, entre 1954 e 1966, quando o trabalho foi publicado e divulgado em 1967. Esse programa amplo de mapeamento, por assim dizer, se restringiu apenas à área dos rios. O

País há 20, 30 anos, era totalmente diferente do que é hoje. Não havia recursos de helicópteros, não havia estradas, na região não havia nada. Então, os técnicos penetraram na área, restringiram-se no levantamento à área dos grandes rios. E uma das equipes, trabalhando pelo rio Fresco, atingiu o rio Naja, que fica acima da aldeia de Gorotire, e lá atravessou a serra do Tucandera. A serra do Tucandera, que faz parte da estrutura maior de Gradaús, hoje bastante próximo onde está o garimpo do Cumaru, possui uma formação ferrífera que nada tem a ver com a formação ferrífera onde está o minério de Carajás. Apenas é semelhante, mas nem constitui jazida de minério de ferro. Era apenas um indicio de formação ferrífera de área potencial para ferro, que havia na região.

Agora, posso afirmar isso, não tenho medo nenhum de estar ocultando a verdade, porque participei passo a passo dos trabalhos de Carajás e demonstrei aqui que se a Steel tivesse entrado com cartas marcadas, ela jamais correria o risco dos dois meses e meio entre a descoberta de Carajás e o requerimento da área. Seria uma loucura para ele. Qualquer pessoa que trabalhe em mineração sabe que, se se pode, deve-se requerer antes de descobrir a jazida, porque senão qualquer grupo concorrente pode requerer e não há nenhum direito garantido enquanto o pedido não der entrada no DNPM.

Nós sempre temos a tendência de fantasiar um pouco a verdade, como a descoberta de Carajás foi uma descoberta, até um certo ponto, simplória, fica difícil de ser aceita. Se ela fosse mais fantasiosa, se eu falasse aqui, não, quando eu fui lá já tinha imagem de satélite, fizemos um estudo através de geofísica etc., e tal, e fomos lá direto para a jazida, todo o mundo acreditaria. Como a descoberta, até um certo ponto, foi acidental, a história fica difícil de ser aceita. Parece que havia um jogo de cartas marcadas.

Jamais tentei defender o fato de ter sido a equipe da Meridional a primeira que pisou em Carajás. Pode ser que qualquer outra pessoa tenha pisado antes, Geólogos da CODIM dizem que quando eles trabalharam ali no Sereno, eles tiveram na Serra Leste, que é a famosa Serra Pelada, que é uma das jazidas, estiveram lá e não deram a maior importância, seis meses, cinco meses antes da Meridional entrar lá. Agora, a descoberta da jazida, tal como ela é conhecida hoje, ocorreu pela Meridional, tanto que a história mostra que a Meridional foi a detentora da área.

Quanto à indenização a que V. Ex^a se referiu, na realidade não foi bem uma indenização. Havia um contrato assinado entre a Steel e a Vale de que se alguém desistisse do empreendimento seria indenizado pelo investimento feito até aquela época. Se a Vale desistisse, ela receberia cinquenta milhões de dólares. Felizmente, para nós foi a Steel que desistiu. Seria bom que ela desistisse de graça, seria muito melhor para nós, mas havia um contrato assinado entre os sócios. E posso afirmar que foi um preço excelente para a Vale, e para o País.

O SR. JOSÉ MACHADO — Quanto se gastou antes de iniciar o processo de mineração de Carajás? Tanto a Vale quanto a United Steel gastaram cada uma cinquenta milhões de dólares?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — O investimento total até aquela época, foi da ordem de cem milhões de dólares. Havia uma correção de 6% de juros ao ano da dívida. Então foi acertado um preço de cinquenta milhões de dólares, isso corresponde não só a geologia, mas também aos estudos mais caros que foram feitos na ocasião, que foi o desenvolvimento, planejamento da ferrovia tudo, o projeto básico já estava feito até aquela data.

O SR. JOSÉ MACHADO — Dr. Breno, a uma pergunta do nobre relator V. S^a disse que é impossível avaliar as jazidas. As jazidas não têm valor econômico, embora seja em potencial uma grande riqueza, enquanto não se viabilizar a forma de explorá-la e no caso de Carajás, então, a oitocentos quilômetros do porto, enquanto não tiver uma estrada, um porto, seria praticamente impossível. Hoje já temos estradas, já temos porto, e já se sabe que nessas jazidas há uma cubagem possível de cerca de 800 bilhões de toneladas. V. S^a mesmo disse que o minério de ferro está na fase de dezoito a vinte dólares. Apenas, para raciocinar, dentro da impossibilidade de se

ter condições de identificar valor de uma jazida, evidentemente com a ferrovia que foi feita, com o porto que está sendo construído, pelo menos meio dólar por tonelada fina que se atribuir de valor, o que representaria, no mínimo, nove bilhões de dólares. Sobre tudo porque ao lado de Carajás existe uma infinidade de outros minérios a que V. S^a se referiu. Então, eu gostaria de saber, objetivamente, a DOCEGO trabalha exclusivamente para a Vale e só fatura essa importância que a Vale destina à pesquisa?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Em primeiro lugar, eu não afirmo que é impossível avaliar uma jazida. Eu disse que eu é que não tinha competência porque eu não sou economista mineral, para avaliar jazida; eu falei que era complexa uma avaliação de uma jazida, porque entram várias condicionantes, e o momento histórico em que se está fazendo aquela avaliação; depende da conjuntura do momento; cada jazida tem um determinado preço, em determinada época, em função de mercado, de facilidades etc. Estabelecer o preço de meio dólar, de um dólar, dois dólares, é uma conjectura que fazemos, não é realmente um estudo econômico que estamos fazendo em função daquela jazida. Temos que lembrar que o investimento feito em Carajás, hoje, para exploração, é de uma das jazidas. Se amanhã a Vale tiver que explorar outra jazida, vai haver um investimento adicional para aquela jazida então desviada. Há uma série de fatores.

A DOCEGO atua exclusivamente para a Vale do Rio Doce. É uma empresa de serviço, mas controlada pela Rio Doce, o capital dela é praticamente cem por cento da Vale do Rio Doce, ela atua exclusivamente na busca de alternativas de investimentos para a Vale do Rio Doce em setor mineral. A Vale tem necessidade de se diversificar no setor mineral e a DOCEGO é um instrumento de busca dessa diversificação. Ela busca um leque de opções, e a Vale da Rio Doce, de acordo com a sua política de desenvolvimento, escolhe a sua opção. A DOCEGO trabalha hoje com financiamento direto com a Vale do Rio Doce. Os recursos da DOCEGO vem da Vale do Rio Doce e ela tem um remuneração de 2% sobre o trabalho desenvolvido; que dizer, através de recursos da Vale do Rio Doce, ela tem uma remuneração de 2% que é a remuneração da DOCEGO como empresa.

O SR. JOSÉ MACHADO — Em quanto montaram esses investimentos até agora em Carajás?

O SR. BRENO AUGUSTO DA SILVA — O investimento total da DOCEGO na Amazônia até hoje é da ordem de cem milhões de dólares, isso desde 71 até meados deste ano, em toda a Amazônia. Eu não teria o valor preciso hoje, porque teria que fazer a correção em cruzeros, mas, podemos calcular que entre 70 a 80 por cento desse investimento na Região Amazônica, feita em Carajás pela Vale Rio Doce, entre setenta a oitenta milhões de dólares.

O SR. JOSÉ MACHADO — Quer dizer que este trabalho gigantesco da DOCEGO, não posso deixar de homenageá-la, custou cem milhões de dólares e, num curto prazo de trabalho, a Vale gastou cinquenta milhões e a United Steel gastou cerca de cinquenta milhões de dólares, ou seja, também cem milhões de cruzeros apenas para fazer estudo e pesquisas, sobre a jazida de ferro.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Infelizmente, para nós, geólogos, o estudo da Geologia, apesar de aparentemente envolver recursos vultosos, é uma das etapas mais baratas da implantação de qualquer mina. Se V. Ex^a for pegar a avaliação do custo de uma mina, a geologia é o que a de mais barato. Agora, em relação ao caso de Steel ali não estava incluído apenas o investimento em geologia, que parece que foi ao redor de treze milhões de dólares.

O restante do investimento foi dos estudos de desenvolvimento; estudo de engenharia, estudos de tecnologia para a implantação da mina. Talvez alguém aqui, não sei se o Vivacqua poderia dar algum esclarecimento maior do componente desses custos.

O Engenheiro Paulo Vivacqua participou do projeto de implantação de Carajás.

O SR. PAULO VIVACQUA — Esses 100 milhões de dólares representaram o custo de todo o projeto básico de engenharia que envolveu aí projeto básico de 900 km de ferrovias, mais outra alternativa ferroviária, e mais duas alternativas hidroviárias e o estudo de oito alternativas portuárias, se não me engano. Em seguida, a pré-engenharia disso tudo, já um certo detalhamento desse projeto básico. Como era realizado naquela região invia e difícil, o apoio de todos os trabalhos de campo, por exemplo, para citar um item importante do custo, era feito por uma pequena flotilha de helicópteros que eram operados na região. Esses custos todos somados, montaram, na época da negociação com a United Steel, a mais ou menos 100 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu gostaria de saber se o Dr. Breno faz de suas palavras do Engenheiro Paulo Vivacqua.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Perfeito. Eu apenas conhecia a composição geral e o Engenheiro Vivacqua, por ter participado diretamente do projeto, pode dar mais detalhes.

O SR. JOSÉ MACHADO — A DOCEGO fez alguma pesquisa de minério de ferro em Minas Gerais?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Em Minas Gerais, quando a DOCEGO foi criada, os grandes gigantes de ferro de Minas Gerais já haviam sido descobertos, mas a Vale do Rio Doce necessita na região de Minas de encontrar depósitos complementares para que a sua atuação lá se prolongue o máximo que for possível como fator de desenvolvimento para a área. A DOCEGO tem atuado na área em trabalhos complementares de pesquisas, em algumas jazidas, muitas das quais têm sido negociadas pela Vale, na Região, jazidas que a Vale tem adquirido de outros proprietários e a DOCEGO tem feito trabalhos complementares de pesquisa. Dessa forma é que a DOCEGO tem atuado em ferro em Minas Gerais.

O SR. JOSÉ MACHADO — Entre essas aquisições de jazidas pela Vale, existe alguma jazida que a Vale, porventura, tenha adquirido no Vale do Paraopeba?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu, na parte de minério de ferro em Minas Gerais, comecei a atuar recentemente, porque a minha atuação é mais voltada para o Amazonas. Talvez o Engenheiro Francisco Fonseca, Presidente da empresa, tenha mais condição de dar esse esclarecimento.

O SR. FRANCISCO FONSECA — Não, que eu saiba no Vale do Paraopeba, não. A jazida que a Vale do Rio Doce adquiriu em Minas Gerais, há bastante tempo já, no início da década de 60, foi a jazida de Timbopeba, mais a leste, não está situada no Vale do Paraopeba.

O SR. JOSÉ MACHADO — E não tem conhecimento de que alguma jazida foi oferecida à Vale do Rio Doce?

O SR. FRANCISCO FONSECA — Não, não sei.

O SR. JOSÉ MACHADO — No Vale do Paraopeba, que a Vale do Rio Doce teria oportunidade de adquirir jazidas no Vale do Paraopeba?

O SR. FRANCISCO FONSECA — Acredito que não haveria grande interesse porque essas jazidas do Vale do Paraopeba estão bastante distantes da área de atuação da Vale, elas são bem mais a oeste do quadrilátero ferrífero. A Vale se interessa por jazidas e tem inclusive associações, como em Serra Geral, jazidas mais a leste, mais próximo do seu ramal ferroviário ali de fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Sr. Breno faz de suas palavras as palavras do Dr. Francisco Fonseca?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu faço minhas as suas palavras, e me considero sem competência para responder por desconhecer o assunto.

O SR. JOSÉ MACHADO — Não sabe, então, informar se foram oferecidas jazidas à Vale? Oferecidas ou a Vale, se quisesse, poderia ter comprado jazidas do Vale do Paraopeba, e não as comprou.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Não, eu desconheço o assunto, mas certamente a empresa terá

a máxima satisfação, numa das próximas exposições, de estudar o assunto e apresentar aqui uma resposta. Acho que é uma questão que fica pendente e confesso que desconheço o assunto, por não ter participado dele.

O SR. JOSÉ MACHADO — Eu apenas digo isso porque existe uma estrada de ferro de Itabira ao Porto de Tubarão que (inaudível) patrimônio fantástico da Vale do Rio Doce, que está caminhando aceleradamente para a sua finalidade, perdeu o sentido.

Com relação ao fato que aqui foi arguido por V. S^a através de seu colaborador, quero dizer que, fizemos uma estrada de oitocentos e tantos quilômetros no Pará, e esse trecho, ligando o Vale do Paraopeba ao Vale do Rio Doce, é relativamente curto e já era para ter-se construído há muito tempo. Porque desde a época que nós fomos chefe de gabinete do Ministro das Minas e Energia já se cuidava disso, isso em 1962 a 1963, mas, infelizmente, a partir de 1964, esse negócio paralisou muito e voltou a funcionar agora. Eu acho que essas jazidas, para a Vale do Rio Doce, são por demais importantes, mas ninguém sabe informar se elas foram adquiridas ou se a Vale teria oportunidade de adquiri-las e não as adquiriu.

V. S^a pode encaminhar a esta Comissão todas as pesquisas feitas pela DOCEGEO de todo tipo de minério?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu gostaria de informar ao Deputado José Machado que o próximo depoente é o próprio Presidente da DOCEGEO. O Dr. Breno veio especificamente para falar sobre Carajás.

O SR. JOSÉ MACHADO — Então V. S^a vai-me desculpar, eu não sabia que V. S^a veio apenas para tratar de Carajás.

Dr. Breno, V. S^a tem conhecimento, ou já estava na Vale ao tempo em que a DOCEGEO iniciou trabalho de pesquisa no município de Almerim, e descobriu um minério relativamente raro no Brasil que é a bauxita refratária?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Sim, na ocasião eu coordenava os trabalhos na Amazônia e por coincidência o geólogo que chefiava esse trabalho está a sua esquerda; é o geólogo que chefiou e que participou da descoberta da bauxita, tanto do Trombetas, quando ele trabalhava na OCAN, como participou, ele foi o responsável pelas descobertas de bauxita da Vale do Rio Doce na Amazônia, tanto na região de Almerim como na região de Paragominas. Esse tipo de minério que é uma bauxita com caracteres especiais, baixo teor de ferro, usada pelas indústrias de refratários, foi descoberto pela primeira vez na Amazônia pela DOCEGEO. Isso ocorreu por volta de 1974.

O SR. JOSÉ MACHADO — E essa jazida é patrimônio da Vale do Rio Doce?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Na ocasião que a Vale entrou na região de Almerim, nem todas as áreas estavam disponíveis. Naquele tempo o grupo Jari, de Ludwig, já havia requerido algumas áreas para prospecção de bauxita, tanto na região do Trombetas, como na região de Almerim. As áreas que estavam disponíveis a DOCEGEO requereu e iniciou suas pesquisas. E como ela iniciou antes do Ludwig esse trabalho de prospecção, o primeiro depósito refratário foi descoberto na área da DOCEGEO, na área da Vale do Rio Doce. Posteriormente, despertado pela descoberta da DOCEGEO, o grupo Ludwig, com a sua equipe, também descobriu jazidas de bauxita refratária, nas suas áreas de pesquisa, que atualmente estão em poder do grupo Antunes.

O SR. JOSÉ MACHADO — Dr. Breno, eu tenho aqui em mãos uma cópia xerox de uma revista, considerada séria neste País, que é a revista SENHOR em que ela fala de uma desistência forçada das jazidas de Almerim. Realmente o grupo Jari iniciou o trabalho nessa área, mas como a Vale, também, depois de ter iniciado, abandonou. É o que diz a revista SENHOR, nº 212, de 10-4-85. V. S^a sabe informar alguma coisa a respeito?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Por ocasião da descoberta de bauxita refratária o mercado mundial de bauxita refratária, que era da ordem de um milhão e duzentas mil toneladas, mais ou menos, na ocasião, era quase que totalmente dominado pela Guiana, e

a Vale tentou, então, pegar parte da fatia desse mercado, implantando na região de Almerim uma planta de dimensionamento de bauxita para refratário. Tentou atrair a iniciativa privada para que trabalhasse no setor. No caso, a empresa foi a Magnesita, de Minas Gerais. Infelizmente, por várias razões, o empreendimento não teve sucesso. Houve divergências, na parte de organização do empreendimento, e o projeto não foi avante. Em decorrência disso, o trabalho da Almerim pela Vale ficou paralisado. Entretanto, surgiu depois um outro fato, a Vale do Rio Doce descobriu, com a mesma equipe, nas proximidades de Paragominas, numa área conhecida como Camuari, outro depósito de bauxita refratária maior e de melhor qualidade do que o de Almerim. Atualmente, essa área é prioritária para a empresa em questão de refratário. Então, o que ocorreu na Região é que, paralelamente, o grupo Antunes, que ficou com a reserva das áreas do Jari, passou a estudar a área de bauxita para a implantação do projeto e a Vale passou a dar preferência à área de Paragominas. Nesse meio tempo, quando a empresa requereu essa área de pesquisa, a empresa teve como política concentrar os seus investimentos para refratário na área de Almerim. E por isso ela, não pretendendo fazer a pesquisa nessa área que havia sido do Jari, ou então, Antunes na ocasião, e havia sido requerida pela DOCEGEO, ela optou pela desistência tendo em vista que ela teria que optar, não teria condições de implantar dois pólos de bauxita para refratário em duas áreas diversas, concorrendo, a mesma empresa, com ela própria. Optou por Paragominas por uma razão óbvia, porque Paragominas está na área de influência de Carajás. E tanto isso é verdade que hoje a Vale está interessando várias empresas privadas nacionais para uma joint-venture para implantação do projeto de bauxita refratário em Camuari.

O SR. JOSÉ MACHADO — Quer dizer, V. S^a confirma em parte o que está na Revista SENHOR, que a Vale desenvolveu pesquisas e localizou uma jazida, que anteriormente foi procurada pelo Projeto Jari e não foi encontrada. Essa bauxita é rara, minério raro no Brasil, evidentemente. Essa jazida hoje passou para o Grupo Antunes.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Não. A questão não é bem assim. Há, na região de Almerim, vários platôs com bauxita. Quando chegamos na área, em começo da década de 70, parte desses platôs já estavam requeridos pelo Grupo Jari. A DOCEGEO, a Vale do Rio Doce, requereu o que havia disponível. Na área que a DOCEGEO requereu encontrou bauxita refratária, simplesmente porque Ludwig não estava com programa intenso de prospecção de bauxita. Após a descoberta pela DOCEGEO da bauxita refratária, Ludwig se interessou em procurar a bauxita refratária e a encontrou também na sua área. Na sua área, área que era dele; não achou na área da DOCEGEO. A jazida descoberta pela DOCEGEO, lá, até hoje está em poder da Vale. Posteriormente, o que ocorreu, que uma terceira área adjacente, não na jazida Ludwig nem na nossa jazida, mas numa área limítrofe às duas jazidas, caiu em disponibilidade e foi requerida pela DOCEGEO. Como havia necessidade de uma opção de pesquisa, como teríamos que intensificar nossa pesquisa ou em Paragominas ou em Almerim, optando-se por Paragominas, a empresa resolveu não investir mais na área de Almerim, porque ela já tem uma jazida de refratário na área, e desistiu da área que posteriormente foi requerida pelo Grupo Antunes e hoje não faz parte do seu complexo de bauxita refratário. Quer dizer, é uma área limítrofe que ainda não tem nenhum programa de desenvolvimento. Está sob o controle do Grupo Antunes, mas não é a área de jazida, a jazida do Grupo Antunes de refratário está situada mais ao norte.

O SR. JOSÉ MACHADO — Eu gostaria que V. Ex^a, por gentileza, embora não seja assunto da sua especialização, mas é um homem do trabalho, e conhece muitas coisas que já podem dar início a um esclarecimento, me dissesse se, em termos de exportação, quem cresceu proporcionalmente mais, a partir do instante em que a MBR se estruturou e se preparou para exportar, a Vale do Rio Doce ou a MBR?

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — Eu não teria competência para responder porque desconheço, a não ser o que acompanho pela opinião pública,

de modo geral, o crescimento da MBR. Eu, de uma maneira, até certo ponto, de vestir a camisa, acho que quem cresceu mais foi a Vale. Agora, desconheço em profundidade o crescimento da MBR. Eu teria que comparar o balanço das empresas e arrumar uma assessoria econômica para analisar o crescimento econômico dessas empresas. Eu tenho a intuição de que foi a Vale quem cresceu mais, mas não posso responder com certeza quem cresceu mais nesse período.

O SR. JOSÉ MACHADO — A Vale, durante um longo período, estacionou, agora ela deu um pulo. Então, não sei, realmente também não sei, por isso que gostaria que V. Ex^a informasse quem cresceu proporcionalmente mais, depois que a MBR passou a ter condições de exportar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Qual foi o período?

O SR. JOSÉ MACHADO — A MBR começou a explorar mesmo, e gigantescamente, se não me enganar, em 1970/72. Mas não importa, a partir da estruturação da MBR, não é organização da empresa, a partir do momento em que ela passou a ter condições de exportar o minério de ferro. Quem cresceu mais.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Isso pode ser verificado depois.

O SR. JOSÉ MACHADO — Eu perguntei isso porque V. S^a, respondendo ao Senador Relator, disse que o Canadá entrou na Europa, mas nessa ocasião a MBR também entrou. Entrou jogando duro.

Eu queria apenas fazer uma ponderação sobre o que disse o Relator, o Senador Severo Gomes, que é profundamente austero e severo nas suas colocações, realmente o que está ocorrendo no Brasil, sobretudo na região da Serra do Navio, é uma transmigração de riquezas. E houve um período em que, de acordo com o contrato de exportação de manganês da Serra do Navio, não se poderia exportar mais de 900 mil toneladas e exportava-se 1 milhão e 600 mil e não tinha a menor importância, embora estivesse ali a fiscalização e tal. Há realmente hoje nos Estados Unidos estoque de manganês transmigração da Serra do Navio.

Mas a indagação que eu gostaria de fazer ao depoente, S. S^a não tem condições de me responder no que diz respeito às jazidas da Vale do Paraopeba.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na próxima reunião, o Presidente da DOCEGEO falará a esse respeito.

O SR. JOSÉ MACHADO — Dr. Breno, quanto até hoje a DOCEGEO já gastou na região mineral de Carajás e se já fez cubagem de outras lavras, excluídas, obviamente, o minério de ferro: isso faz uma citação de uma gama fantástica de minérios nessa região mineral de Carajás. Mas não se tem realmente idéia se a Vale já está cubando todos aqueles minérios que estão localizando.

O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS — A DOCEGEO, como eu disse, nestes quatorze anos de atuação na Amazônia, investiu cerca de 100 milhões de dólares na Amazônia, e da ordem de 70 a 80 milhões de dólares na região de Carajás. A DOCEGEO, nesse período, pode ser que ela teve um sucesso até certo ponto surpreendente até para os técnicos que atuavam na empresa, trabalhou na região de Paragominas e de Almerim, na descoberta e avaliação de bauxita. A Vale hoje tem sob seu controle praticamente 50% das reservas da Amazônia de bauxita, a Vale controla cerca de 2 bilhões de toneladas. Não são reservas lavradas imediatamente, mas são reservas potenciais. A DOCEGEO teve sucesso também descobrindo a primeira jazida de ouro, no sul do Pará, que deu origem a toda essa corrente de garimpeiros na região. A primeira descoberta da jazida de ouro no sul do Pará ocorreu em 1976, na Serra das Andorinhas, foi uma descoberta da DOCEGEO. Lamentavelmente, essa primeira jazida já foi invadida e já foi consumida pela produção garimpeira. Ela participou da descoberta, foi responsável direta e controla hoje o distrito de cobre de Carajás. A descoberta do distrito das jazidas, a avaliação foi feita pela DOCEGEO. Ela não descobriu, mas avaliou a jazida de ouro de Serra Pelada.

O plano de pesquisa da DOCEGEO foi usado pelos garimpeiros para orientar a sua lavra de ouro. Ela descobriu a cassiterita do Xingu que está arrendada à Para-

napanema e participou da avaliação dos depósitos de manganês do Azul, que foi descoberto pela Vale do Rio Doce, através da Amazônia Mineração e, também, participou da avaliação das jazidas de níquel, do Vermelho, que foi descoberta pela Amazônia Mineração e foi depois avaliada pela DOCEGEO. Além disso ela fez também avaliação das jazidas de volframita, descoberta por garimpeiros, e em área de pesquisa da Companhia Vale do Rio Doce, avaliada também pela DOCEGEO.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mas a cubagem desses minérios ainda não se tem?

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — Tem cubagem. Eu apresentei uma listagem aqui que vai ser distribuída depois com todos os dados.

O SR. JOSÉ MACHADO — Sr. Presidente, não vou obrigar V. Ex^a a continuar porque eu tenho o prazer de dialogar com o Diretor da DOCEGEO a quem, obviamente, tenho que render homenagens, pelo menos, na parte que me coube ouvir do seu depoimento que é sério. Embora eu faça algumas colocações em termos da necessidade de se produzir urgentemente minérios, para resolver o nosso problema de balanço de pagamentos, no nosso problema da dívida externa, não esqueço daquela velha expressão do mineiro Artur Bernardes: "minérios não dá boa safra". A verdade é que há uma quantidade de minério nesta terra fantástica. Não sei o que vai surgir na região do México depois desse terremoto, mas alguma coisa vai aflorar naquela região. Aliás a área de terremotos, deram-me notícia ontem, através da televisão, começa nos Andes, vai pela costa, México, Estados Unidos, depois entra na região do Japão, vem até Nova Zelândia. Alguma coisa importante virá por aí.

Eu não queria, Sr. Presidente, tomar mais o tempo, mas, apenas, dizer o seguinte, que em relação a essas observações feitas por S. S^a o Sr. Presidente da Companhia de que a Vale só atuaria em Minas Gerais no Vale do Rio Doce, eu quero apenas, aqui, numa homenagem ao Ministro a que servi com muita honra e de que eu tenho uma grande saudade, o Ministro Gabriel Passos, quando S. Ex^a exercendo um direito legítimo, já que uma concessão de uma lavra foi dada por um Ministro do mesmo plano, caberia a S. Ex^a também tornar sem efeito, já que houve vício de origem na famosa jazida de Águas Claras em Carajás. O objetivo era entregar, justamente, essa jazida à Vale do Rio Doce. Por isso é que eu indaguei se outras jazidas a Vale não teria tido a oportunidade de adquirir porque era importante que a Vale do Rio Doce entrasse no Vale do Paraopeba, sobretudo para dar condições mais efetivas à sua concorrente de desenvolver o trabalho que ela pretende, concorrendo doidamente com a Vale do Rio Doce, notadamente em 1966 e 1967 para cá, 1968, 1970, 1972, que foi, realmente, uma exportação crescente da MBR, enquanto que a Vale reduziu um pouco.

Só para concluir, Sr. Presidente, esta jazida de Almerim então está na Vale?

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — A jazida que a Vale descobriu está na Vale. Apenas ela optou, para desenvolver primeiro, a jazida da região de Paragominas.

O SR. JOSÉ MACHADO — Então, ao contrário do que eu supunha, V. S^a não concorda com o que foi dito pela revista *Senhor*.

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — Não, eu concordo com o que está aí, apenas que não é jazida que a Vale descobriu, é uma área limítrofe à jazida. Há várias áreas potenciais com bauxita na região e a área em questão, que foi citada pela revista, é uma área limítrofe, que não faz parte das jazidas do grupo Antunes nem das jazidas da Vale. Mas, era uma área potencial para se pesquisar novas reservas...

O SR. JOSÉ MACHADO — A DOCEGEO não pesquisou essa jazida?

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — Não, não pesquisou essa jazida.

O SR. JOSÉ MACHADO — Então, V. S^a está inteiramente contra a notícia, não há nenhum momento de afinidade com a notícia porque ela se refere, justamente, às jazidas de Almerim e a Vale, depois de pesquisá-la, não

obstante anteriormente a Jari não ter conseguido identificar essa jazida, teria passado para o Grupo Antunes, após a análise (inaudível). Essa a colocação da revista *Senhor*.

O SR. BRENO AUGUSTO SANTOS — A notícia é verdadeira até uma certa parte, até um certo ponto em que cita que houve essa área em questão. Apenas é falsa quando fala que era jazida da Vale, era uma área limítrofe à jazida da Vale e, limítrofe, também, à jazida do grupo Antunes. Era uma nova área para ser pesquisada. Como a Vale já tinha jazidas suficientes na região e não pretendia desenvolver essa jazida a curto prazo, optando pela jazida de Paragominas, então ela houve por bem desistir daquela área, concentrando os seus investimentos na jazida de Paragominas. Agora, houve, realmente essa desistência mas foi por essa razão.

O SR. JOSÉ MACHADO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu agradeço ao Dr. Breno a sua exposição, o seu depoimento, e vamos encerrar esta reunião, anunciando para a próxima terça-feira a exposição do Presidente da DOCEGEO, Dr. Francisco Franco Fonseca, de que, de acordo com o requerimento ao Senador Jutahy Magalhães, a CPI deseja ter a parte escrita até quinta-feira, para distribuir sexta-feira aos integrantes da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. BRENO AUGUSTO DOS SANTOS EM SUA EXPOSIÇÃO:

CARAJÁS — HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (1)

— Década de 60: — Revoluções nacionalistas na África.

— Perspectivas de dificuldades no suprimento de minérios para o ocidente.

— Prospeção de manganês na Amazônia.

— Union Carbide — fabricação de pilhas eletrolíticas

— United States Steel: — Siderurgia — Sócia de capitais franceses no Gabão (mina de manganês do Moanda).

- Union Carbide (Codim)
- Descoberta do depósito de manganês do Sereno (Marabá) (1966).
- United States Steel (Meridional).
- Planejamento do "Brazilian Exploration Program" (1966).
- Flexibilidade operacional (apoio de helicópteros).
- Início do programa no sul do Pará (maio de 1967).

EQUIPE ENVOLVIDA NA DESCOBERTA DE CARAJÁS

Pittsburgh (planejamento do "Brazilian Exploration Program")

- G.E. Tolbert — Geólogo
- E.C. Ferreira — Geólogo
- G.C. McCandless — Geólogo
- R. Strong — Geólogo
- C.D. Reynolds — Geólogo

Rio de Janeiro

— G.E. Tolbert — Geólogo-Chefe do "Brazilian Exploration Program"

— Francisco Sayão Lobato — Engenheiro de Minas, Consultor

— Jean Robert Maligo — Assessor Administrativo

Equipe de Campo

- Breno A. dos Santos — Geólogo, Chefe de Equipe
- João E. Ritter — Geólogo
- Erasto B. de Almeida — Geólogo
- Noé D. dos Santos — Administrador de Campo
- C. Marbus — Desenhista
- Feliciano T. Tenório — Capataz
- 10 empregados diversos (cozinheiro, mateiros, etc.)

Apoio Aéreo

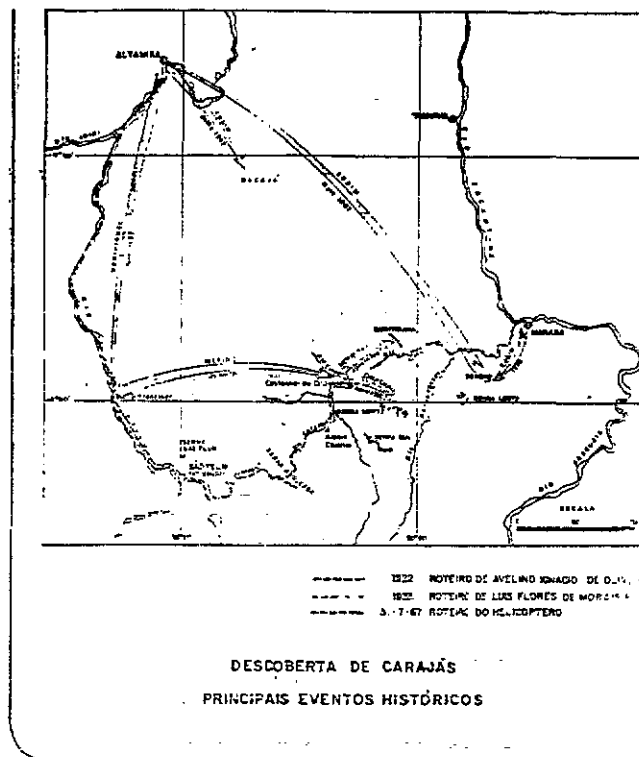
— Adão Coelho de Barros — Piloto (autônomo) (falecido)

— José M. de Aguiar — Piloto de helicóptero (Helitec) (falecido)

— Carlos A. A. Ratto — Piloto de helicóptero (Helitec) (falecido)

— Leno A. Compasso — Piloto (Helitec)

QUADRO 1



ASS. TO. _____

Nº _____

PRODUTOS VISUAIS

CLAREZA E OBJETIVIDADE

NA MODERNA COMUNICAÇÃO

PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS DA DESCOBERTA DE CARAJÁS

1922 — Reconhecimento dos rios Xingu e Fresco, pelo Geólogo Avelino Ignácio de Oliveira
1933 — Reconhecimento do rio Itacaiunas, pelo Engº Luiz Flores de Moraes Rego
1954 — 1966 — Projeto Araguaia (DNPM/PROS-PEC)
1966 — Prospeção de carvão no rio Fresco (CPCAN/IDESP/Museu Goeldi)
1966 — Descoberta do manganês do Sereno (geólogos da CODIM)
24-5-67 — Início do "Brazilian Exploration Program" (Meridional)
14-6-67 — Instalação do acampamento da Meridional na Ilha de São Francisco (Xingu)
14-7-67 — Decisão de mudança da base da Meridional para o Castanhal do Cinzento
31-7-67 — Traslado do helicóptero: pouso na clareira com canga hematítica da serra Arqueada (geólogo Breno A. dos Santos e piloto José M. de Aguiar)
2-8-67 — Comunicação telefônica à chefia do programa, da potencialidade em minério de ferro da região.
9-8-67 — Sobrevôo a baixa altura, com monomotor, das clareiras da Serra Norte (Geólogo Breno A. dos Santos)
18-8-67 — Levantamento aeromagnético (DO-3 LA-SA) (geólogos Gene E. Tolbert e Breno A. dos Santos)
22-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-1 (geólogos João E. Ritter e Erasto B. de Almeida)

26-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-2 (geólogo João E. Ritter)
26-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-3 (geólogo Breno A. dos Santos)
26-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-4w (geólogo Erasto B. de Almeida e João E. Ritter)
26-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-4E (geólogo Breno A. dos Santos)
26-8-67 — Reconhecimento preliminar da clareira N-5 (geólogo Breno A. dos Santos)
30-8-67 — Reconhecimento preliminar da Serra Sul (S-11) (Geólogo Erasto B. de Almeida)
5-9-67 — Reconhecimento das ocorrências de manganês de Buritirama (geólogo Erasto B. de Almeida)
6-9-67 — Visita do Engº Francisco Sayão Lobato e do Geólogo Breno A. dos Santos às ocorrências de manganês de Buritirama
9-9-67 — Visita do Engº Francisco Sayão Lobato às clareiras de Serra Norte
15-9-67 — Visita do geólogo Gene E. Tolbert às ocorrências de manganês de Buritirama
17-9-67 — Visita do geólogo Gene E. Tolbert às clareiras da Serra Norte e Serra Sul
20-9-67 — Telegrama, em código, do geólogo Gene E. Tolbert para Pittsburgh, comunicando a possibilidade de um potencial de 2 a 35 bilhões de toneladas de minério de ferro.
16-10-67 — Requerimento de 160.000 ha para pesquisa, abrangendo as serras Norte, Sul, Leste e São Félix do Xingu.
14-3-68 — Visita dos geólogos J. E. Machado (CVRD) e J. M. Albuquerque Forman às clareiras de Serra Norte e Serra Sul, a serviço do DNPM

4-5-68 — Reconhecimento preliminar da Serra Leste (geólogos Breno A. dos Santos e Peter Ridg)
19-7-68 — Reconhecimento preliminar da Serra de São Félix (geólogos João E. Ritter, Marcos Albuquerque Gomes e Breno A. dos Santos)
15-4-70 — Criação da Amazônia Mineração S. A (AMSA) (51% CVRD/49% USS).

QUADRO 2

CARAJÁS — HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (2)

— Amazônia Mineração S. A. (AMSA) (51% CVRD/49% USS)
— Fundada em abril de 1970
— Pesquisa do minério de ferro entre 70 e 74
— Redução do interesse da USS com a recessão mundial
— Saída da USS em 1977 (indenização de 50 milhões de dólares)
— Companhia Vale do Rio Doce
— 1978 — Decisão sobre a implantação do Projeto
— 1979 — Intensificação das obras
— 1986 — Previsão do início de produção.
— Programa de prospeção geológica da CVRD (DOCEGEO/AMSA)
— Descoberta de novas jazidas: manganês — cobre — alumínio — níquel — estanho — ouro
— Carajás — Principal província mineral brasileira
— Programa Grande Carajás (1980)
— Mineração — Exploração florestal — Agropecuária — Indústrias

PRINCIPAIS DESCOBERTAS MINERAIS NOS CARAJÁS

Ano	Denominação local	Substância mineral	Descobridor
1966	Sereno	Minério de manganês	CODIM (Union Carbide)
1967	Carajás	Minério de ferro	Meridional (USS)
1967	Buritirama	Minério de manganês	Meridional (USS)
1970	Velho Guilherme	Cassiterita	IDESP/PROMIX
1970	Mocambo	Cassiterita	PROMIX
1971	Azul	Minério de manganês	AMZA (CVRD)
1971	Quatipuru	Cromita	DOCEGEO (CVRD)
1973	Onça-Puma	Minério de níquel	GRUPO INCO
1974	Antônio Vicente	Cassiterita	DOCEGEO (CVRD)
1974	Vermelho	Minério de níquel	AMZA (CVRD)
1974	Bahia	Minério de cobre	DOCEGEO (CVRD)
1974	N5	Bauxita metalúrgica	AMZA (CVRD)
1976	Pojuca	Minério de cobre	AMZA (CVRD)
1976	Andorinhas	Ouro	DOCEGEO (CVRD)
1977	Salobo	Minério de cobre	DOCEGEO (CVRD)
1978	Rio Branco	Ouro	Garimpeiros
1980	Serra Pelada	Ouro	Garimpeiros
1980	Cumaru	Ouro	Garimpeiros

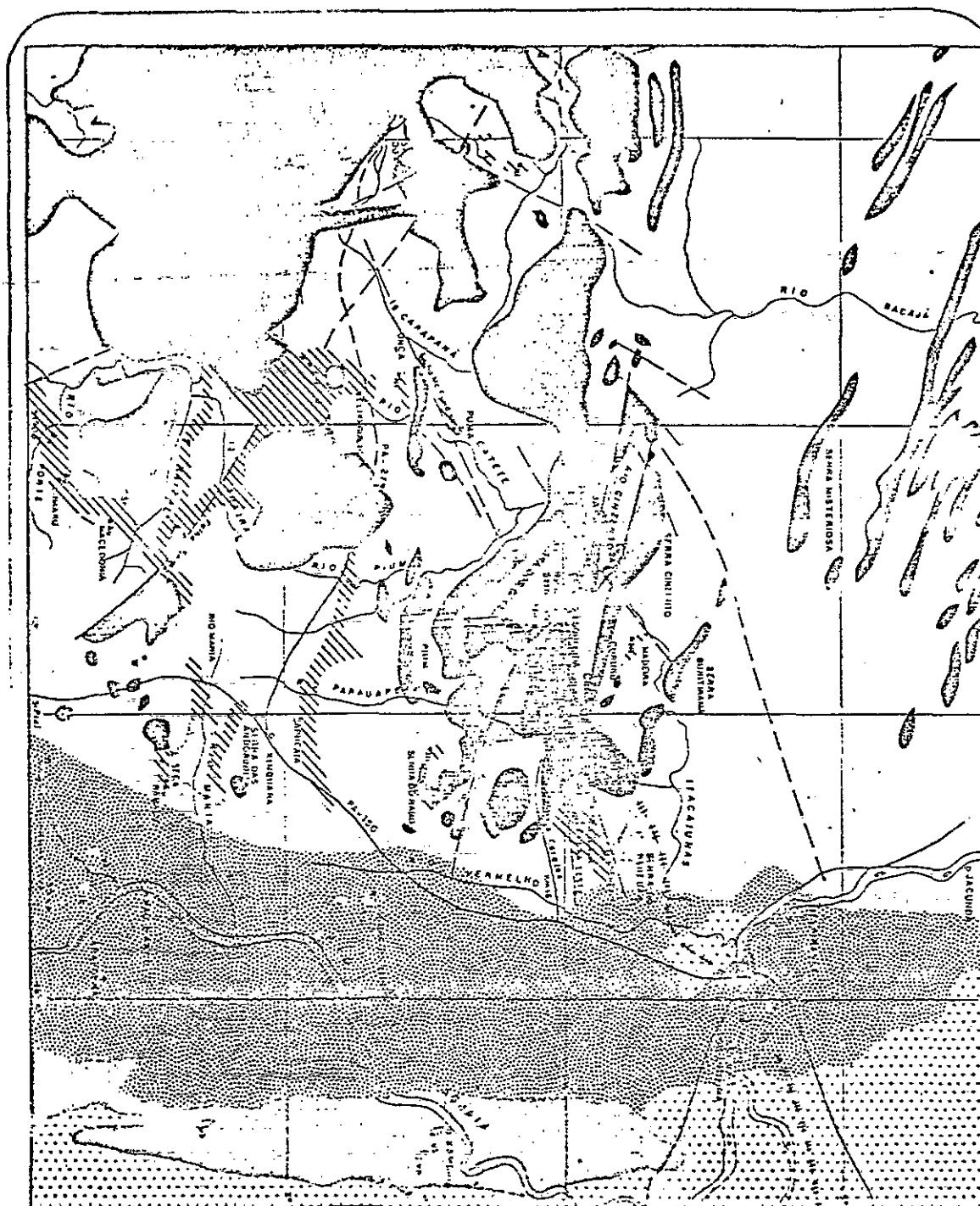
Ano	Denominação local	Substância mineral	Descobridor
1980	Pedra Preta	Wolframita	Garimpeiros
1980	Bom Jardim	Wolframita	Garimpeiros
1980	Cachoeirinha	Wolframita	Garimpeiros
1982	Luanga	Cromita	DOCEGEO (CYRD)

Quadro 3

POTENCIAL MINERAL DA REGIÃO DOS CARAJÁS

MINÉRIO	JAZIDA/DEPÓSITO	OCORRÊNCIA	RESERVA/POTENCIAL	TEOR
FERRO	Serra Norte (N1-N2-N3-N4-N5-N8)		6.172.10 ⁶ t	65,0%Fe
	Serra Sul (S11)		10.335.10 ⁶ t	66,3%Fe
	Serra Leste		414.10 ⁶ t	65,9%Fe
	Serra São Félix		369.10 ⁶ t	62,8%Fe
	Pequenas jazidas		595.10 ⁶ t	66,1%Fe
	TOTAL		18.000.10 ⁶ t	66,0%Fe
MANGANÊS	Azul		50.10 ⁶ t	43,0%Mn
	Buritirama		12.10 ⁶ t	47,0%Mn
	Sereno		3.10 ⁶ t	40,0%Mn
	TOTAL		> 70.10 ⁶ t	43,0%Mn
COBRE	Salobo 3A/4A		1.200.10 ⁶ t	0,83%Cu
	Pojuca		58.10 ⁶ t	0,87%Cu
		Bahia	?	?
	TOTAL		> 2.000.10 ⁶ t	0,5-1,0%Cu
ZINCO	Pojuca		8,5.10 ⁶	0,99%Zn
ALUMÍNIO	Plata N5		48.10 ⁶ t	35%Al ₂ O ₃ /1,7%SiO ₂
NIQUEL	Vermelho		44.10 ⁶ t	1,5%Ni
	Puma		25.10 ⁶ t	2,2%Ni
	Onça		12.10 ⁶ t	2,2%Ni
	TOTAL		> 100.10 ⁶ t	1,7%Ni
ESTANHO	Antonio Vicente		25,0.10 ³ t(SnO ₂)	70%Sn
	Mocambo		11,5.10 ³ t(SnO ₂)	60%Sn
	Velho Guilherme		0,7.10 ³ t(SnO ₂)	65%Sn
	TOTAL		> 100.10 ³ t(SnO ₂)	
OURO	Andorinhas (Babaçu-Mamão-Lagoa Seca)		5,0t (metal)	8gAu/t
	Serra Pelada		60,0t (metal)	10gAu/t
	Rio Branco (Gradaus)		?	?
	Cumaru (Gradaus)		?	?
	Salobo		?	?
	TOTAL		> 100t	
TUNGSTÊNIO	Pedra Preta		330.10 ³ t	1,1%WO ₃
		Bom Jardim	?	?
		Cachoeirinha	?	?
	TOTAL		> 1.10 ⁶ t	1,0%WO ₃
CROMO	Luanga		?	?

Quadro 4



DEPENDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS DOS PRINCIPAIS

PAÍSES OU ZONAS ECONÔMICAS IMPORTADORAS (1981)

	USA	CEE	JAPÃO	COMECON
Manganês	98	100	99	3
Cobalto	97	100	100	68
Bauxita	91	97	100	28
Cromo	91	97	99	2
Amianto	85	84	98	1
Níquel	70	87	100	13
Zinco	57	57	48	3
Ferro(mineral)	48	82	100	5
Prata	36	58	57	10
Cobre	13	80	80	4
Chumbo	13	44	47	3
Fosfato	1	99	100	23

	USA	CEE	JAPÃO	URSS
Columbio (nióbio)	100	100	100	0
Molibdênio	0	100	99	0
Tungstênio	52	77	85	2
Antimônio	51	91	100	20
Vanádio	42	100	100	0
Platina(metals do grupo)	91	100	98	0
Tântalo	91	100	100	0
Mica	100	83	36	50
Bário	47	18	35	50

Fonte: "Geopolitique des Ressources Minières" (P.-N.Giraud)

Quadro 5

PRODUÇÃO MINÉIRA MUNDIAL EM 1978

CLASSIFICAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS PELO VALOR

Substâncias	1978		
	Valor, US\$ 10 ⁶	Classificação	Porcentagem
Petróleo	266.140,0	1	55,57
Carvão	77.602,2	2	16,20
Gas natural	54.544,0	3	11,39
Ferro	11.560,7	4	2,41
Produtos do gas natural	9.135,5	5	1,91
Cobre	8.507,6	6	1,80
Duro	7.524,1	7	1,57
Linhito	6.826,7	8	1,43
Fosfatos	3.019,4	9	0,63
Urânio	2.555,4	10	0,55
Sal	2.546,7	11	0,55
Estanho	2.503,1	12	0,52
Potássio	2.485,8	13	0,52
Diamantes	2.090,4	14	0,42
Chumbo	1.993,2	15	0,42
Zinco	1.910,6	16	0,40
Amianto	1.909,1	17	0,40
Prata	1.242,0	18	0,26
Bauxita	1.597,5	19	0,33
Níquel	1.526,5	20	0,32
Enxofre	1.286,1	21	0,27

Substâncias	1978		
	Valor US\$ 10 ⁶	Classi- ficação	Porcen- tagem
Platina	1.165,3	22	0,24
Molibdênio	1.007,0	23	0,21
Manganês	896,9	24	0,19
Caolín	811,2	25	0,17
Tungstênio	784,6	26	0,16
Cromita	621,0	27	0,13
Boratos	449,0	28	0,094
Telco	400,2	29	0,084
Magnetita	393,5	30	0,082
Carbonato de sódio	379,9	31	0,079
Pirita	369,9	32	0,077
Fluorita	342,5	33	0,072
Vanádio	342,0	34	0,071
Cobalto	280,7	35	0,059
Bentonite	254,2	36	0,053
Barita	226,1	37	0,047
Ilmenita	118,9	38	0,025
Antimônio	107,4	39	0,022
Níca	100,2	40	0,021
Feldspato	82,1	41	0,017
Columbita-tantalita	78,7	42	0,016
Sulfato de sódio	76,3	43	0,016
Rutilo	72,4	44	0,015
Grafita	62,7	45	0,013
Zircônia	50,1	46	0,011
Nitratos	43,1	47	0,009
Asfaltos	35,1	48	0,007
Mercurio	24,8	49	0,005
Cianita	23,3	50	0,005
Criolite	2,2	51	0,0005
Berilo	-	-	-
Total	478.917,9		100,00
Produtos Energéticos	416.901,8		87,05
Minerais Metálicos	44.615,1		9,32
Substâncias não-metálicas	17.399,0		3,63

Fonte: "Géopolitique des Ressources Minières" (P.-R. Giraud) /
"Annales des Mines 11-12/80"

Quadro 6

OS 20 MAIORES PRODUTORES DE MATÉRIAS-PRIMAS MINERAIS NÃO
ENERGÉTICAS

	PAIS	Valor Milhões US\$ (1978)	% do Total Mundial	% Acumulada
Os 2 "Gigantes"	URSS	12.857	20,73	35
	USA	8.766	14,14	
5 Primeiros	África do Sul	6.814	10,99	58
	Canadá	4.442	7,16	
	Austrália	3.071	4,95	
10 Primeiros	China	2.567	4,14	70
	Chile	1.510	2,44	
	Brasil	1.364	2,20	
	Peru	1.003	1,62	
	Índia	958	1,55	
	México	939	1,51	
	Zaire	866	1,40	
	Polônia	862	1,39	
	Franga	822	1,33	
	Zâmbia	761	1,23	
	Malásia	730	1,18	
	Marrocos	682	1,10	

	PAÍS	Valor Milhões US\$ (1978)	% do Total Mundial	% Acumulada
20 Primeiros	RFA	633	1,02	82
	Filipinas	511	0,82	
	Japão	511	0,82	

Fonte: "Geopolitique des Ressources Minières" (P.-N. Giraud) *

Quadro 7

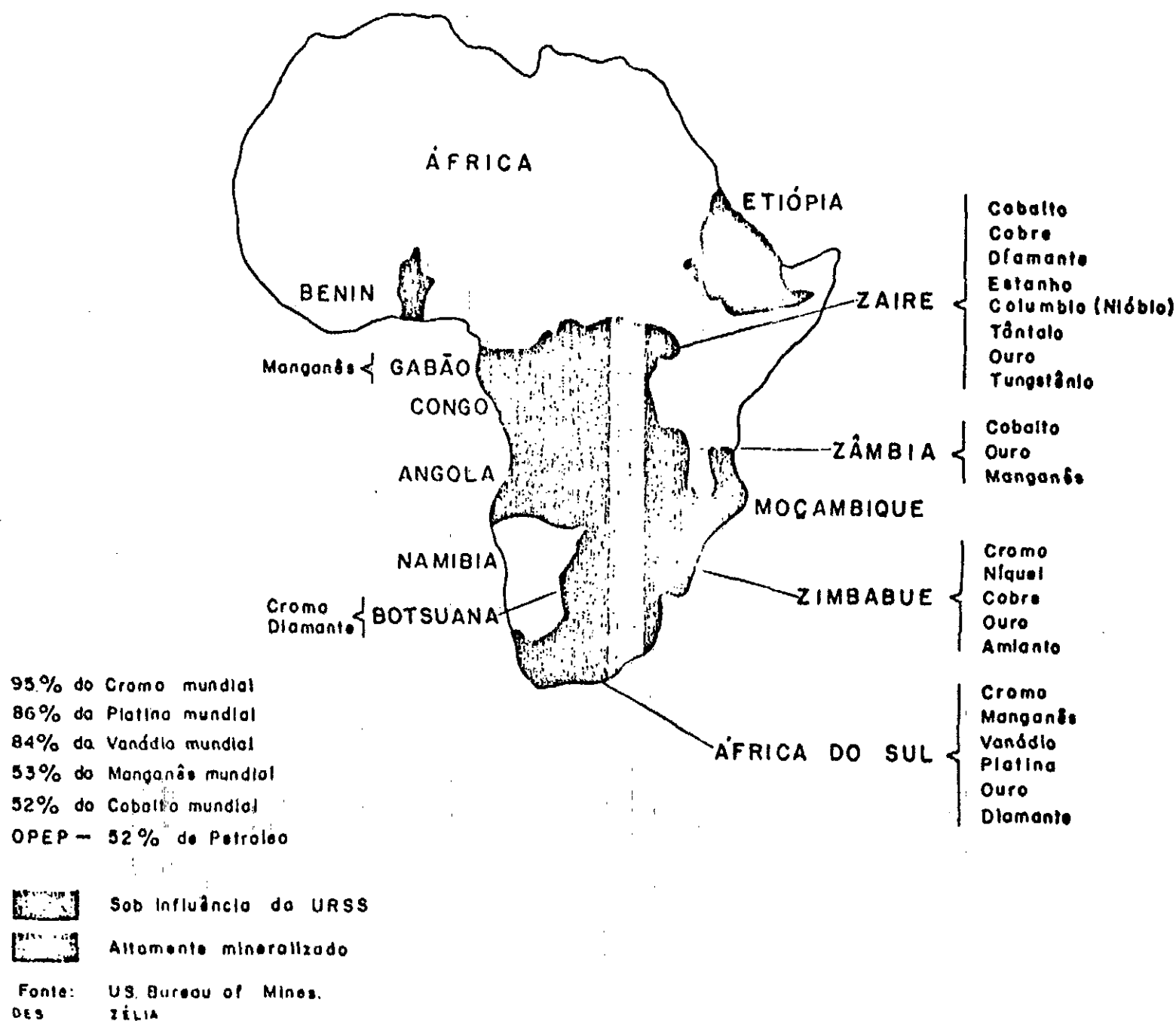
DENSIDADE DE PRODUÇÃO PARA OS MINERAIS NÃO ENERGÉTICOS

(Países com mais de 100.000 km² e densidade acima da média)

		VALOR Milhões US\$ (1978)	DENSIDADE US\$/Km ²
1	África do Sul	6.816	5.582
2	Alemanha Oriental	405	3.744
3	Coreia do Norte	410	3.405
4	Libéria	357	3.205
5	Polónia	862	2.757
6	Alemanha Federal	633	2.546
7	Malásia	730	2.214
8	Chile	1.510	1.996
9	Bulgária	211	1.904
10	Filipinas	511	1.703
11	Iugoslávia	429	1.677
12	Grécia	210	1.590
13	Marrocos	682	1.528
14	Franga	822	1.503
15	Japão	357	1.372
16	Reino Unido	333	1.363
17	Guiné	302	1.228
18	Zâmbia	761	1.011
19	Suécia	441	980
20	Roménia	231	973
21	Espanha	466	937
22	USA	8.766	936
23	Tchecoslováquia	155	899
24	Rodésia	337	862
25	Tailândia	425	827
26	Nova Guiné	374	810
27	Peru	1.003	780
28	Itália	223	740
29	Tunísia	120	732
30	Cuba	71	620
31	Suriname	100	613
32	Namíbia	502	609
33	Finlândia	202	599
34	URSS	12.857	574
35	México	939	476
36	Turquia	361	462
MUNDO		62.014	457
BRASIL		1.364	160

Fonte: "Geopolitique des Ressources Minières" (P.-N. Giraud)/Annales des Mines, 11-12/1980)

Quadro 8



IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ÁFRICA AUSTRAL

CARAJÁS — HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (*)

- Considerável evolução no conhecimento do subsolo do Brasil (Amazônia) no últimos 20 anos
- Levantamentos básicos (primeira metade da década de 70)
- Atuação agressiva e eficaz de algumas empresas estatais em programas de prospecção mineral
- Carajás: patrimônio obtido pela sociedade brasileira
- Tendência atual na atualização dos recursos minerais da terra
- Baixa remuneração pelas matérias-primas minerais metálicas
- Transferência de riquezas para o financiamento do progresso das nações industrializadas
- Transferência das etapas industriais primárias (mais poluentes, que mais energia consomem e menos

valor agregam ao produto final) para os países fornecedores de bens minerais

— Dependendo da política que orientar o seu desenvolvimento, a exploração dos recursos de Carajás poderá apenas contribuir, através do aumento da oferta, para a manutenção dessa tendência

— Não se deve desprezar a realidade do mercado externo, nem temer o livre comércio com as nações desenvolvidas, mas sem a liberdade que atenda prioritariamente aos seus interesses.

CARAJÁS — HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (*)

— Implantação de indústrias de transformação na região, que realmente possam contribuir para o seu desenvolvimento sócio-econômico, através de empreendimentos integrados ou complementares

— Programas de desenvolvimento regional, que possibilitem a ocupação racional de seus espaços, evitando-se o conhecido processo de decadência tão bem exemplificado em vários distritos mineiros quando da exaustão de seus recursos

— Carajás encerra em seu subsolo os recursos minerais mais variados:

- Metais mais utilizados na indústria moderna: ferro — alumínio — cobre — manganês — níquel — zinco — cromo — tungstênio — estanho
- Mais valiosos: ouro — prata — paládio
- Insumos para indústrias metalúrgicas: calcário — sílica
- Insumos para agricultura: dolomito
- Pedras semipreciosas: ametista
- Pedras decorativas: granitos
- Distrito bauxítico de Paragominas—Tiracambu na sua área de influência

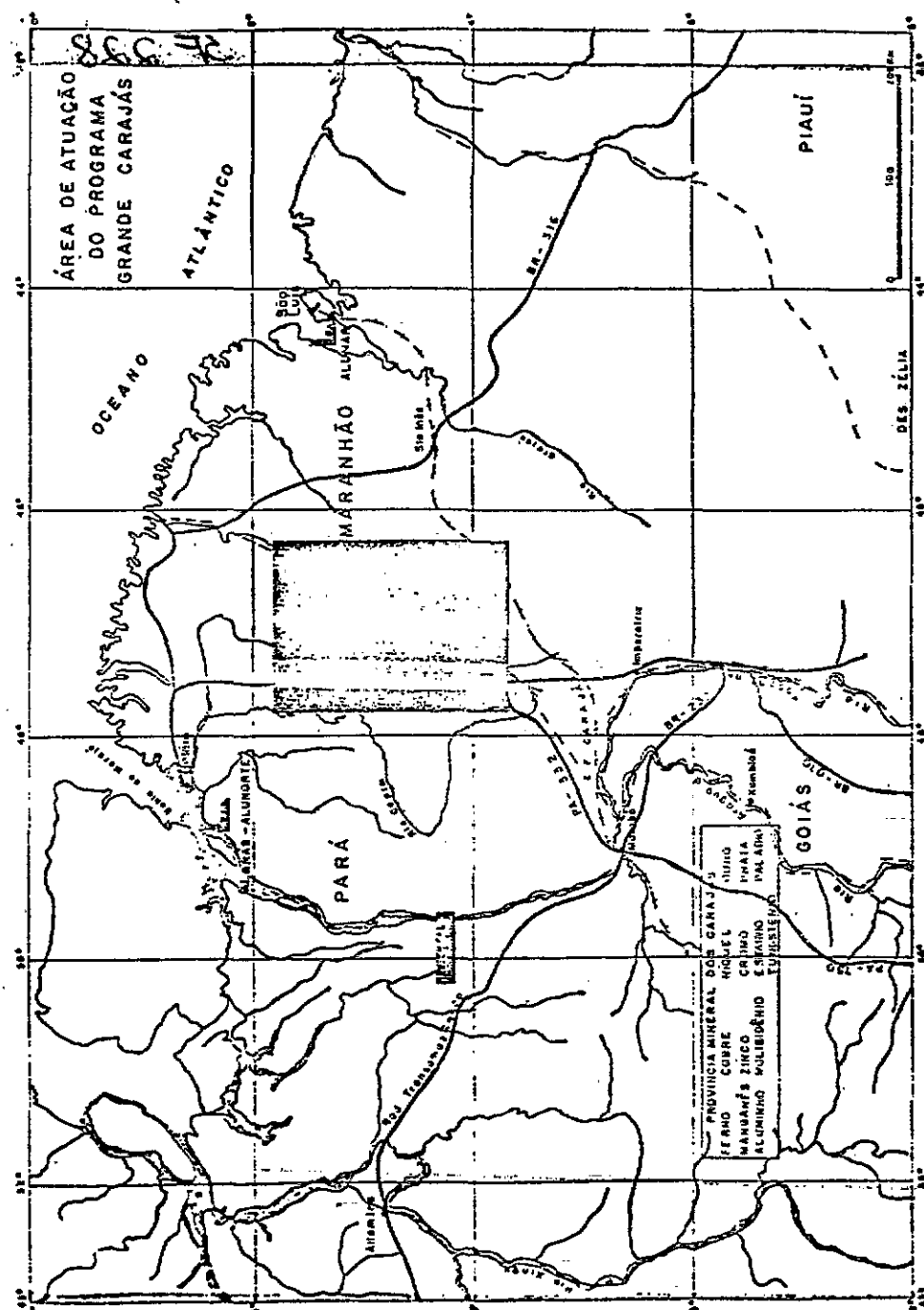


Fig. 4

CARAJÁS — HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (3)

— Oportunidades para variados empreendimentos, que poderão dar expressiva contribuição para o desenvolvimento regional

— Mineração — Metalurgia — Desenvolvimento industrial que possa realmente agregar maior valor aos produtos da região, com maior contribuição sócio-econômica.

Conseqüências da crise mundial:

— Maior vulnerabilidade de Carajás à cobiça internacional, ante a necessidade de se gerar dólares a qualquer custo

— Retração dos investimentos, dando o tempo necessário para melhor conhecer as potencialidades de seu subsolo, e encontrar as melhores soluções técnicas e políticas para o seu aproveitamento

— A exploração de Carajás não deve ser considerada como a panacéia para todos os problemas econômicos que estão sendo enfrentados

— Carajás corresponde a uma das maiores concentrações de recursos minerais da terra, que está começando a ser explorada quando a maioria das nações começa a exaurir suas próprias fontes, e encravada numa região e num país que necessitam produzir riquezas para melhoria da qualidade de vida de sua sociedade.